



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**“TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA:  
Estudo de Caso da Associação das Mulheres – AMA Vergel”**

**AIDA GAMAL ELDIN MAHMOUD**

**Araras/SP**

**2011**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**“TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA:  
Estudo de Caso da Associação das Mulheres – AMA Vergel”**

**AIDA GAMAL ELDIN MAHMOUD**

ORIENTADOR: PROF. Dr. JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ

CO-ORIENTADORA: PROFA. Dra. KELLEN JUNQUEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Araras/SP

2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M215ta

Mahmoud, Aida Gamal Eldin.

Transição agroecológica : estudo de caso da associação das mulheres – AMA Vergel / Aida Gamal Eldin Mahmoud. -- São Carlos : UFSCar, 2011.

109 f.

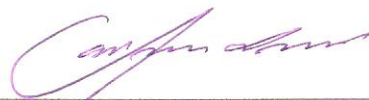
Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Agroecologia. 2. Assentamento rural. 3. Trabalho em grupo. I. Título.

CDD: 630 (20<sup>a</sup>)

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
DE  
**AIDA GAMAL ELDIN MAHMOUD**  
APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SÃO CARLOS, **EM 03 DE FEVEREIRO DE 2011**

BANCA EXAMINADORA:

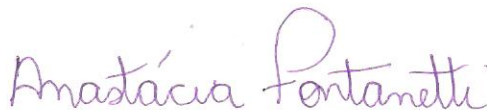


---

PROF. DR. JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ

ORIENTADOR

PPGADR



---

PROFA. DRA. ANASTÁCIA FONTANETTI

PPGADR/UFSCar



---

PROFA. DRA. GIOVANNA GARCIA FAGUNDES

UNICAMP

*"A woman is the guardian and hostess of the earth. As the bearer of life, she stands closest to birth and death, thus closest to life and the earth. This linking, life itself, is a woman's true space."*

Rosina-Fawzia Al-Rawi

## AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Deus por estar viva e por ter tido a oportunidade de encontrar em minha vida pessoas tão especiais,

Aos meus pais, Jurani e Mohamed, que através de muita luta me possibilitaram crescer em um ambiente de amor e saúde, e me ensinaram valores que carregarei por toda minha vida. Especialmente minha mãe que fortemente me apoiou nos estudos e nunca duvidou de minha capacidade, me incentivando a seguir em frente e nunca desistir de meus sonhos. Ao meu pai (*in memoriam*) agradeço o exemplo de força, coragem e alegria, necessárias à superação dos muitos obstáculos que a vida oferece, eu tenho certeza que neste momento especial de minha vida ele está com um sorriso nos lábios, acreditando e torcendo por mim,

Ao meu companheiro Marcus pelo apoio e incentivo durante esses anos de pesquisa e estudo, me fazendo sempre prosseguir e não desistir,

Às mulheres do grupo AMA Vergel, principalmente a Sra. Ileide, Sra. Nice, Sra. Lilian, Sra. Roseli, Sra. Felícia, Sra. Glória e Sra. Franceli, que com muito carinho me receberam em suas casas e em suas vidas, com elas muito aprendi e levarei sempre comigo o carinho, a alegria e a força presente em cada uma delas,

Aos docentes do PPGADR que muito contribuíram para o meu crescimento profissional, principalmente ao meu orientador, o Prof. Dr. José Maria Gusman Ferraz, e à secretária Cláudia pela paciência e eficácia em responder todas as minhas dúvidas acadêmicas,

À Profa. Dra. Kellen Junqueira, minha co orientadora, pela contribuição e pela paciência, principalmente na fase de conclusão deste trabalho,

À Profa. Dra. Anastácia Fontanetti e à Profa. Dra. Giovanna Garcia Fagundes por aceitarem participar da banca de defesa dessa dissertação de mestrado e pelas sugestões para melhoria da mesma,

Ao Prof. Dr. Mohamed Habib, Prof. Dr. Miguel Altieri, Profa. Dra. Clara Nicholls e Profa. Dra. Giovanna Garcia Fagundes por me apresentarem à agroecologia e com isso abrir novos horizontes em minha vida,

Ao Prof. Dr. Renato Terzi que muito me ensinou quando com toda sua experiência soube me cobrar, repreender e incentivar no momento certo,

Aos meus amigos e colegas da PPGADR, Diana, Iara, Juliana B. e Juliana R. dentre outros, pela amizade e troca de experiências dentro e fora da sala de aula,

À minhas amigas, Tuca, Mariana Portella, Dani, Cris Saad, Luciana Festi, Suzana, Cátia, Junko e Jo pelos muitos momentos compartilhados, pela amizade e apoio, levo vocês no coração,

À Giovanna Garcia Fagundes pelos inúmeros momentos de apoio sejam eles acadêmicos ou não, agradeço a amizade e o carinho desde antes do ingresso no mestrado,

À CAPES – pela bolsa de mestrado, essencial para que esse trabalho fosse realizado,

E a todos que de perto ou de longe, conscientemente ou não, muito contribuíram para que eu finalizasse mais essa etapa em minha vida, sem vocês meus amigos nada disso seria possível.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	x
ABSTRACT.....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	4
1.1 Reforma Agrária no Estado de São Paulo.....	4
1.1.1 Assentamento 12 de Outubro: Horto Vergel.....	7
1.2 Agricultura Familiar no Estado de São Paulo.....	8
1.3 Agroecologia .....	11
1.3.1 Transição Agroecológica .....	15
1.4 A Economia Solidária .....	17
1.4.1 Experiências Autogestionárias .....	20
1.4.2 A comercialização de produtos agroecológicos e de empresas de economia solidária.....	22
1.5 Gênero e Agricultura .....	23
Capítulo 2. METODOLOGIA DA PESQUISA .....	27
2.1 Área de estudo e protagonistas .....	27
2.2 A Metodologia Qualitativa .....	28
2.3 Desenvolvimento da Pesquisa .....	31
Capítulo 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	35
3.1 O grupo AMA Vergel.....	35
3.1.1 Agroecologia e o grupo AMA Vergel.....	36
3.1.2 O grupo de mulheres e suas famílias: como se dá essa relação?..	47
3.1.3 O trabalho em grupo fortalecendo o feminino.....	49
3.1.4 O desenvolvimento da autogestão.....	53
3.1.5 A comercialização de produtos do grupo.....	59
3.2 Estudo de caso: Sítio Nova Vida (lote 48).....	62
3.2.1 A Sra. Ileide e um pouco de sua trajetória.....	62
3.2.1.1 As pessoas e a apropriação do espaço.....	64



3.2.2 Transição Agroecológica no Sítio Nova Vida.....	66
3.2.3 A sustentabilidade do sistema estudado.....	75
3.2.3.1 Dimensão Ambiental.....	76
3.2.3.2 Dimensão Social.....	77
3.2.3.3 Dimensão Econômica.....	79
3.2.4 Agricultora Experimentadora.....	80
Capítulo 4. CONCLUSÃO e REFLEXÕES FINAIS .....	88
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	93
APÊNDICE A.....	101
APÊNDICE B.....	104
ANEXO A .....	106
ANEXO B .....	108

## **TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: estudo de caso da Associação das Mulheres – AMA Vergel**

**Autor: AIDA GAMAL ELDIN MAHMOUD**

**Orientador: Prof. Dr. JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ**

### **RESUMO**

A modernização da agricultura aliado ao crescimento industrial e a implementação de políticas públicas levou à ocorrência de um grande êxodo rural no país, notadamente entre as décadas de 60 e 80 quando aproximadamente 13 milhões de pessoas abandonaram o campo e rumaram em direção aos centros urbanos. Isso equivale a 33% da população rural do início da década de 60. Os assentamentos rurais surgem como uma oportunidade de retorno ao trabalho na terra e, para fazer frente á agricultura convencional altamente demandante de insumos e capital, a aplicação dos princípios agroecológicos destaca-se como uma grande opção entre os assentados. O objetivo desta pesquisa foi analisar a Associação das Mulheres Agroecológicas do Vergel (AMA Vergel) no processo de transição agroecológica. Resgatou-se a história de vida das integrantes do grupo, bem como o histórico do surgimento do grupo. As possibilidades e os limites existentes dentro do grupo foram analisados dentro da perspectiva da economia solidária. Foi estudada a apropriação e envolvimento dos atores da pesquisa com os conceitos trabalhados na agroecologia. Verificou-se um fortalecimento do trabalho em grupo, o que melhora a autonomia e o reconhecimento do mesmo, além disso, a auto-estima das mulheres integrantes do grupo está mais elevada, apesar do enfrentamento de resistência dentro e fora do núcleo familiar. A atuação de várias instituições trabalhando com o grupo resultou em um grande acúmulo de informações, mas que por não estarem sintonizadas entre si e com perspectiva temporal diferente do grupo, não obtiveram o êxito esperado. Nos últimos anos o grupo AMA Vergel vem ampliando seus contatos com outras realidades agrícolas de vertente agroecológica. No Sítio Nova Vida pôde ser observado um exemplo de boa associação do conhecimento de base agroecológica, tanto referentes às práticas agrícolas como à vida em sociedade. As mulheres ao se unirem no trabalho em grupo buscam força para enfrentar as adversidades do dia a dia e oportunidade de melhorar a qualidade de suas vidas e da de seus familiares.

**AGROECOLOGICAL TRANSITION: case study of a women´s association -  
AMA Vergel**

**Author: AIDA GAMAL ELDIN MAHMOUD**

**Adviser: Prof. Dr. JOSÉ MARIA GUSMAN FERRAZ**

**ABSTRACT**

The agriculture modernization and industrial growth coupled with the implementation of public policies has led to a major exodus from the country, notably between the 60's and 80's when around 13 million people have fled the field and headed towards the urban centers. This equates to 33% of rural population in the early 60's. The rural settlements emerge as an opportunity to return to work the land, and in addition to that, the application of agroecological principles emerges as a great option to conventional agriculture. The objective of this research was to analyze the association of agroecology women of Vergel (AMA Vergel) during a process of agroecological transition, rescuing the life history of the group members and the history of the group emergence as well. The possibilities and limitations that exist within the group were analyzed from the perspective of solidary economy. We studied the ownership and involvement of research actors on learning concepts in agroecology. There was a strengthening of group work which enhances the autonomy and recognition of that, and moreover, the self-esteem of female members of the group is higher, despite facing opposition inside and outside the family. The performance of various institutions working with the group resulted in a large accumulation of information, but as they are not attuned to each other and had different temporal perspective from the group, they did not achieve the expected success. In recent years the group has expanded their contacts with other agroecology realities. An example of good association of agroecological knowledge, related to agricultural practices and life in society, could be seen on small farm "Nova Vida". Women who join to work in group look for strength to face the adversities and an opportunity to improve the quality of their lives and of their families.

## INTRODUÇÃO

No meio rural a intensa utilização de insumos sintéticos (fertilizantes e agrotóxicos), a crescente mecanização da agricultura, monocultura com plantas híbridas, o uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, levaram, através de pacotes agrícolas da Revolução Verde, à degradação ambiental e social do campo. Anterior a isso a produção se baseava na utilização de insumos internos ao sistema agrícola e obtinham boa produtividade em solos bem manejados.

Essa modernização agrícola trouxe impactos negativos tanto ambientais quanto sociais. A intensa monocultura, a redução da variabilidade genética das culturas, solos enfraquecidos, uso intensivo de agrotóxicos (o qual contamina a água, o solo, o ar e diminui a biodiversidade) representam alguns dos impactos negativos. Além disso, temos expressivos impactos sociais: expulsão de muitos trabalhadores e proprietários rurais de suas terras, devido à elevada concentração de terra e aos altos preços dos insumos externos agora utilizados que elevaram o custo da produção. Havendo perdido sua base de sustento no meio rural esses agricultores foram morar nos centros urbanos, com a ilusão de que conseguiriam um emprego e assim uma melhor qualidade de vida. No meio urbano, esses trabalhadores rurais conseguiram somente crescer à extensa fila de desempregados, passando a residir na periferia das grandes cidades.

O Brasil presenciou o seu período de maior êxodo rural entre as décadas de 60 e 80. Quando aproximadamente 13 milhões de pessoas abandonaram o campo e rumaram em direção aos centros urbanos. Isso equivale a 33% da população rural no início da década de 60 (SANTOS, 2008).

O sonho de retornar ao campo sempre esteve presente na vida das mulheres integrantes do grupo AMA Vergel (Associação das Mulheres Agroecológicas do Vergel) e de suas famílias. O assentamento surgiu como uma oportunidade de realização desse sonho. Porém, essas mulheres enfrentam diversas dificuldades para sobreviver a essa realidade, dificuldades econômicas: acesso a crédito rural, assistência técnica e comercialização; dificuldades na implantação da lavoura: preparo do solo, uso da água, conservação dos recursos naturais, forma de plantar; e dificuldades sociais: alcançar reconhecimento, fortalecimento e espaço para a mulher rural.

A agroecologia surgiu na vida dessas mulheres como uma opção na busca de solucionar os problemas vivenciados pelo grupo. Apresentou-se como uma alternativa que propicia a transição dos atuais modelos agrícolas convencionais para outros modelos agrícolas mais sustentáveis, agregando as pessoas da comunidade e propiciando autonomia. A mulher ao longo da história apresenta importante papel dentro do espaço agrícola, e seu vasto conhecimento no manejo e uso sustentável dos recursos biológicos aplicados na produção de alimentos, possibilita melhor manutenção da diversidade biológica do sistema, além de prover a segurança alimentar de sua família.

O presente estudo teve como questionamento central a forma como se deu a apropriação do termo agroecologia e como o mesmo foi incorporado pelo grupo de mulheres AMA Vergel, e quais práticas, baseadas em um contexto mais amplo de agroecologia, foram implantadas. Ou seja, de que forma esse conhecimento agroecológico incorporado através dos vários contatos com diferentes grupos de pesquisa, técnicos, agricultores, e em cursos de capacitação, se reflete no dia a dia dessas mulheres.

O objetivo geral foi analisar o grupo de mulheres AMA Vergel no processo de transição agroecológica. Os objetivos específicos foram:

- 1 – analisar o histórico do grupo de mulheres AMA Vergel e da história de vida de suas atoras principais;
- 2 – analisar as possibilidades e os limites dentro do grupo AMA Vergel, no âmbito da economia solidária;
- 3 – analisar como se deu o contato com o tema da agroecologia e como esse conceito está inserido no grupo de mulheres AMA Vergel;
- 4 – estudar a ocorrência do trabalho em grupo na vida das integrantes do mesmo;
- 5 – verificar como o conceito da agroecologia é aplicado na prática em um estudo de caso realizado no lote de uma das integrantes do grupo.

Essa dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta a fundamentação teórica do presente estudo. Faz-se uma breve contextualização sobre a Reforma Agrária no Estado de São Paulo, abordando o assentamento em questão “Assentamento 12 de Outubro” entre os municípios de Mogi Mirim e Itapira, e também sobre a agricultura familiar no Estado de São Paulo.

Os conceitos envolvendo a agroecologia, a transição agroecológica, a Economia Solidária e gênero são aqui abordados.

No segundo capítulo é exposta a metodologia utilizada na pesquisa, no caso a metodologia qualitativa, bem como as técnicas utilizadas na mesma. E é abordada ainda, a área de estudo e as protagonistas da pesquisa. No terceiro capítulo foi analisado o grupo de mulheres AMA Vergel sob a perspectiva da agroecologia, da economia solidária e também da questão de gênero; e um estudo de caso no lote agrícola de uma das mulheres do grupo. Para concluir, no quarto capítulo, foram realizadas algumas reflexões finais.

## Capítulo 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1. Reforma Agrária no Estado de São Paulo

A questão agrária brasileira para os autores clássicos dos anos 60 foi caracterizada, não apenas como um problema de irregular distribuição de terras, mas principalmente pela exploração vinda de um capitalismo não democrático que resultou na concentração de renda e conseqüentemente de terra. Diante desta realidade, surge através das propostas de políticas públicas advindas de um longo processo de lutas sociais e políticas uma legislação específica para o campo, primeiro através do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 e no ano seguinte com o Estatuto da Terra (SILVA, 1998; PALMEIRA, 1998).

O Estatuto da Terra, lei promulgada pelo então Presidente da República Humberto de Alencar Castello Branco na época da ditadura militar, regula os direitos e obrigações referentes aos imóveis rurais visando a reforma agrária e a aplicação da Política Agrícola. Disciplinando o uso, ocupação e relações fundiárias do país, visa assegurar oportunidade de acesso à propriedade da terra para todos, buscando desempenhar assim uma função social. A essa função social cabe proporcionar o bem-estar de proprietários, trabalhadores e famílias que trabalham e vivem na área rural, buscando manter a produtividade da mesma de forma satisfatória, conservando os recursos naturais e respeitando as leis vigentes nas relações de trabalho (COLLOR, 1966). Este acaba por oferecer múltiplos instrumentos de intervenção do Estado no meio agrícola. Sua abrangência acabou sendo significativa e de grande valia para o Estado no que diz respeito ao crédito subsidiado (PALMEIRA, 1998).

Nesse mesmo período a modernização do campo levou ao êxodo rural acentuado, sendo caracterizada como “conservadora”, visto que a estrutura da propriedade rural não foi alterada. Houve aumento na concentração de terra, na concentração de renda, na exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, inclusive nas propriedades menores com o aumento no número de atividades por pessoa, dessa forma a qualidade de vida da população trabalhadora do campo piorou e da mesma maneira as condições ambientais (PALMEIRA, 1998).

A modernização agrícola trouxe vantagens, mas apenas para os latifundiários tradicionais, bem como abriu as portas para o investimento de outros setores da

economia na exploração da terra. Sendo assim, a agricultura brasileira evoluiu para complexos agroindustriais. Nestes foram anuladas a fabricação própria de insumos orgânicos e de adubos, a utilização de tração animal, a produção de subsistência, característicos das pequenas propriedades e especialmente da agricultura familiar (PALMEIRA, 1998; LINHARES, 1999; SILVA, 1994).

Nos anos 80, falava-se em reforma agrária para a formação de assentamentos de trabalhadores rurais através da utilização de terras públicas ociosas sub ou mal aproveitadas anteriormente esta desapropriação se dava em terras particulares. Os assentamentos surgem da luta dos trabalhadores rurais. A classe trabalhadora rural reivindicava terra para plantar e começava a se organizar em grupos isolados (BARBOSA, 1994; BERGAMASCO, 1996). Os assentamentos rurais podem ser definidos como: criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou caracterizados como agricultores familiares (BERGAMASCO, 1996).

Até os anos 90, quem administrava os assentamentos era o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Houve então, no Estado de São Paulo, seu afastamento e parcial substituição pelo ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo).

A primeira ocupação na década de 80 realizada pelos movimentos de trabalhadores rurais foi a de uma fazenda experimental de propriedade do Estado. Logo o governo se mobilizou em busca de solução, e assim foi constituído um dos primeiros assentamentos brasileiros. Logo, com a morosidade do Estado em promover a reforma agrária ocorreram mais ocupações, acampamentos ao longo das rodovias, mobilização de trabalhadores rurais, o que acabou por determinar a implantação de assentamentos rurais no Brasil como uma tentativa de amenizar a violência dos conflitos sociais no campo (BARBOSA, 1994; BERGAMASCO, 1996).

Os assentamentos rurais podem ser classificados em cinco diferentes origens (BERGAMASCO, 1996):

- a) ocupação de áreas devolutas e expansão da fronteira agrícola;
- b) realocação de populações atingidas por barragens;
- c) planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória;
- d) desapropriação por interesse social (reforma agrária via Estatuto da Terra);



e) áreas destinadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis (ex. reservas extrativistas para seringueiros)

Analisando a formação dos assentamentos no Brasil é possível ver que mais da metade deles só se viabilizaram porque foram precedidos pela mobilização e ocupação dos trabalhadores, ou seja, primeiro estabeleciam-se os acampamentos e depois a ação do Estado. Nos anos 80 já se acreditava que a reforma agrária só aconteceria com a luta dos trabalhadores. Foi neste mesmo ano que se consolidou o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Dessa forma, os dirigentes sindicais tomaram como estratégia de ação a ocupação da terra (BARBOSA, 1994; SILVA, 1994; BERGAMASCO, 1996).

O Estado acaba por fornecer para os assentados o mais barato que é a terra. Seja ela obtida devido à desapropriação por interesse social (terras públicas ociosas e regularização das propriedades ocupadas por posseiros), desapropriação por utilidade pública (o que dá direito ao proprietário de receber indenização prévia), seja pelo processo discriminatório (que visa acabar com latifúndios irregulares combatendo a grilagem). E o mais oneroso, a infraestrutura de base, os investimentos a fundo perdido realizados pelo Estado, não ocorre. Para isso é necessário um Estado forte que forneça subsídios para que seja bem sucedida a reforma agrária, ou seja, onde se inclua muito mais do que simples distribuição de terras (SILVA, 1994; BERGAMASCO, 1996).

A questão agrária passa para a esfera federal por meio do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) elaborado em 1985, que foi desenvolvido tomando como base o Estatuto da Terra. Em ambos se vêem mudanças no regime capitalista de produção, nele considera-se alcançar a justiça social através da simples distribuição de terra (GRAZIANO NETO, 1994). O II Plano Nacional de Reforma Agrária surge em 2003 e foi apresentado durante a Conferência da Terra, em Brasília. Em sua formulação constam metas que prevêm além de acesso a terra, ações para que os assentamentos possam produzir e gerar renda, terem acesso à saúde, educação, energia e saneamento.

Em 2003 o Brasil iniciou um processo de construção de uma política capaz de atender de forma efetiva a agricultura familiar, através de uma política nacional de assistência técnica e extensão rural (Política Nacional de ATER) que seja capaz de contribuir para a superação dos problemas sócio-ambientais vividos por esses agricultores (CAPORAL, 1998).

No governo Lula, encontramos outra tentativa de apoio aos agricultores familiares, através da criação do Programa Fome Zero. Uma parceria entre o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrícola) e MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), operado pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), este antecipa o pagamento da produção a ser saldada com a entrega da safra, adquirindo produtos dos assentamentos, da agricultura familiar e dos quilombolas (INCRA, 2006).

Os assentamentos se mostram válidos na medida em que atenuam a fome e a falta de habitação de muitos brasileiros, por aumentar e descentralizar a oferta de alimentos e por permitir acesso à terra a agricultores familiares que podem ou não se modernizar dependendo somente do apoio oferecido (BERGAMASCO, 1996).

A distribuição da propriedade da terra não resolve o problema da capacidade de resposta da agricultura às exigências da dinâmica capitalista, nem resolve a demanda por terra que se reflete nas ocupações ou na formação de acampamentos. Com a reforma agrária foi resolvido de imediato o problema de acesso a terra, e os conflitos envolvidos nesse processo, porém não se resolveram os problemas referentes ao trabalho na terra, não foram atendidas as demandas da população rural. Para tanto, deveriam ser realizados nos assentamentos um planejamento participativo, com obras de infraestrutura, assistência técnica (voltada a uma agricultura de base ecológica), planejamento da comercialização e de acesso dos assentados a cursos de capacitação, além disso, é necessário desenvolver políticas voltadas para o incentivo às formas coletivas de organização da produção (CASTRO *et al.*, 1988 *apud* PALMEIRA, 1998; VEIGA, 1994; BERGAMASCO, 1996; IOKOI, 2005).

Os assentamentos são apenas o ponto de partida, uma ação legal do Estado que acaba gerando novos confrontos, como, pressão por crédito, estradas, luz, água, escolas, transporte e assistência técnica (INCRA, 2006).

### **1.1.1 Assentamento 12 de Outubro: Horto Vergel**

O assentamento 12 de Outubro também conhecido como Vergel está localizado entre os municípios de Mogi Mirim e Itapira no interior de São Paulo. O mesmo foi ocupado dia 12 de outubro de 1997 (Anexo A). Essa área era um horto e como muitos hortos presentes no Estado de São Paulo pertencia à FEPASA

(Ferrovias Paulista S/A). A formação desse assentamento foi caracterizada pela ocupação da área estatal ociosa e não por desapropriação de terras.

A FEPASA era uma empresa pública do setor ferroviário que se constituiu em 1971 com cinco linhas ferroviárias: Paulista, Araraquarense, São Paulo – Minas, Mogiana e Sorocabana. Nos anos 90 a FEPASA encontrava-se abandonada pelo Estado que há muitos anos só investia em rodovias. Com o anúncio de sua possível privatização o INCRA manifestou interesse em adquirir esses hortos para reforma agrária em 1996 (ROSA, 2004). Muitos trabalhadores rurais sem terra foram se instalando em acampamentos e ocupações pela região, orientados por sindicatos, grupos de apoio e associação de moradores de algumas cidades da região de Campinas, visando a conquista de um lote de terra.

As famílias ocuparam a fazenda do horto em 1997 e somente após dois anos aproximadamente de espera em acampamentos improvisados é que ocorreu o cadastramento das famílias, sendo distribuídas em 90 lotes de aproximadamente 8.5 hectares cada (SIQUEIRA, 2008). A implantação definitiva do assentamento no Horto de Mogi Mirim foi autorizada em 1998 pelo governador em exercício, juntamente com mais onze hortos, passando então a ser um assentamento regularizado, reconhecido e sob responsabilidade do ITESP (SIQUEIRA, 2008). Após a demarcação e distribuição dos lotes transcorreram mais dois anos para a retirada dos eucaliptos, sendo que passados 12 anos da regularização do assentamento muitos lotes ainda esperam pela retirada dos tocos dos eucaliptos dificultando seu sucesso agrícola e social.

A ocupação do Horto Vergel não estava vinculada ao movimento do MST, mas contava com o apoio de alguns de seus líderes na fase inicial de sua organização. Na época de sua ocupação o Horto Vergel apresentava uma área de 1216 hectares plantada com eucaliptos utilizados na produção de dormentes para as estradas de ferro. A infraestrutura disponível eram apenas uma estação da estrada de ferro abandonada e algumas construções em alvenaria (dois prédios administrativos, um barracão de depósito e cerca de vinte casas) (SIQUEIRA, 2008).

## **1.2. Agricultura Familiar no Estado de São Paulo**

Há milhares de anos o homem vem realizando o manejo dos agroecossistemas com o intuito de aperfeiçoar o uso dos recursos disponíveis visando atender suas

necessidades de reprodução biológica e social. O cultivo da terra iniciou a mais ou menos dez mil anos, passando da caça e coleta de alimentos para a produção dos próprios grãos. A agricultura de pequena escala e tradicional manteve a integridade dos ecossistemas naturais e diversifica a paisagem ao manejar o meio ambiente em que vive (EHLERS, 1999; GLIESSMAN, 2000).

A modernização agrícola e também do meio rural trouxe transformações à agricultura tradicional (LAMARCHE, 1998). Esse processo de modernização trouxe muitos problemas e dificuldades para a agricultura familiar.

A agricultura familiar brasileira mudou basicamente de um sistema de baixo uso de insumos externos e de cadeias curtas de processamento e comercialização para uma agricultura de grande aporte de insumos e ligada a complexos agroindustriais (SILVA, 1994; BERGAMASCO, 1995).

Essa transformação na agricultura fez surgir uma relação entre agricultores familiares e agroindústrias através dos complexos agroindustriais. Houve redução do papel da pequena produção nesse processo de desenvolvimento capitalista reduzindo o papel desses agricultores a meros fornecedores de bens alimentícios e de força de trabalho (SILVA, 1994; BERGAMASCO, 1995).

O processo desigual de acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas e equipamentos, foi totalmente excludente e levou a uma concentração da produção, da renda e da miséria (PALMEIRA, 1998). A consequência foi o êxodo rural acentuado, um intenso movimento de migração interna rumo às cidades (LAMARCHE, 1998; PALMEIRA, 1998).

A população expulsa do campo aglutinou-se nas cidades, morando em condições precárias em baixo de pontes, em favelas, caminhando na direção da miséria e da marginalidade social. O trabalhador rural ao perder sua residência e suas condições de produtor de alimentos, acaba por aumentar a oferta de trabalhadores tanto no campo quanto nas cidades o que influencia o valor dos salários, ou seja, a perda da terra representa ainda a perda das condições de subsistência (MOREIRA, 1995).

A agricultura familiar é caracterizada pelo uso da família como principal força de trabalho, ou seja, é aquela unidade agrícola onde a família ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção assume o trabalho no estabelecimento produtivo, ou seja, ela associa a família ao trabalho e à produção para sua

subsistência e também para o mercado (NEVES, 1995; LAMARCHE, 1998; BERGAMASCO, 2008).

Consideramos a definição de Schneider (2003) para núcleo familiar como sendo aquele grupo social que compartilha um mesmo espaço e utiliza a mesma área de terra para cultivo agrícola.

Nela busca-se a diversificação e a integração das atividades: a produção opera em escalas menores e procura atender aos mercados regionais. A lógica da produção familiar vai além da obtenção do “lucro puro”, há a produção, mas há também o consumo dentro da própria propriedade assim como a acumulação de patrimônio (BERGAMASCO, 2008).

A agricultura familiar em geral apresenta certa capacidade de adaptação, ela pode sofrer transformações e evoluir influenciada pelo contexto econômico, social, político e ambiental em que está inserida. Além disso, ela engloba toda uma diversidade de atores, aproxima família e produção, apresentando diferentes formas de se apropriar dos meios de produção e de desenvolvê-los. A perda ou falta de patrimônio cultural leva a uma dificuldade ou até impossibilidade de se encontrar soluções alternativas aos métodos e técnicas agrícolas utilizados, o que acaba por atrapalhar o desenvolvimento do agricultor familiar deixando-os inaptos a se adaptarem às dificuldades enfrentadas (LAMARCHE, 1998).

A permanência e o desenvolvimento da agricultura familiar sempre estiveram associados às lutas dos agricultores inseridos nesta realidade capitalista, o Estado atua de forma excludente em relação a esses agricultores empregando medidas assistencialistas voltadas apenas a outras parcelas da agricultura (LAMARCHE, 1998).

O Estado, devido a constantes pressões dos movimentos sindicais desde os anos 90, cria em 1996 o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimentos da Agricultura Familiar). Esse programa tem como finalidade prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais, em geral agricultores familiares, categoria social que não estava sendo contemplada pelas políticas públicas e estavam encontrando sérias dificuldades de se manter na atividade. Buscando uma estratégia de sobrevivência as famílias rurais acabam optando por combinar as atividades agrícolas com outras atividades. Alguns membros que compõem a família passam a se ocupar de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, podendo ser uma

atividade executada ou não dentro da propriedade. Isso se convencionou chamar de pluriatividade, uma diversificação nas fontes de renda e nas atividades na família rural (SCHNEIDER, 2003).

Na agricultura familiar podemos encontrar o espaço ideal para a busca de uma agricultura sustentável, isso se confirma em questões emergentes sobre a agricultura familiar como tecnologias alternativas e novas formas de organização da produção, a pluriatividade dos agricultores familiares, a aproximação entre agricultura e meio ambiente, o poder local e a gestão municipal. Porém, para que isso ocorra é necessário que a mesma seja alvo de programas de desenvolvimento, com políticas diferenciadas e mecanismos de incentivo, que subsidiem os custos de novas tecnologias que aumentem a eficiência de sistemas sustentáveis e apóiem a comercialização de seus produtos. A agricultura familiar merece ser reconhecida como um grupo de oportunidades dentro dos padrões emergentes de consumo (LAMARCHE, 1998; BERGAMASCO, 2008).

### **1.3. A Agroecologia**

Os sistemas organizados e manejados pelo homem se apresentam cada vez mais complexos e devido à emergência do conceito de sustentabilidade, vê-se cada vez mais necessário um enfoque sistêmico na agricultura (PINHEIRO, s/a). Visto que sustentabilidade está atrelada ao manejo de todo o agroecossistema busca-se então, resultados mais adequados aos agricultores familiares, no âmbito econômico, possibilitando o sustento dos mesmos, no âmbito social, promovendo sua inclusão na sociedade e no âmbito ambiental, buscando uma agricultura mais harmoniosa com o ambiente que os cerca.

O desenvolvimento sustentável visa promover o acesso aos recursos naturais para atender as necessidades humanas do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações em suprir suas próprias necessidades (CONWAY, 1987; LEFF, 2000). Busca-se por uma agricultura que alcance níveis aceitáveis de produtividade, com produções estáveis (constância na produtividade) e equitativamente distribuídas, capaz de se recompor ou de se manter frente á mudanças graves no sistema, e que se baseie em sistemas de produção autônomos (capacidade do sistema socioambiental para definir endogenamente seus objetivos, prioridades, identidades e valores) (CONWAY, 1987).

É nesta perspectiva que encontramos a agroecologia como uma fonte de saberes com visão sistêmica, holística e interdisciplinar dos agroecossistemas, incluindo elementos ambientais e humanos; a agroecologia se nutre também através de disciplinas científicas e de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores (CAPORAL E COSTABEBER, 2000). É um sistema ecológico e sócio-econômico que inclui ao mesmo tempo plantas domesticadas, a criação de animais e o(s) indivíduo(s) que, com o propósito de obter alimento ou outro produto agrícola, os criam e produzem (CONWAY, 1987).

A agroecologia aparece como alicerce para a transição dos atuais modelos convencionais de agricultura para uma agricultura mais sustentável, ou seja, capaz de apresentar de maneira integrada uma baixa dependência de insumos comerciais, uso de recursos renováveis locais, adaptação às condições locais, manutenção a longo prazo da capacidade produtiva, preservação da diversidade biológica e cultural, uso do conhecimento tradicional local e produção tanto para consumo interno (mercado local e subsistência) como para exportação (CAPORAL, 2004).

Dois momentos importantes na história da humanidade, Primeira e Segunda Guerras Mundiais, foram responsáveis pela alavancada de sintéticos avanços tecnológicos. Essa tecnologia foi direcionada para a produção de produtos controladores de pragas e doenças, onde muitos dos compostos utilizados como arma química durante as guerras foram posteriormente utilizados nas lavouras no combate às pragas e doenças. Iniciou aí a Revolução Verde, uma busca por um ideal produtivo onde a meta era aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas calcadas no uso intensivo de insumos químicos, melhoramento genético visando maior rendimento e intensa mecanização. Porém, esse modelo agrícola acaba por usufruir de forma desenfreada dos recursos naturais e energéticos, exaurindo os recursos não renováveis, além de prejudicar a saúde ambiental e humana (EHLERS, 1999; ALTIERI, 2000).

O termo agroecologia surgiu nos anos 30 como sendo a ecologia aplicada à agricultura. A ecologia e a agronomia apresentaram-se distantes por um longo período na história até que com o desenvolvimento da ecologia de cultivos essas duas disciplinas se aproximaram (GLIESSMAN, 2005). Com o direcionamento cada vez maior, principalmente logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, da ecologia para uma ciência pura e da agronomia em busca da crescente mecanização e uso cada vez mais difundido de produtos químicos na agricultura, essas duas disciplinas

se distanciaram deixando o conceito de agroecologia adormecido e esquecido por um longo período (EHLERS, 1999).

A agroecologia surge como uma contracultura e traz consigo o conhecimento da medicina e agricultura alternativas, os muitos movimentos sociais e uma nova educação. Assim aspira transformações em sistemas produtivos e incorporação de uma ação social coletiva, os quais possibilitam projetar métodos sustentáveis de desenvolvimento (ALTIERI, 1989; CAPORAL E COSTABEBER, 2000). Assim sendo a agroecologia de maneira paradigmática, se mostra colaboradora no combate à crise socioambiental que estamos vivenciando (CAPORAL E COSTABEBER, 2006).

Temos que salientar o fato da agroecologia não representar um modelo agrícola e tampouco um conjunto de práticas e técnicas passíveis de serem utilizadas nos diversos cultivos manejados pelo homem, ou seja, ela não representa uma simples substituição de insumos ou por uma agricultura que não utiliza insumos químicos em seu processo produtivo (CAPORAL, 2004).

Alguns autores como Miguel Altieri falam da agroecologia apoiada em um tripé composto de variáveis econômicas, sociais e ambientais. Já outros autores como Francisco Caporal já incluem nesta perspectiva as dimensões culturais, políticas e éticas de sustentabilidade. A fim de respeitar os princípios agroecológicos a agricultura deve atender requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, considerar a participação política e o empoderamento dos seus atores, além disso, visando a questão econômica deve buscar a sustentabilidade social agrícola, pois devido ao aumento crescente da população humana é necessária uma agricultura tanto sustentável quanto altamente produtiva (CAPORAL, 2004; GLIESSMAN, 2005). Deve-se buscar a manutenção da produtividade agrícola de forma que não agrida o meio ambiente e ainda dê retorno econômico que atenda as necessidades das populações rurais (ALTIERI, 2000).

Para Altieri (2000) ao falarmos em agroecologia temos que ter em foco:

- a) que os problemas técnicos encontrados no campo são também problemas sociais e políticos;
- b) que muitos problemas e dificuldades enfrentados são ligados às adversidades do capitalismo;
- c) o conhecimento dos próprios agricultores;
- d) que devemos tratar a causa e não o sintoma de determinada doença, ou déficit nutricional, ou praga observada no campo;



e) formada pela união de várias ciências.

Há um grupo de pesquisadores que destacam o perfil social da agroecologia, privilegiando o agricultor, e outro que evidencia o seu perfil ambiental, visando o agroecossistema. Para Sevilla Guzmán a agroecologia seria um manejo ecológico dos recursos naturais que permite através de ações sociais participativas, planejar práticas e métodos de desenvolvimento sustentável. Em seu entendimento de desenvolvimento sustentável devem ser estabelecidas atividades econômicas que levem a regeneração dos processos naturais e deve ser assegurada a igualdade de oportunidades para todos (GUZMÁN, 2009). Já Gliessman e Miguel Altieri salientam a importância na busca de uma nova abordagem de agricultura e de desenvolvimento agrícola, onde se faça uso do conhecimento da agricultura tradicional juntamente com o uso de métodos ecológicos modernos, e assim define agroecologia como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis (ALTIERI, 1989; GLIESSMAN, 2005).

A agroecologia que tem o agroecossistema como base para a co-evolução do homem e da natureza, surge como uma ciência multidisciplinar capaz de integrar, tanto na sua compreensão como em sua atuação, o conhecimento gerado em diferentes disciplinas científicas (CAPORAL e COSTABEBER, 2006). Disciplinas como a sociologia, antropologia, economia, ecologia contribuem para o crescimento do conhecimento agroecológico e é essa complexidade oferecida pela agroecologia que nos impulsiona na busca de diversas bases conceituais para sua definição.

Procurando uma maior integração, a agroecologia faz uso de saberes, experiências e conhecimentos dos povos indígenas, dos agricultores, das comunidades caiçaras, das comunidades quilombolas, dos ribeirinhos, incluindo todos os agentes responsáveis pelo desenvolvimento rural que buscam promover o potencial endógeno, aquele que pode ser obtido localmente. Esse saber local é rico em conhecimentos os quais levam ao desenvolvimento de uma agricultura que potencialize sua biodiversidade e sua diversidade sociocultural. Mais do que uma disciplina a agroecologia busca a integração do conhecimento científico ao saber histórico dos agricultores estabelecendo assim novas estratégias para o desenvolvimento rural, onde até então, no sistema convencional, não se conferia legitimidade ao conhecimento tradicional e nem às formas de aprendizagem dos agricultores (CAPORAL, 2009).

A agroecologia tem como objetivo desenvolver uma agricultura ambientalmente consistente, altamente produtiva, socialmente eqüitativa, economicamente viável, através da intersecção de suas dimensões social, econômica, ecológica, cultural e política (ALTIERI, 1989; CONWAY, 1987; GLIESSMAN, 2005; GOMES, 2005). Segundo Gifford Pinchot (*apud* LEFF, 2000), os recursos naturais ou bens encontrados na natureza, se bem gerenciados, podem favorecer o maior número de pessoas pelo maior período possível; a “administração do ecossistema” prioriza a saúde do ecossistema e de suas espécies.

### **1.3.1 Transição Agroecológica**

O capitalismo na agricultura busca obter de cada unidade de área o máximo de produção, procurando obter formas cada vez mais intensivas de agricultura, busca o aumento vertical da produtividade do trabalho, exaurindo cada vez mais o solo agricultável e explorando cada vez mais o trabalhador rural. Nesta realidade o tema sustentabilidade está ganhando espaço tanto no meio rural quanto no urbano, e sugere mudanças na agricultura relacionadas à suas tecnologias e insumos e principalmente na “compreensão ampliada das dimensões social e ambiental” (CANUTO, 2003).

A transição agroecológica é a passagem, através de um conjunto de processos sociais de caráter endógeno e participativo, da agricultura moderna, com toda sua exploração social – econômica - ambiental para outras formas de agricultura que incorporem princípios, métodos e tecnologias de base ecológica que são economicamente mais viáveis, que busquem a sustentabilidade e que não explorem o indivíduo (CAPORAL e COSTABEBER, 2006). Sendo assim, se valer do enfoque agroecológico é estratégico no desenvolvimento de sistemas rurais sustentáveis (CANUTO, 2003). Gliessman (2005) identifica três níveis na transição agroecológica dos sistemas manejados pelo homem (Quadro 1).

Quadro 1. Passos a serem seguidos pelos produtores na conversão de agroecossistemas.

<b>Níveis evolutivos de transição agroecológica</b>	
Nível 1.	Reduzir o uso e consumo de insumos escassos, caro ou ambientalmente danosos
Nível 2.	Substituição de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas
Nível 3.	Redesenhar o agroecossistema baseando-o em novos processos ecológicos

Fonte: Gliessman, 2005.

Um sistema calcado em uma agricultura convencional usa insumos químicos, monocultura extensiva, maquinário pesado e apresenta pouca biodiversidade. Já uma agricultura orgânica se baseia na substituição de técnicas e dos insumos químicos utilizados pela anterior, o que leva a um aumento na biodiversidade. Caminhando em busca de maior sustentabilidade temos o redesenho do agroecossistema como um todo, beneficiando tanto o homem quanto o meio ambiente (ALTIERI, 1989).

Na agroecologia o potencial endógeno, tomando como referência características e recursos locais, é essencial para qualquer processo de transição agroecológico e é nele que se inicia a mudança de sistemas agrícolas convencionais para sistemas agrícolas alternativos (CAPORAL e COSTABEBER, 2006). Os sistemas tradicionais de conhecimento se mostram muito relevantes à transição dos sistemas agrícolas. Isso devido ao conhecimento sobre o meio ambiente (tipo de solo, vegetação, modo de semear, dentre outras), ao conhecimento biológico popular das plantas possibilitando sua classificação, à sua natureza experimental e ao seu conhecimento de práticas agrícolas que visam o aumento da produtividade a longo prazo (ALTIERI, 2000; CANUTO, 2003). Juntamente a esse conhecimento tradicional local da agricultura deve-se explorar o conhecimento e os métodos ecológicos modernos buscando assim uma nova abordagem da agricultura e de desenvolvimento agrícola (GLIESSMAN, 2005).

Os agricultores familiares buscam a conversão dos sistemas agrícolas atuais por modelos que utilizem de práticas que contribuam para uma agricultura sustentável a longo prazo, essa procura é resultado da própria crise sentida em diversos setores: econômico, ambiental e social. (GLIESSMAN, 2005; CAPORAL e COSTABEBER, 2009).

Os atores e pensadores da reforma agrária ao se basearem nos princípios agroecológicos acabam por reforçar seu caráter social, valendo-se assim do potencial endógeno das comunidades e também propondo um desenvolvimento participativo durante todo seu processo produtivo. Bem como estabelecendo formas de produção e consumo que caminhem de forma que contribua positivamente à questão ambiental e social do meio rural (SEVILLA GUZMAN, 2001).

#### **1.4. A Economia Solidária**

A noção de economia solidária surge com o movimento associativista operário da primeira metade do século XIX na Europa. Esses movimentos foram então entendidos como uma “dinâmica de resistência popular” e assim nascem os sentimentos de ajuda mútua, de cooperação e associação, e ligados a eles um grande número de experiências solidárias (FRANÇA FILHO, 2002; SINGER, 2002).

No Brasil, a economia solidária aponta de maneira ainda dispersa na década de 1980. Já a partir da segunda metade da década de 90 pode-se ver seu crescimento. Esse desenvolvimento resulta da reação de diversos movimentos sociais frente à crise de desemprego em massa a qual ocorreu pelo fechamento de empresas e indústrias. Essa crise teve início em 1981 e foi agravada em 1990 com o aumento do desemprego de longa duração e abertura do mercado interno às importações, devido à estratégia brasileira de liberação econômica e política (AZEVEDO, 2007; EID e CHIARIELLO, 2007; SINGER, 2000; SINGER, 2002).

O início da utilização do termo propriamente dito é difícil de ser determinado, o mesmo é reivindicado por vários autores, os quais não necessariamente convergem em um mesmo conceito: “A economia solidária é uma expressão conceitual em disputa” afirma Antonio Carlos Martins da Cruz (CRUZ, 2006, pg.37).

Coraggio (2001) lembra que o significado do termo economia solidária pode diferir ao longo do tempo em uma mesma sociedade e entre sociedades contemporâneas. Isso ocorre ou por razões objetivas ao se referir a realidades

culturalmente distintas (apesar de terem passado pelos mesmos processos de globalização e transformação cultural) ou por razões subjetivas por serem interpretadas a partir de marcos teórico e/ou utopias distintas.

Para Farid Eid (2003) a proposta da economia solidária seria desenvolver na perspectiva da autogestão, empreendimentos econômicos solidários, formando redes solidárias em nível mundial. Sendo assim, pode-se caracterizá-la como um conjunto de experiências de iniciativas econômicas as quais desenvolvem relações sociais de produção não-capitalistas em suas iniciativas o que não exclui um relacionamento econômico com o mercado capitalista (CRUZ, 2006).

Economia solidária é tida como um conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva que busca recuperar o trabalho e a autonomia econômica dentro de valores de igualdade e democracia, onde o trabalho é remunerado de forma privilegiada em relação ao capital, nela trabalho e capital são fundidos (TAUILE e DEBACO, 2002; SINGER, 2002). A economia solidária busca uma nova estrutura da sociedade onde o homem é resgatado como pessoa livre e aberto à vida em comunidade, capaz de amar seu semelhante e entender suas necessidades, preocupado com o bem comum. Sendo assim haveria uma nova ética onde os valores do trabalho e da solidariedade sustentariam uma nova civilização (RAZETO, *apud* CRUZ 2006).

Pensando em um plano mais teórico, os liberais afirmam que as experiências solidárias seriam apenas um corretivo das crises cíclicas do capitalismo se mostrando como um atenuante destes momentos, sem alterar toda hierarquia organizacional do trabalho do capitalismo, e que uma vez passado o momento de crise o empreendimento ou se adequa a lógica econômica capitalista ou estará fadada a falência (EID, 2003; EID e CHIARIELLO, 2007).

Já os setores de esquerda a vêem como uma expressão histórica da luta operária e dos movimentos populares, passível de ser alvo de políticas públicas meramente assistencialistas, ou ainda como um renascer das lutas populares. Um modelo de desenvolvimento comprometido com os interesses populares, uma alternativa às políticas de corte neoliberal até mesmo ao próprio capitalismo (GAIGER, s/a) e até propondo uma nova organização do trabalho de forma mais democrática e sob a forma da autogestão, não se mostrando apenas como paliativo para os momentos de crise capitalista mas sim como um modo de produção que possa ser estabelecido (EID e CHIARIELLO, 2007).

Paul Singer (2002) acredita na economia solidária como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, o qual foi criado e recriado ao longo da evolução deste modo de produção pelos que estão ou temem ficar marginalizados frente ao mercado de trabalho. A economia solidária seria uma continuidade da luta dos trabalhadores frente ao capitalismo, sendo assim ele não nasce antes do capitalismo industrial e sim o segue lado a lado durante sua evolução (SINGER, 2000 *apud* GAIGER, s/a).

“O capitalismo é o modo de produção em que os meios de produção e de distribuição, assim como o trabalho, se tornam mercadorias, apropriadas privadamente” (SINGER, 2000 *apud* GAIGER, s/a, pg. 7). Mesmo em meio a essa realidade ao longo de nossa história foram comuns as iniciativas econômicas de caráter associativo, as quais, possivelmente, foram a regra para muitas das sociedades humanas (CRUZ, 2006). Empreendimentos populares baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão foram se tornando cada vez mais presentes na sociedade e podem ser observados, pelo menos, desde os anos de 1980 (GAIGER, s/a, SINGER, 2002).

A competição em um empreendimento solidário não é positiva, buscar seu crescimento competindo com empresas capitalistas ou até mesmo com outros empreendimentos da economia popular e solidária é um tanto arriscado, pois a concorrência seria um espaço de reprodução da exploração econômica e da desigualdade social comuns ao capitalismo (EID, 2003; CRUZ, 2006).

O capitalismo, ao contrário do que é empregado pela economia solidária, é baseado em uma relação social onde a capacidade individual de trabalho é desigual frente aos meios de produção. Nele objetiva-se, então, a maximização do lucro ao invés de maximizar a quantidade e qualidade de trabalho, baseia-se na separação entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores. A força de trabalho é transformada em mercadoria (trabalho assalariado) e há a mais-valia sobre o trabalho (GAIGER, s/a; SINGER, 2002).

Porém, a economia solidária não elimina ou ameaça a reprodução das formas capitalistas (GAIGER, s/a), os trabalhadores precisam “aprender um novo modelo econômico” e precisam conseguir melhores condições de vida através da autogestão do empreendimento. O importante é compreendermos o que a economia solidária condena no capitalismo: a “ditadura do capital na empresa”, que dá direito ao proprietário dos meios de produção de mandar nos trabalhadores, devendo esses

últimos trabalhar não porque o desejam, mas sim por determinação do patrão (termo capitalista referente ao detentor dos meios de produção). Além de toda a produção, fruto do trabalho coletivo, pertencer a uma única pessoa, ao proprietário do capital, o benefício do trabalhador neste caso restringe-se ao salário previamente combinado no ato contratual e aos seus direitos legais (SINGER, 2000 *apud* GAIGER, s/a).

A Economia Solidária assim como a Agroecologia possuem ações que englobam diferentes dimensões dos movimentos sociais em luta por modelos de sociedade, para o qual é fundamental a resistência ao capitalismo e a sobrevivência dentro deste modelo econômico opressor do qual fazem parte. Ambos representam campos distintos de contestação social e de construção de práticas alternativas, embora alguns pontos de complementaridade e fortalecimento mútuo são destacados. Dentre eles podemos citar: integração entre produção, processamento, comercialização e consumo; relação não conflituosa entre economia e meio ambiente e segurança alimentar e nutricional (SCHMITT, 2009).

A economia solidária se mostra muito relevante ao mostrar a importância que há na busca pela conquista da autonomia e na construção da cidadania coletiva pelos trabalhadores, além disso, a elaboração participativa na formulação e implantação de políticas públicas é imprescindível quando esta se apresenta como uma alternativa de geração de trabalho, emprego e renda (EID, 2003).

#### **1.4.1 Experiências Autogestionárias**

Nas empresas autogestionárias o engajamento efetivamente coletivo é imprescindível para que esta consiga ser bem sucedida frente às dificuldades do mundo capitalista no qual está inserida. Para que isso ocorra é necessário haver uma conjugação de interesses e uma motivação comum entre seus membros, obtendo assim maior uso da capacidade de trabalho conjunto, de trabalho coletivo (EID, 2003). A autogestão, bem como a cooperação, vem acompanhada por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas utilizadas pelo mesmo (GAIGER, s/a).

Podem ser considerados exemplos de autogestão na economia solidária: as cooperativas populares (quando os trabalhadores são ao mesmo tempo proprietários, controladores e produtores do empreendimento), empresas recuperadas (originárias do processo de falência de empresas agora sob o controle

de seus ex-empregados), construção de moradias (somente no caso de ofertar produtos e serviços ao mercado e não para consumo dos próprios participantes), iniciativas autogeridas destinadas ao consumo coletivo (exemplo desse tipo são as hortas comunitárias, os grupos de compras coletivas e os clubes de trocas, associação democraticamente gerida visando a redução do custo de vida), iniciativas de crédito solidário (quando há solidariedade e autogestão) (CRUZ, 2006).

Na década de 90 nasce a precursora do movimento de autogestão no Brasil, a Anteag (Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária) uma instituição voltada ao combate ao desemprego massivamente presente e crescente nesta época (NAKANO, 2000). Na mesma época em que se forma a Anteag, surgem também as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) (SINGER, 2000). No ano de 1992 surge a primeira Incubadora de tecnologia liderada pelo sociólogo Herbert José de Souza (Betinho), então presidente da ONG Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), e vinculada a Universidade de Santa Maria (Rio Grande do Sul) que possibilitou o surgimento de uma cooperativa formada por moradores de uma região do Rio de Janeiro (AZEVEDO, 2007).

Segundo AZEVEDO (2007) em 2007 havia 17 universidades brasileiras que possuíam ITCPs. Encontramos no Brasil aproximadamente três grupos de incubadoras: as vinculadas às universidades públicas e privadas, as ligadas a Unitrabalho (Rede Nacional de Universidades) e as ligadas as ONGs ou redes públicas. As ITCPs auxiliam na organização da população mais pobre em cooperativas de produção ou de trabalho, em associações e oferecem apoio administrativo, jurídico-legal e na formação ideológica das mesmas.

Muitas instituições promovem a economia solidária e estas podem estar organizadas como ONGs, fundações, instituições, sindicatos dentre outros. O importante é haver uma articulação entre essas organizações (AZEVEDO, 2007).

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), criou em 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). A partir dessa secretaria foi criado um projeto de mapeamento nacional da economia solidária no Brasil, todos os dados foram colocados em um banco de dados o SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária) o qual se orienta pelos conceitos presentes na Portaria do MTE, N°30, de 20 de março de 2006 (ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2005).



### **1.4.2 A comercialização de produtos provenientes da agricultura de base agroecológica e de empresas de economia solidária**

A especialização da produção agrícola e a diferenciação social entre produtores acompanharam o início do processo de modernização. Durante o mesmo, os produtos voltados para o mercado substituíram rapidamente os produzidos para o consumo familiar (COSTA, 2004). O que é produzido dentro de cada lote pode ter como destino o autoconsumo ou a venda, sendo que, a diversificação da produção, defendida pela agroecologia, representa fator positivo também para a comercialização (PACHECO, 2009).

O processo acelerado de urbanização dos grandes centros ampliou o mercado de alimentos (COSTA, 2004), esse juntamente à diminuição do número de pessoas que viviam no meio rural e à especialização agrícola, levou as cidades a importar cada vez mais alimentos. A produção familiar de base agroecológica pode atingir diferentes mercados como feiras locais, mercado institucional, interação com as cooperativas de consumidores, venda por meio de pequenos entrepostos e até mesmo grandes supermercados (SCHIMITT, 2009). Uma das maiores dificuldades está presente em construir estratégias de mercado compatíveis com a produção orgânica, ou seja, em sua diversidade, sazonalidade e agregar valor em termos de volume de produção (SCHIMITT, 2009).

Muitas verduras e vegetais foram se perdendo na especialização da produção agrícola e com isso a variedade presente no prato do consumidor. Schimitt (2009) destaca a dificuldade em traduzir os princípios, valores e propostas tanto da Economia Solidária como da agroecologia para os consumidores, gestores públicos, para a sociedade em geral.

As famílias assentadas produzem nos seus lotes muitas vezes uma variedade grande de produtos, mas ainda assim precisam obter produtos na cidade, como produtos industrializados e até alimentos os quais não são produzidos na área onde vivem. Sendo assim, a compra de produtos no mercado externo se mostra muito importante no âmbito familiar, pois possibilita adquirir produtos os quais não são possíveis obter na própria propriedade (SANTOS, 2003).

## 1.5. Gênero e Agricultura

As mulheres são historicamente consideradas propriedade dos homens, sem possibilidade de igualdade de direitos. No Brasil apenas em 1962 com o Estatuto da Mulher Casada é que a mulher começa a obter algum respeito. Neste foi obtida capacidade civil plena e melhores direitos a mulher passa de “propriedade” do marido para “colaboradora” do mesmo, não sendo assim mais necessária a autorização do marido para alcançar determinados direitos. Contudo, somente com a Constituição de 1988 é que foi reconhecida a igualdade de gênero na representação e administração da família (SIQUEIRA, 2008; FERNADES, 2009).

Essa luta por reconhecimento e respeito se mostrou cada vez mais fortalecida. Os anos compreendidos entre 1975-1985 ficaram conhecidos como a “Década da Mulher” da ONU, dando visibilidade ao trabalho e à força de trabalho femininos (FAO, 2007).

Em 2000, em Bangalore na Índia, aconteceu a primeira Assembléia Internacional de Mulheres da Via Campesina. Nesta, foram estabelecidos alguns compromissos em prol da igualdade de direitos da mulher do campo (FÓRES, s/a):

- 1) garantir a participação das mulheres nas tomadas de decisão dentro da família, na comunidade, nas organizações;
- 2) por fim aos abusos físicos e sexuais que crianças e mulheres sofrem no campo;
- 3) facilitar o acesso à terra e aos serviços de saúde às mulheres;
- 4) reivindicar o reconhecimento do papel da mulher na preservação e ampliação da biodiversidade, e na oposição ao roubo corporativo e das patentes dos recursos genéticos;
- 5) buscar a igualdade no trabalho agrícola assalariado, em relação à faixa salarial e à forma como são tratadas.

Em 2008 aconteceu em Moçambique a III Assembléia Internacional de Mulheres da Via Campesina, nela foi lançada a Campanha contra a Violência cometida em relação às Mulheres. Essa ação mundial surgiu para combater as várias formas de violência sofrida pelas mulheres, econômica, física, verbal, sexual e/ou psicológica, objetivando pressionar os governos no que se refere a esse tema (FÓRES, s/a).

No Brasil no ano de 2004 foi alcançado mais um avanço na luta da igualdade de direitos. Criou-se então o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, o qual já emitiu muitos documentos civis e trabalhistas para mulheres trabalhadoras rurais. Essa documentação básica é fundamental para que a mulher tenha facilidade de acesso às políticas públicas e aos benefícios previdenciários. Este mesmo programa integra o II Plano Nacional de Reforma Agrária o qual inclui uma política de gênero como parte de suas ações (FERNANDES, 2009).

A cultura machista está presente não só no homem, mas também nas próprias mulheres. Um obstáculo que persiste no nível de organização e estrutura às organizações e grupos de mulheres (FÓRES, s/a).

O conceito de gênero é amplamente utilizado nas Ciências Sociais e surgiu nos anos 70 e está relacionado a um sistema de relações que inclui sexo, porém, que transcenda a diferença biológica. O simples uso do termo sexo se mostra inadequado uma vez que designa somente a caracterização genética, anatômica e fisiológica dos seres humanos (OLINTO, 1998).

O “Plano de ação da FAO (Food and Agriculture Organization) para a integração da mulher ao desenvolvimento” (1996-2001) define a categoria de gênero de forma bem clara: gênero não se trata de falar dos homens ou das mulheres separadamente, mas sim considerar como as relações entre eles são construídas socialmente em vista da distribuição de poder, isso pensado em uma sociedade organizada por processos de produção, reprodução, distribuição e consumo (FAO, 2007).

Nas sociedades rurais, as comunidades são organizadas pelo parentesco, os grupos são estabelecidos por descendência patrilinear ou matrilinear. No Brasil na maioria das vezes são comunidades onde o homem ocupa posição privilegiada, ou seja, patrilinear, pois os padrões culturais do país acabam incentivando a posição de chefe familiar para este gênero (PASTORE, 2005, FERNANDES, 2009).

O empoderamento das mulheres acaba por um lado desafiando esse tipo de relação, o que muitas vezes não é bem quisto pelos homens. Porém, pode também, trazer mudanças positivas para seu companheiro na medida em que este empoderamento visa dividir responsabilidades (SIQUEIRA, 2008). O sistema de dominação capitalista e patriarcal no qual estamos inseridos utiliza a violência como

um instrumento de controle, apropriação e exploração da vida, do corpo e da sexualidade das mulheres (FÓRES, s/a).

No meio rural ocorre uma invisibilidade do trabalho feminino, que geralmente não se expressa em relações monetárias, sendo então, normalmente esquecida e desvalorizada (SILIPRANDI, 2004; MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), 2006). Os maridos e filhos homens geralmente são encarregados pelo trabalho no cultivo do roçado e pelas atividades realizadas fora da casa e às mulheres (esposas e filhas) fica o cultivo dos alimentos nos quintais e tarefas domésticas (FERNANDES, 2009).

Diversos estudos mostram que o trabalho feminino ocupa uma posição de subordinação e encontra-se sub valorizado por ser considerado “mera” ajuda ao trabalho do homem, mesmo que a mulher exerça a mesma função ou trabalhe pelo mesmo período (BRUMER, 2004; FERNANDES, 2009). Essa situação de não reconhecimento da contribuição laboral da mulher traz profunda insatisfação a elas (FERNANDES, 2009).

A modernização da agricultura teve conseqüências negativas no que se refere à valorização do papel da mulher na agricultura. Hoje a crescente mecanização, além de diminuir as alternativas de trabalho no meio rural, ainda causa a masculinização do campo, uma vez que quem maneja as máquinas no campo são os homens. Com isso um número cada vez maior de mulheres adultas e jovens busca nas cidades uma alternativa de renda (ABRAMOVAY e CAMARANO, 1999; SILVA, 1998). Esse distanciamento da mulher na agricultura pode levar a perda da qualidade alimentar da família e conseqüentemente maior insegurança alimentar, pois cabe a mulher um papel importante de transmitir os conhecimentos tradicionais na agricultura, além da produção para o autoconsumo (SIQUEIRA, 2008).

A pessoa responsável por controlar os bens e recursos normalmente decide quem deverá se beneficiar com o produto do trabalho, com o lucro. A distribuição acaba sendo mais igualitária, em geral, no sistema de produção familiar em que a mulher participa de todas as fases de produção (PACHECO, 2009).

A participação da mulher na produção para o autoconsumo de sua família é bem acentuada e significativa, porém isso normalmente é considerado natural, não é dada a devida importância ao papel da mulher na segurança alimentar de sua família. Isso ocorre ao se considerar o trabalho da mulher uma extensão de seu trabalho como mãe/esposa/dona de casa, ou seja, provedora das necessidades da

família (BRUMER, 2004). As mulheres vêm apresentando alternativas para a produção e distribuição de alimentos baseadas na economia solidária, onde são resgatados os conhecimentos das mulheres na alimentação e no cuidado dos demais sob um aspecto emancipatório e coletivo (SILLINPRANDI, 2011).

Sendo assim uma comunidade pode até pensar em viver quase sem homens, mas não podemos visualizá-la sem mulheres e crianças (ELIAS, 1994). As mulheres através de pequenas iniciativas vinculadas principalmente à agricultura, na produção, transformação e venda de alimentos ou artesanato, buscam obter recursos financeiros os quais em geral são investidos no bem estar familiar (FÓRES,s/a). Conforme destacado no manifesto gerado na Marcha Mundial das Mulheres (movimento feminista internacional), o caminho para se alcançar a sustentabilidade da vida humana está em centralizar dentro da economia e dentro da organização da sociedade a alimentação de seus indivíduos (FÓRES, s/a).

## **Capítulo 2. METODOLOGIA DA PESQUISA**

Neste capítulo é feita uma descrição da área de estudo e dos atores da presente pesquisa, seguida de descrição da metodologia empregada.

Buscou-se o uso de metodologias qualitativas, pois essas possibilitam a compreensão de certos fenômenos apoiados no aspecto subjetivo da ação social, além de elucidar significados e perspectivas do sujeito em foco, é na vida cotidiana e na linguagem comum que se expressam os motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores (MINAYO, 2000; SERAPIONI, 2000; HAGUETTE, 2002).

### **2.1. Área de estudo e protagonistas**

Este estudo teve como foco principal as mulheres que compõem o grupo AMA Vergel (Associação das Mulheres Agroecológicas do Vergel) e suas famílias.

Essas mulheres residem no Assentamento 12 de Outubro, no Horto Vergel, antigo Horto Florestal da FEPASA (Ferrovia Paulista S. A.), localizado entre os municípios de Mogi Mirim e Itapira no interior de São Paulo, cuja principal via de acesso é pela rodovia Engenheiro João Tosello (SP147). O município de Mogi Mirim está situado à 160 km da cidade de São Paulo e à 60 km de Campinas. A área foi ocupada em 12 de outubro de 1997, fato a partir do qual escolheram o nome do assentamento.

Esta área, quando sob a responsabilidade da FEPASA, foi usada para a monocultura de eucaliptos os quais eram utilizados pela empresa como insumos na produção de dormentes para a ferrovia. O intenso monocultivo de eucaliptos degradou o solo deixando-o empobrecido e desgastado, suscetível a erosão, de forma que o solo do assentamento apresenta uma baixa fertilidade o que dificulta o desenvolvimento das culturas agrícolas.

A área total do assentamento é de 1216 ha, destes 360 ha são reservados para Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal, 20 ha são de áreas comunitárias, sendo o restante distribuído em 90 lotes com tamanho médio de 8,5 ha cada.

No início desta pesquisa, final de 2008, o grupo AMA contava com a presença de 10 integrantes. Durante a maior parte do desenvolvimento da mesma o grupo contou com a presença de sete mulheres (Sra. Ileide, sua irmã Sra. Nice, e sua filha

Sra. Lilian, Sra. Franceli, Sra. Felícia e sua filha Sra. Glória e Sra. Roseli). Estas mulheres representam quatro famílias, que ocupam quatro lotes do assentamento. E foram com essas quatro famílias que a pesquisadora teve contato mais próximo.

Entre os anos de 2009 e 2010, no decorrer desta pesquisa, três mulheres deixaram o grupo (Sra. Cleonice e suas filhas a Sra. Roseane e a Sra. Rosangela), declarando que o fariam temporariamente. Portanto, esta pesquisa foi desenvolvida com 7 integrantes do grupo. Na última atividade com o grupo AMA Vergel a Sra. Cleonice demonstrou interesse em retornar as atividades do grupo e disse que suas filhas também o querem fazer, o que foi muito bem recebido pelas demais.

## 2.2. A Metodologia Qualitativa

A metodologia qualitativa possibilita a apreensão de dimensões mais sutis da situação em foco nos possibilitando compreender as motivações mais íntimas que determinam as ações de cada indivíduo.

Na pesquisa qualitativa utilizamos da observação do comportamento das informantes e fala das mesmas, acompanhamento das atividades do grupo e da convivência no âmbito familiar. No trabalho de campo da pesquisa qualitativa existem inúmeras metodologias que podem ser usadas na obtenção de informações, dentre elas destacamos para o presente estudo: pesquisa ou observação participante, entrevistas e conversas, estudo de caso, história de vida, mapas, indicadores de sustentabilidade, análise FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) e o uso de questionário semi-estruturado.

Como referência para a metodologia empregada será feita descrição das mesmas:

**a) Pesquisa ou observação participante:** representa o fim do distanciamento entre sujeito e objeto, propõe/sugere a inserção do pesquisador no local de estudo e a participação efetiva da população no desenvolvimento da pesquisa. Nesta metodologia se faz uso de pesquisa documental, de informações vivas (conversas), das opiniões dos participantes, os dados obtidos são sempre provisórios, podem sempre sofrer modificações ao longo do desenvolvimento da pesquisa de acordo com as mudanças na vida do informante. A pesquisa participante é um tipo de pesquisa baseada em uma metodologia de observação, a qual busca uma aproximação na vida diária da comunidade ou do indivíduo.

Procurando maior envolvimento em algumas atividades visando assim adquirir melhor compreensão do grupo estudado e obter as informações de forma mais espontânea. O objetivo é a partir de um simples “andar com os olhos abertos” compartilhando alguns momentos do cotidiano com os sujeitos, compreender a percepção da realidade do indivíduo ou da comunidade (GEILFUS, 1997; VERDEJO, 2006).

**b) Entrevistas e Conversas:** fornecem informações gerais e específicas que remetem diretamente ao indivíduo entrevistado, como valores, percepções, atitudes e opiniões. A entrevista deve iniciar com uma apresentação clara da pessoa que a realiza, explicação das intenções com essa entrevista e busca da aprovação da pessoa entrevistada. As entrevistas podem ser realizadas através de questionários semi-abertos, com questões previamente definidas anteriormente, e/ou através de conversas / diálogos mais livres, procurando criar um ambiente aberto ao diálogo o qual permite à pessoa entrevistada se expressar livremente sem as limitações criadas por um questionário fechado (VERDEJO, 2006).

**c) Estudo de caso:** é a análise aprofundada de uma unidade. Trata-se de uma única realidade estudada exaustivamente, na tentativa de buscar novos elementos que possam explicar o objeto de estudo (OLIVEIRA, 2000).

**d) História de vida:** representa a trajetória ao longo de um tempo. Pode ser definido como uma biografia, podendo ser usada como um documento e como técnica de captação de dados. Essa metodologia atende aos propósitos do pesquisador e se preocupa com a fidelidade das experiências e interpretações do assunto tratado. A história de vida apresenta as experiências e as definições vividas por uma pessoa, o que pode refletir a vivência de um grupo ou de uma organização e como são interpretadas suas experiências. Captam-se o processo de memória e de reflexão, as críticas de um ser humano sobre suas vivências tidas em condições sociais altamente específicas. Assim é possível constatar valores, expectativas, idéias de vida, ponderações, frustrações e sofrimentos ao longo de uma trajetória; face aos vários processos sociais vivenciados pelo informante. Coletar relatos de história de vida é importante tanto para entender a dinâmica individual, como também a lógica do coletivo a que está inserido o sujeito em foco (HAGUETTE, 1987; DENZIN, 1999).

**e) Mapas:** servem para o planejamento, discussão e análise da informação visualizada. São utilizados para facilitar a percepção e compreensão do uso das



diferentes partes da propriedade agrícola como utilização da água, relevo, cobertura de solo, diversidade de cultivo, construções na propriedade (como casas, galpões). Importante ressaltar o valor observado nos mapas construídos pelos próprios agricultores. Com a participação direta dos envolvidos na propriedade é possível ver concretizado no mapa a visão que estes têm da utilização do espaço (GEIFUS, 1997; VERDEJO, 2006).

**f) Diagrama de Venn ou Análise Organizacional/Institucional:** o objetivo dessa metodologia é estabelecer uma representação gráfica das instituições, organizações e grupos ativos que estão em contato com a comunidade e com seus membros, ou seja, compreender como se dá essa inter relação e qual a visão do agricultor (GEILFUS, 1997; VERDEJO, 2006). Esse diagrama foi construído pela pesquisadora a partir das observações feitas no decorrer da pesquisa.

**g) Indicadores de sustentabilidade:** o indicador é um instrumento que permite mensurar as modificações nas características de um sistema, essencial para guiar a ação e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do progresso alcançado rumo ao desenvolvimento sustentável. Entende-se neste caso sistema como sendo um conjunto de elementos interconectados formando assim um todo organizado, ou seja, uma propriedade agrícola onde todos os elementos presentes estejam conectados trabalhando juntos, estudando tanto as partes quanto o todo. Para tanto utilizamos do método MESMIS (Marco de Avaliação de Sistemas de Manejo de Recursos Naturais Incorporando Indicadores de Sustentabilidade). Os indicadores são parâmetros selecionados por qualquer ator, técnicos ou agricultores, por quem deseja analisar um sistema. Estes podem ser considerados isolados ou combinados entre si. Indicadores de sustentabilidade são importantes por sua simplicidade de mensuração e de repetição, principalmente para o próprio agricultor. Através da visão sistêmica desta metodologia vemos necessidade de utilizar parâmetros que envolvam aspectos econômicos, sociais e ambientais, refletindo não apenas os fatores intrínsecos de cada uma dessas dimensões, mas também suas inter-relações. Um aspecto importante ao selecionar os indicadores consiste no fato de que os indicadores selecionados sejam capazes, não apenas de sinalizar a existência de uma degradação no sistema, mas também de advertir sobre eventuais perturbações potenciais (GLIESSMAN, 2000; LOPEZ-RIDAURA, 2001; DEPONTI, 2002; FERRAZ, 2003 a; FERRAZ, 2003 b).

**h) Análise FOFA** (Matriz de organização comunitária – Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças): o objetivo dessa metodologia é identificar, analisar e visualizar a situação atual do grupo para alcançar seu fortalecimento organizativo. A sua realização visa comparar vantagens, possibilidades, deficiências e problemas pertencentes ao sistema analisado, salientando seus pontos positivos e negativos. Essa metodologia também é desenvolvida com a participação do agricultor. Para o mesmo é feito um quadro onde se destacam as Fraquezas (pontos vulneráveis internos ao grupo), as Oportunidades (são situações, ocasiões e possibilidades relacionadas ao ambiente externo que poderão ser aproveitadas positivamente), as Fortalezas (pontos positivos internos ao grupo) e as Ameaças (fatores externos ameaçadores) presentes na propriedade do agricultor (GEILFUS, 1997; VERDEJO, 2006).

Estas metodologias são multidisciplinares, e assim como a agroecologia, se baseiam em várias áreas do conhecimento como a antropologia, a sociologia, a biologia, a economia, dentre outras.

### **2.3. Desenvolvimento da pesquisa**

A pesquisa teve início em 2008 com visitas prévias e exploratórias à campo a fim de conhecer as agricultoras do grupo e para definir a metodologia que seria utilizada. Foram realizadas diversas visitas nos lotes das famílias das mulheres que fazem parte do grupo AMA. As informações foram registradas em diário de campo, em gravações de áudio e de imagens digitais e na construção participativa de desenho de mapas. Em geral as idas ao campo ocorreram quinzenalmente e em alguns períodos mensalmente.

As idas frequentes ao campo facilitaram o envolvimento com as integrantes do grupo e a obtenção de informações espontâneas. Dispondo de mais tempo alguns questionamentos mais delicados puderam ser adiados aguardando o momento propício para fazê-los. Algumas das informações não poderiam ser obtidas através de um questionário convencional, consideramos que apenas uma observação constante e atenta como a que foi realizada ao longo desses dois anos é que propiciou este refinamento nos dados.

Para o início da pesquisa, com o objetivo de obter informações mais diretas, como idade e número de filhos, dos sujeitos deste estudo, foram aplicados roteiros

de entrevistas (Apêndice A), onde se tinham temas pré-determinados como guia para as conversas. Os mesmos serviram apenas como indicativo, como direcionamento / da conversa, de qualquer forma a mesma era aberta e poderia sofrer modificações. As conversas ocorreram nas casas de cada mulher e buscou sempre fazê-lo de maneira privada, sem a presença de outros familiares.

As repetidas visitas às mulheres do grupo possibilitaram encontrar outros familiares na propriedade como maridos e filhos. Sendo assim, procurou-se aproveitar esses momentos para uma conversa e maior aproximação com toda a família. Foi também realizada uma entrevista semi-estruturada com um dos líderes do assentamento (Apêndice B) a fim de compreender melhor como o grupo está inserido no assentamento.

Ao longo da pesquisa várias conversas foram acontecendo e com isso diversas informações puderam ser levantadas devido à maior aproximação e melhor vivência nas atividades diárias das mulheres do grupo. A qual foi essencial na percepção das dificuldades enfrentadas pelas integrantes do grupo.

Nesta pesquisa dividiu-se o foco em duas fases: estudo do grupo AMA Vergel e de suas integrantes e estudo de caso da propriedade da Sra. Ileide, uma das integrantes que na época do estudo era líder do grupo.

Para a pesquisa com o grupo AMA realizou-se entrevista individual com 4 mulheres do grupo, essas aconteceram inicialmente através de roteiro de entrevistas (Apêndice A). A escolha das mulheres foi aleatória e a Sra. Ileide (estudo de caso) não está entre essas mulheres. O roteiro foi aplicado no início de 2009, neste procuramos indagar sobre vários pontos envolvidos com o conceito da agroecologia, referentes à questão ambiental, à família e à comercialização.

Foi realizado também o levantamento de relatos de história de vida visando obter as informações necessárias para posterior análise da origem das famílias, de como foi a chegada ao assentamento, da formação do grupo e das motivações das mulheres em participar do mesmo bem como das reações de suas famílias. Nos relatos identificou-se suas trajetórias ao longo do tempo, as experiências, as definições, interpretações e sensações relacionadas à sua vida.

A observação participante e a entrevista são freqüentemente usadas na construção da história de vida de indivíduos, organizações ou mesmo de uma comunidade (HAGUETTE, 1987), no caso do presente estudo referimo-nos à história de vida dos indivíduos pertencentes ao grupo AMA. A história individual de cada

integrante do grupo acabou por delinear e determinar certos acontecimentos dentro do próprio grupo.

No final da pesquisa em 2010, realizou-se a análise FOFA (Matriz de organização comunitária). Foi organizada uma reunião com as sete mulheres do grupo, nesse encontro foi explicada a metodologia em questão e qual o objetivo da mesma. Para sua realização foram distribuídos pedaços de papel em branco para cada uma das mulheres presentes. Cada mulher deveria escrever quais os pontos fortes, quais as oportunidades, o que enfraquece e o que ameaça o grupo de mulheres sob o seu ponto de vista. As repostas foram dadas individualmente, de forma confidencial, sem identificação a fim de trazer mais liberdade às mulheres presentes. Logo depois a pesquisadora montou um quadro (Quadro 2) onde uniu todas as respostas dadas. O objetivo do uso dessa metodologia foi identificar, analisar e visualizar a situação atual do grupo para procurar alcançar seu fortalecimento organizativo. A sua realização visou comparar vantagens, possibilidades, deficiências e problemas do grupo em foco, salientando seus pontos positivos e negativos.

No estudo de caso da propriedade da Sra. Ileide realizou-se uma análise detalhada de sua unidade agrícola. As muitas conversas e constantes observações foram essenciais para a compreensão de sua estrutura familiar, do seu papel de líder no grupo e de sua opção pela agroecologia. Além disso, levantamos a história de vida da proprietária do lote.

Utilizou-se também da construção de mapas da propriedade junto à agricultora o que se mostrou fundamental para percepção e compreensão da mesma sobre o uso das diferentes partes da propriedade agrícola como água, relevo, cobertura do solo, diversidade de cultivos e construções na propriedade (como casas, galpões). Pedimos para a Sra. Ileide, em 2009 e em 2010, fazer um croqui do momento atual de sua propriedade, para assim visualizar a organização e utilização do espaço. A partir desses desenhos construímos os mapas apresentados nessa dissertação. Foi utilizado também um mapa construído anteriormente pela agricultora junto a Rede Regional de Agroecologia Mantiqueira Mogiana em 2008, visando observar as transformações na propriedade ao longo dos anos.

Auxiliamos a agricultora na análise da produção de milho e de mandioca da Quadra IV. Com relação a produção de milho foram contados o número de plantas (milho) por linha, o número de linhas, o número de espigas por planta, calculou-se o

peso médio das espigas e o número de espigas por planta. Para verificar qual a produção de mandioca nesta área limitamos uma área de 9m<sup>2</sup>, nesta contamos 16 plantas de mandioca e pesamos a mandioca produzida em três dessas plantas.

A propriedade agrícola foi reavaliada de forma participativa por meio dos indicadores de sustentabilidade. Os indicadores foram avaliados através de 3 diferentes parâmetros, para que esse pudessem ser avaliados atribuímos valores a esses parâmetros: 1=grau crítico, 2=grau aceitável e 3=grau desejado de sustentabilidade. Os indicadores utilizados (Anexo B) foram estabelecidos e aplicados anteriormente pela Rede Regional de Agroecologia Mantiqueira Mogiana em 2009. Os mesmos foram utilizados novamente em 2010, onde a própria agricultora atribuiu as notas entre 1 e 3 aos indicadores segundo sua percepção. Analisando os dados obtidos um ano e meio após a primeira avaliação foi possível verificar possíveis mudanças no sistema e suas conseqüências, principalmente no que diz respeito à sustentabilidade do mesmo. Utilizamos do Índice de Sustentabilidade Global (IS), expresso pela média dos valores atribuídos aos indicadores, o qual indica numericamente o desempenho total alcançado pela propriedade. Pudemos também compará-lo com o índice obtido em 2009.

## CAPITULO 3. RESULTADOS E DISCUSSAO

*“La vida no es la que uno vivo, sino la que uno recuerda y cómo la recuerda para contarla”*

Gabriel García Márquez

### 3.1 O grupo AMA Vergel

O grupo de mulheres surgiu logo no início do assentamento, por volta do ano de 2000. Adotou o nome AMA Vergel (Associação das Mulheres Agroecológicas do Vergel) quando estavam se preparando para participar da Jornada de Assentamentos Rurais da Feagri / Unicamp. Esse evento ocorreu em 2005 durante contato e desenvolvimento do projeto “Novas abordagens produtivas e autoconsumo em assentamentos rurais: propostas para as mulheres do Horto Vergel em Mogi Mirim, SP”, uma parceria de técnicos da Fundação Mokiti Okada (MOA) e técnicos da prefeitura de Mogi Mirim. A linha do tempo (Figura 1) ilustra bem alguns momentos importantes na história do grupo AMA Vergel.

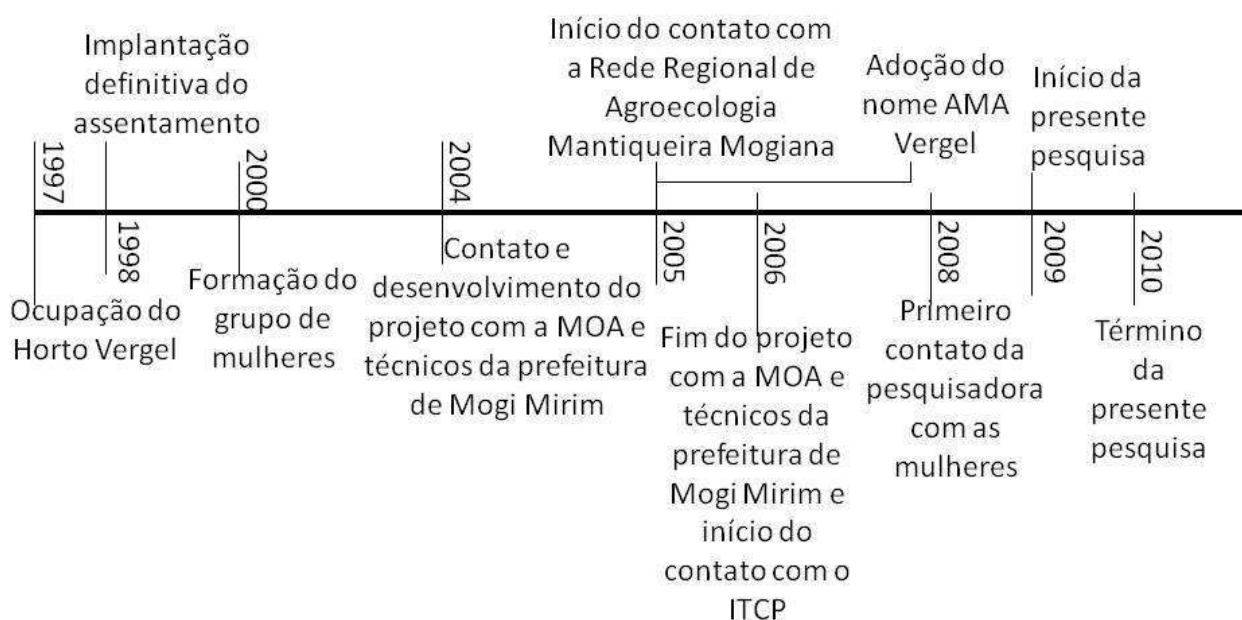


Fig. 1 – Linha do tempo - grupo de mulheres

A formação do grupo sofreu algumas alterações ao longo dessa pesquisa. As mulheres que estavam no grupo no início da pesquisa foram as mesmas que estavam no grupo no término da mesma. Porém, durante os dois anos de

desenvolvimento da pesquisa fatos particulares à vida de algumas delas as levaram a se afastarem temporariamente do grupo. A Tabela 1 ilustra a composição do grupo de mulheres e no Anexo A podemos visualizar no mapa do assentamento a disposição espacial dos lotes. Dentre os fatos podem ser mencionados: desilusão ligada à vida dura no assentamento, problemas de saúde e problemas familiares.

Tabela 1. Formação do grupo AMA Vergel no ano de 2010.

<b>Nome das Participantes</b>	<b>Tempo de Pertencimento ao Grupo</b>	<b>Lote</b>	<b>Idade</b>	<b>Parentesco</b>
Maria Ileide	desde o início	n° 48 - Nova Vida	56	mãe
Eunice Fátima	*	n° 48 - Nova Vida	54	irmã Ileide
Lilian Mara	*	n° 48 - Nova Vida	21	filha Ileide
Felícia	desde o início	n° 46 - Boa Sorte	79	mãe
Glória	desde o início	n° 46 - Boa Sorte	45	filha Felícia
Roseli	4 anos	n° 24 - Canaã	42	sem relação
Franceli (Preta)	4 anos	n° 36 - Beija Flor	31	sem relação
Cleonice	#	n° X	57	mãe
Rosangela	#	n° 39 - Reino Encantado	25	filha Cleonice
Roseane	#	n° Y	33	filha Cleonice

\* desde o início com algumas paradas para trabalhar fora  
 # participaram no início, saíram e voltaram faz 3 anos, com paradas para trabalhar fora

### **3.1.1 Agroecologia e o grupo AMA Vergel**

A agroecologia dentro do grupo de mulheres AMA Vergel é algo em desenvolvimento. O primeiro contato das mesmas com o tema ocorreu em 2004 e um dos objetos de estudo justamente foi relativo ao que elas compreendiam e aplicavam em suas vidas em relação aos conceitos advindos da agroecologia.

O resultado obtido neste roteiro não foi suficiente para determinar o que cada mulher compreendia sobre agroecologia, pois algumas respostas foram muito vagas e em muitos momentos as mulheres não demonstravam certeza nas respostas que estavam dando às perguntas formuladas. Verificamos que o roteiro não seria o

instrumento adequado para responder a essa indagação. Parte do resultado, obtido nesse roteiro, está apresentado na Tabela 2, nesta fizemos um recorte do roteiro e mostramos apenas as perguntas diretamente relacionadas a questão da agroecologia. Ao longo desses dois anos elas acabaram por assimilar mais informações sobre o tema nas diversas participações em dias de campo, fóruns e contato com grupos de diversas instituições que trabalham com a agroecologia, o que possibilita construir sua própria conceituação baseada na sua práxis.



Tabela 2. Resultado parcial do Roteiro de Entrevista

	1	2	3	4
O que voce entende por agroecologia?	trabalho em grupo e não usar veneno	Preservar a mata nativa, plantar árvores, respeitar a reserva legal, "cada um ter o seu espaço".	conservação da área verde	Agroecologia é agricultura, o trabalho com a terra, "inventor" (improvisação através do uso dos recursos disponíveis na propriedade)
Quais práticas de base agroecológica você utiliza em sua propriedade?	não utiliza	cuidam da reserva que tem na propriedade	não utiliza	agricultura natural
Como aduba? Como combate as pragas e doenças? Como controla as plantas espontâneas	calcário e veneno	0	Usa veneno para mato ("mata mato") e para controle de pragas e doenças. Ela falou que não usa veneno "em cima do alimento" e nesta situação eles fazem capina manual e com cavalo	Nim, adubo orgânico, planta adubo verde, cobertura morta, usa esterco de porco e galinha como adubo, utiliza barreira de vento
O que planta e como planta?	Plantou feijão de corda em 2008 pra consumo próprio. O restante da área é pasto, tem uma mula, venderam as vacas pra comprar um trator. O trator está parado.	0	Planta abóbora, mandioca e feijão, tudo separado. A entrevistada alega que como a área é grande eles não pensam em plantar as culturas juntas	Tem banana, milho, feijão, tem estufa (vai plantar tomate e pepino), batata doce.
Utiliza (ainda que parcialmente) insumos químico-industriais, ou outros insumos externos àqueles produzidos no próprio estabelecimento rural? Quais?	sim	veneno pra matar formiga, o mato controla com enxada	sim	Não usa veneno, nem pra mato e nem pra formiga
Quanto da área é utilizado para: cultivo/pastagem/ pouso/ outros?	a área está parada	0	0	3 hectares são pra cultivo, não tem área de pasto, uma área da propriedade alugou pra plantar vassoura
Como realiza o planejamento do sistema de produção em seu estabelecimento rural?	o marido faz o planejamento	o marido faz o planejamento	o marido faz o planejamento	o marido faz o planejamento
Como se caracteriza a utilização de mão de obra do sistema de produção? Quantas pessoas da família (caracterizar o grau de parentesco) e de fora da família estão trabalhando na propriedade rural?	o marido e ela ajuda	todos trabalham igualmente	o marido	o marido e ela ajuda, a filha só estuda
Qual a distribuição de tarefas comuns e específicas para homens e mulheres (seja crianças ou adultos) em sua propriedade rural?	não respondeu	diz que não há diferença	diz que não há diferença	diz que não há diferença
Utiliza plantas medicinais? Quais? Quantas tem plantadas no lote?	sim, boldo, dipirona, xapexão. Ela falou que a mãe entendia mais, que passou pra ela os ensinamentos, mas ela esqueceu	Tinha muito e comercializava, agora tem só para manter. Tem babosa, guaco, arruda, mil ramos / mil folhas, catinga de mulata, balsamo, besentacil, orégano, hortelã de cheiro, vick. Utiliza arruda pra espantar morcego.	não utiliza	hortelã
Faz consórcio? Quantas variedades utiliza em sua propriedade? Cria animais?	não	ela fala que não, mas planta milho com feijão	não, já teve galinha e porco	mamão com banana, café com mamão

Realiza experimentos agroecológicos, seja por conta própria ou com apoio de instituições de Ensino, Pesquisa ou Extensão?	não	não	não	sim, faz testes de sementes e de uso da terra
Como é feita a disposição do lixo em sua propriedade? E esgoto? E o uso da água?	Queima o lixo. O esgoto é fossa - buraco. A água: poço artesiano.	Queima "só o que a terra não aproveita", o vidro enterra e lata junta e vende. Cascas vão pra galinha. Esgoto: fossa - buraco. Água: poço artesiano	Queima o lixo. Resto de comida dá pro cachorro e casca de fruta e verdura coloca na terra como adubo. Esgoto: fossa - buraco. Água: poço artesiano.	Cascas de banana, de limão, e outras cascas ela joga no meio da plantação (adubo) e o restante ela queima. O esgoto: fossa - buraco. A água: poço cacimba e tem o poço artesiano
Quais as iniciativas para preservação / conservação dos recursos naturais?	não relatou iniciativas	não relatou iniciativas	Não tem mata nativa, tem uma área com eucalipto (já tinha e eles não tiraram). Ela considera isso uma medida de proteção à mata nativa.	não tem mata nativa
Como é feita a comercialização? Existem vínculos com grupos de consumidores para venda direta? Quais os municípios para os quais você comercializa seus produtos?	Não comercializaram nada em 2008. Querem plantar mandioca em 2009	Não estão comercializando ainda, antes era feita venda direta.	não soube informar	A banana e o mamão eles vendem, venda direta e vendem para o "mesa Brasil"
Quanto da sua alimentação diária vem do que você cultivava?	compra a maioria - praticamente tudo	Utiliza feijão, frutas, compra mais da metade. O milho vai para galinha e para o cavalo.	compra grande parte de sua alimentação	Sempre se alimenta do que está sendo cultivado, mas mais da metade vem do mercado
Quais os principais cursos/fontes de informação (práticos e teóricos) que já participou ou teve contato no campo da Agroecologia ou da produção orgânica?	Ouviu sobre agroecologia com o Chico da Embrapa, Ana Paula e Mokiti Okada, SEBRAE*	Aprenderam com Ana Paula e Mokiti Okata, Alexandre técnico da prefeitura, Chico da Embrapa *	ela disse que fez um curso mas não se lembra quem deu e não se lembra do curso	não relatou

\* Obs. O Chico da Embrapa representa a Rede Regional de Agroecologia Mantiqueira Mogiana, a Ana Paula era técnica da Mokiti Okada.

Legenda: (0) significa que a entrevistada não soube responder essa pergunta.

Uma das perguntas feitas neste roteiro refere-se a compreensão do conceito de agroecologia, foi perguntado "O que você entende por agroecologia?". Na resposta elas se lembraram da relação homem e meio ambiente, presente na conservação da natureza seja preservando a mata nativa seja no trato com a terra, e uma delas lembrou-se da questão social, do trabalho em grupo. Percebe-se, portanto que as mesmas apresentam fragmentos isolados do conceito de agroecologia, mas sem um entendimento holístico sobre o tema.

Observamos ao longo desses dois anos de contato com as mulheres do grupo que muitas vezes é difícil para elas formular uma resposta complexa sobre determinado assunto, ou seja, elas têm o conhecimento, a sabedoria, mas elas têm também dificuldade em expor esse saber. Muitas vezes foi possível presenciar situações em que elas demonstravam compreender o que a agroecologia envolve, porém quando houve a necessidade de expressar e definir em palavras o que é agroecologia, elas ainda apresentaram dificuldades.

Perguntou-se também se é feito algum tipo de experimento de base agroecológica na propriedade. Das quatro mulheres do roteiro apenas uma realiza

experimentos de base agroecológica em seu lote. No decorrer da pesquisa verificamos que há mais uma propriedade, a da Sra. Ileide, que também realiza experimentos de base agroecológica em seu lote. Com essas duas famílias foi desenvolvido um projeto voltado a uma produção agrícola pautada nos fundamentos da agroecologia. A Rede Regional de Agroecologia Mantiqueira Mogiana juntamente com essas famílias desenvolveram áreas experimentais nos lotes das mesmas, onde foi discutido de maneira participativa um processo de transição para modelos de produção mais sustentáveis dentro dos conceitos de agroecologia.

A boa aceitação dos conceitos agroecológicos nessas duas propriedades está relacionada às pessoas envolvidas no trabalho nos lotes referidos. Uma dessas famílias é a da Sra. Ileide, a qual será analisada mais adiante no estudo de caso. A outra família é a da Sra. Roseli, na qual o marido o Sr. Oscar é quem faz o planejamento do lote. Como em todas as famílias das integrantes do grupo, exceto da Sra. Ileide, quem comanda o trabalho no lote é o marido, o diferencial dessa propriedade é que o Sr. Oscar está diretamente envolvido com a agroecologia.

Ao serem questionadas sobre a preservação dos recursos naturais verificamos que pouco é realizado. Uma das mulheres relatou não haver área com mata nativa em seu lote e outra considera preservar a área com eucaliptos uma medida relacionada à mata nativa. Duas delas não relataram iniciativas de preservação e conservação, em nenhum dos lotes acima há mata nativa. No assentamento há uma área comum de Reserva Legal.

Vale ressaltar que o roteiro de entrevista foi aplicado no início da pesquisa, em março de 2009, desde então algumas mudanças aconteceram na vida dos sujeitos. Como por exemplo, a relação do que é cultivado nas propriedades. Ao longo desses dois anos os lotes sofreram modificações de plantio, em geral passaram a cultivar mais itens de horta. Essa mudança buscou suprir a reivindicação de um Programa Federal de compra de alimentos (PAA). Essa mudança trouxe benefícios às famílias que ali vivem, pois interferiu diretamente em sua dieta alimentar. Os moradores dos lotes passaram a ter uma alimentação com maior variedade de itens, advindos do próprio lote. Isto é um fator positivo, pois a diversidade no lote associada à valorização do autoconsumo garante a soberania e a segurança alimentar, pois proporciona uma alimentação mais farta e variada, além de representar um fator positivo também para a comercialização (PACHECO, 2009).

A produção pode ter caráter de valor de uso, quando destinada ao autoconsumo, bem como ter caráter de valor de troca, quando destinado ao mercado (SANTOS, 2003). No caso das famílias estudadas a produção engloba ambos. Tudo o que é produzido nos lotes têm como prioridade alimentar a família e somente o excedente é comercializado. A comercialização é muito importante, pois possibilita gerar renda e assim adquirir produtos que não são produzidos na propriedade (SANTOS, 2003).

Outra mudança foi relacionada às fontes geradoras de informação (teórica e prática) relacionadas à agroecologia. No decorrer destes quase dois anos o grupo foi alvo de muitos projetos, cursos, encontros, fóruns, diversas instituições mantiveram contato com o grupo, e todos acabaram por agregar mais conhecimentos agroecológicos para cada uma das mulheres.

Entretanto, essas informações nem sempre se traduziram em apropriação do conhecimento como explicitado por uma das integrantes em sua fala “Só que me pergunta o que eu aprendi meu Deus do céu, ai, já fiz vários cursos, mas menina, é duro pra mim aprender”. Um dos motivos deste não aproveitamento integral pode ser atribuído ao fato de que estas ações realizadas por vários grupos, não são integradas em um fio condutor único de raciocínio, mas são na maioria das vezes ações isoladas e desconectadas. Outro motivo pode estar relacionado a metodologia, as ferramentas utilizadas por esses grupos, estas podem não ser adequadas o que acarreta em um trabalho não efetivo. Além disso, os grupos podem muitas vezes ter uma boa fundamentação teórica relacionado ao conceito da agroecologia, mas não apresentam experiência prática.

Através do Diagrama de Venn (Figura 2) podemos visualizar quais as instituições que estão ligadas ao grupo AMA Vergel e qual seu grau de interferência no grupo, quanto mais longe do círculo central e quanto menor o círculo menor o envolvimento com o grupo AMA Vergel.

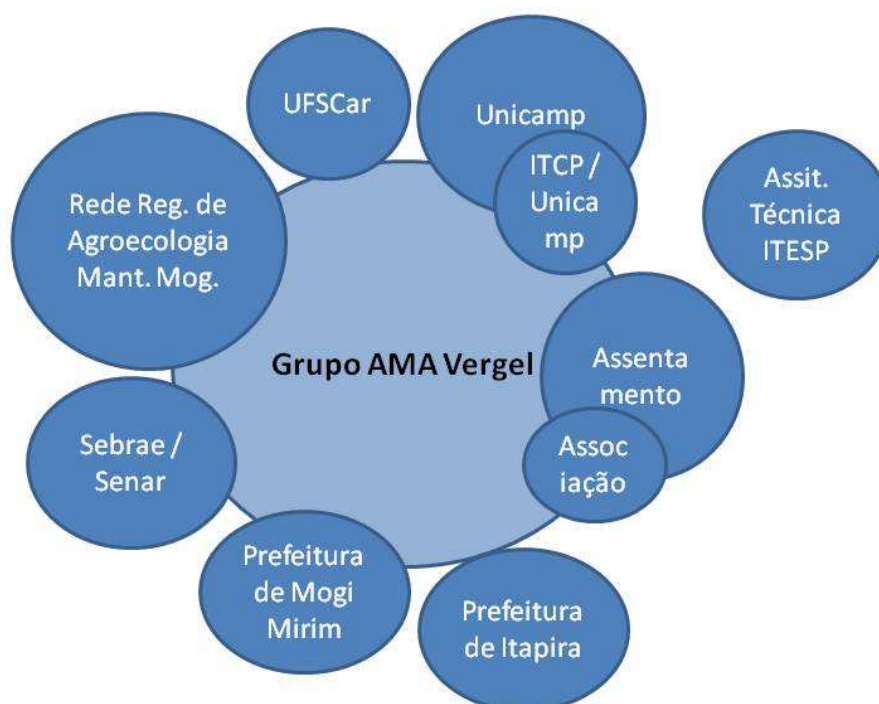


Fig. 2 – Diagrama de Venn do Grupo AMA Vergel e principais instituições.

A UFSCar e a Unicamp (Faculdade de Engenharia Agrícola - FEAGRI) estiveram em contato com o grupo por intermédio de seus pesquisadores, professores e estudantes (graduação e mestrado) os quais desenvolveram pesquisas com o grupo de mulheres. O ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares) é um grupo da Unicamp que desenvolve trabalho direto com as mulheres, a fim de aprimorar o trabalho em grupo e propiciando o contato direto com o consumidor por meio das cestas de produtos. O Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) ofertou alguns cursos para os assentados dentre os quais as mulheres do grupo participaram do curso de Turismo Rural. A Rede Regional de Agroecologia Mantiqueira Mogiana apresenta um trabalho de extensão na temática da agroecologia com duas famílias do grupo AMA Vergel, além disso, oferece dias de campo com o intuito de trocar experiências entre agricultores e pesquisadores. O círculo referente à assistência técnica do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) está aqui representado menor e mais distante do círculo central, pois durante os anos da presente pesquisa se mostrou

bastante deficiente, não suprimindo as necessidades das integrantes do grupo e de suas famílias.

O apoio da Prefeitura de Mogi Mirim para o grupo de mulheres foi bastante reduzido, mas não nulo, surgindo em poucas ocasiões como, por exemplo, ao disponibilizar uma área na própria prefeitura para expor os trabalhos desenvolvidos pelo grupo. A Prefeitura de Itapira foi procurada algumas vezes, mas os serviços oferecidos para a comunidade foram irrisórios.

O grupo AMA Vergel não tem o objetivo de se desenvolver de maneira isolada dentro do assentamento, procura sempre se manter em contato com os demais agricultores e com a associação do mesmo, participando de reuniões, convidando outros assentados para participarem de atividades que chegam ao grupo de mulheres (como por exemplo, os cursos de capacitação).

No segundo semestre de 2010 a Sra. Ileide, até então presidente do grupo de mulheres (AMA), assumiu o papel de presidente da associação do assentamento 12 de outubro, porém não abandonou o grupo AMA Vergel. Essa associação representa o assentamento como um todo, o presidente até então era o Sr. Walter. Ao assumir o cargo de presidente da associação a Sra. Ileide justificou dizendo “Quero ter condições de trabalhar e dar condições pro povo trabalhar”. Ela relata que como presidente da associação quer continuar o trabalho com o Banco de Sementes (falaremos mais sobre o mesmo mais adiante, no item 3.2.4) envolvendo todo o assentamento, planeja uma cozinha industrial, para que todas as mulheres interessadas possam trabalhar e pretende unir mais as famílias do assentamento, principalmente para melhorar a comercialização, e deseja melhorar a integração dos jovens.

Logo após o primeiro contato com temática de agroecologia em 2004 juntamente com a Sra. Ana Pegorer – MOA – e técnicos da prefeitura de Mogi Mirim algumas famílias das mulheres integrantes do grupo AMA modificaram em parte sua forma de produção agrícola. Passaram a utilizar menos agrotóxicos, a diversificar mais o sistema e a utilizar rotação de culturas (SIQUEIRA, 2008). Porém, observou-se que não são todas as famílias que buscam aplicar em seu lote os princípios agroecológicos, principalmente no referente à produção agrícola. Isso ocorre porque na maioria das famílias dessas mulheres quem faz o planejamento da produção é o marido, e esse muitas vezes não está envolvido com a agroecologia.

Através do roteiro verificamos que das quatro famílias apenas uma procura produzir seguindo os preceitos da agroecologia. Com relação ao grupo todo (sete lotes / sete famílias) encontramos mais uma família que também produz baseado nos princípios agroecológicos. Desses, um é planejado por uma mulher (vamos discutir melhor sobre essa propriedade no estudo de caso) e o outro por um homem, esse por sua vez, diferentemente dos outros homens, participa dos projetos desenvolvidos pela Rede Regional de Agroecologia Mantiqueira Mogiana e são as mesmas propriedades que também realizam experimentos de base agroecológica em seus lotes.

Do início da pesquisa (2009) até o seu término (2010) verificaram-se mudanças de comportamento relacionado à produção no lote de algumas mulheres. Um exemplo que podemos relatar seria o que ocorreu com a Sra. Franceli: no início da pesquisa a mesma relatou que não gostava de lidar com a terra e disse também que pensava em trabalhar com o marido na horta para tentar convencê-lo a não usar veneno. No ano de 2010, a Sra. Ileide e a Sra. Roseli, as quais moram nos lotes que procuram seguir os preceitos da agroecologia, disseram de maneira muito orgulhosa e feliz que a Sra. Franceli estava agora com uma “horta muito bonita” na frente de sua casa. O papel da mulher agricultora, para produção doméstica de alimentos, possui uma lógica diferente da do homem a qual é voltada ao mercado, a mulher se preocupa primeiro com a alimentação e com o bem estar da própria família (FERREIRA, 2009).

Com relação ao “veneno” alguns lotes ainda utilizam agrotóxicos no combate a pragas, doenças, formigas e para controlar as invasoras. Destas famílias uma mulher declarou durante o roteiro de conversa que não utiliza “veneno” diretamente nos alimentos, mostrando assim uma preocupação com a toxicidade do insumo utilizado. Durante as visitas aos lotes foi possível verificar que algumas famílias ainda apresentam a falsa crença de que utilizar agrotóxico para matar formigas e também o “mata mato” em mourões e cercas não causaria problemas de contaminação na produção. As famílias que não utilizam agrotóxico geralmente o fazem por não terem condições financeiras de comprar esses insumos químicos e industriais, muitas vezes não havendo consciência de sua toxicidade. Uma das mulheres e seu marido relataram que ao adquirirem o lote eles não tinham dinheiro para comprar agrotóxico e sendo assim optou por não utilizar o mesmo, ela acredita que quem planta não tem dinheiro para comprar nem “veneno” e nem adubo.

Algumas mulheres do grupo relataram o cuidado de guardar sementes de frutas. Durante o consumo das frutas, elas separam e guardam as sementes para posteriormente plantá-las por todo o lote, buscando assim aumentar a diversidade no mesmo.

O grupo de mulheres ao longo dos anos de 2009 e 2010 participou de diversos cursos, feiras agroecológicas, intercâmbios de experiências, fóruns. Nestes eventos o grupo pode adquirir mais conhecimento sobre a agroecologia, tiveram oportunidade de trocarem experiências e saberes, nas muitas conversas e observações elas puderam desenvolver uma visão mais crítica. Esse intercâmbio de experiências e saberes em agroecologia vêm se mostrando como uma importante ferramenta no processo de empoderamento, onde elas adquirem mais conhecimento e se fortalecem como grupo. As trocas de informações aumentaram nos últimos anos quando o grupo passou a ter contato com mais instituições como Unicamp, UFSCar e Embrapa.

Nestes eventos as mulheres puderam expor e comercializar os produtos obtidos em seus lotes, desde legumes, verduras (folhosas), tubérculos (mandioca), frutas (*in natura*), processados (compotas, geléias, bolos, pães, farinha de mandioca, pão de queijo, polvilho) até artesanato (bonequinhas, panos de prato e tapetes).

Em 2009, o grupo participou da IV Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais (Figura 3), de diversos intercâmbios de experiências promovidos pela Rede Regional de Agroecologia Mantiqueira Mogiana e cursou o programa de Turismo Rural de Mogi Mirim promovido pelo SENAR-AR/SP e pelo Sindicato Rural de Mogi Mirim.



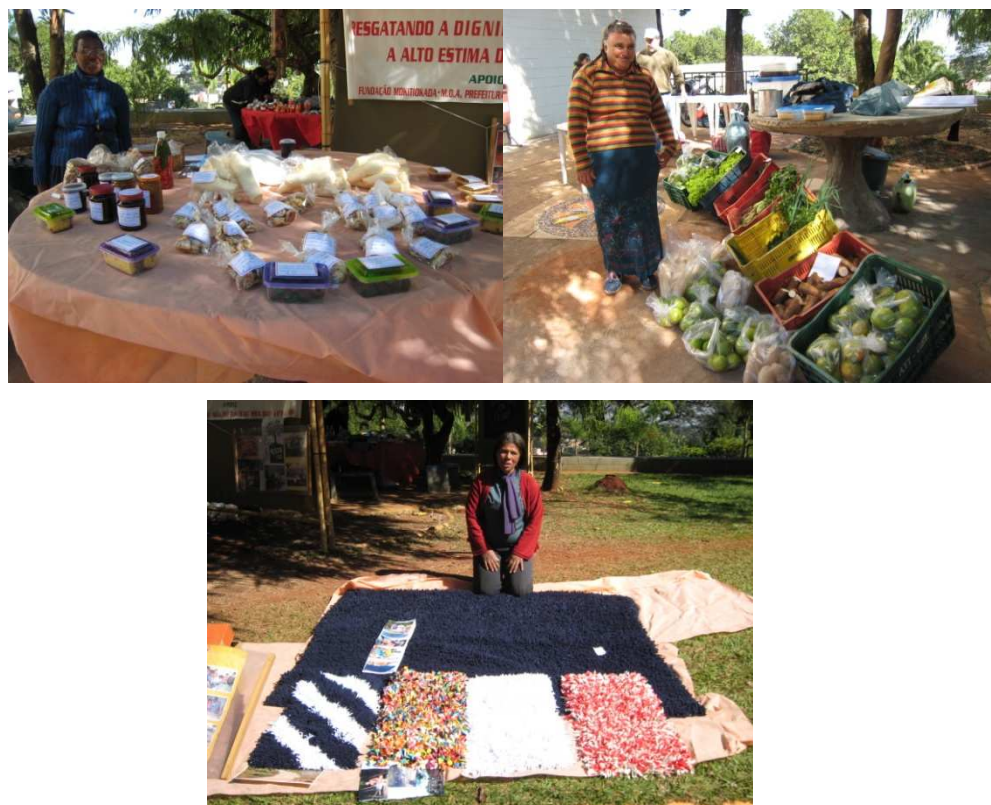


Fig. 3 – Participação na IV Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais – FEAGRI/Unicamp-2009 – algumas mulheres do grupo e seus produtos (processados, in natura e artesanato)

No curso de Turismo Rural elas puderam pensar sobre a organização do conhecimento que elas já têm sobre o processamento da mandioca (considerado principal produto trabalhado no grupo). Puderam pensar em alternativas geradoras de renda dentro da propriedade e fizeram mutirões para organização de partes da estrutura física dos lotes das famílias participantes do curso. No mesmo as mulheres montaram um caderninho contendo algumas receitas com mandioca, doces e salgadas, e para finalizar o curso elas realizaram uma festa, o Arraial Mogiana. Tanto o convite para o arraial quanto o caderninho de receitas foram confeccionados pelas mesmas (Figura 4).



Fig. 4 - Convite e caderninho de receitas – Curso de Turismo Rural

As mulheres também organizaram em julho de 2009 uma festa no assentamento, onde puderam comercializar seus produtos, o convite também se estendeu para todos os produtores do Vergel (Figura 5). A idéia era conseguir dinheiro para o registro do grupo. A festa foi realizada na estação (antiga estação de trem que foi reformada), espaço comunitário do assentamento. Alguns produtores participaram vendendo produtos produzidos no próprio lote e também com outros itens, as mulheres venderam produtos *in natura*, processados (como doces e pães), pastel e artesanato. A festa teve duração de dois dias e contou com a presença de um público bem satisfatório. As mulheres tiveram apoio do ITCP da Unicamp no planejamento da mesma, essa incubadora de cooperativas auxilia na organização do grupo. Como resultado elas conseguiram dinheiro suficiente para contratar um advogado, este organizou e providenciou o registro em cartório do nome do grupo como uma associação.



Fig. 5 - Festa dos produtores do Vergel: barraquinha do grupo AMA Vergel.

### 3.1.2 O grupo de mulheres e suas famílias: como se dá essa relação?

Família rural pode ser entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço e que compartilha a propriedade de um espaço de terra para cultivo agrícola (SCHNEIDER, 2003). As mulheres do grupo AMA Vergel buscam melhores condições de vida, principalmente para suas famílias. E na luta pela valorização da força feminina apresentam excesso de compromissos, pois cada mulher além de participar das atividades do grupo ainda é mãe, dona de casa, produtora rural, artesã, representante da comunidade, são mulheres.

Muitas vezes essas mulheres se deparam com a incompreensão de certos familiares, normalmente do sexo masculino, principalmente do marido ou do pai. Dentro da propriedade, no trato com a terra, a palavra final muitas vezes é do homem, é o pai ou o marido quem decide o que, como e quando plantar.

Uma das mulheres se queixou de que os seus maridos não querem seguir os preceitos da agroecologia defendidos pelas mulheres do grupo. Essa mesma mulher alegou ainda que muitas vezes separa algumas sementes e as planta em outra parte do sítio, o faz da maneira que ela acredita ser correta sem a interferência do marido.

Conforme explicitado na tabela 2, elas acabam por não declarar diferença na divisão do trabalho, porém através das observações feitas no campo pudemos verificar que de fato essa divisão ocorre sim. A desigualdade de gêneros se mostra em diversas situações como no valor do rendimento, na jornada de trabalho, entre outros (PACHECO, 2009). As mulheres participam do trabalho doméstico, cuidando da casa, dos filhos, do marido e também do trabalho produtivo, ou seja, do trabalho na terra com o marido. Além disso, apresentam o trabalho dentro do grupo de mulheres. Essas mulheres apresentam duplo ou até triplo papel (SILIPRANDI, 2004), como mãe/esposa/dona de casa, como agricultora e como integrante do grupo. A análise de gênero nos possibilita verificar os papéis, as atividades, as responsabilidades, as oportunidades e os fatores limitantes na vida das mulheres que fazem parte do grupo estudado e assim buscar condições mais igualitárias para homens e mulheres (SIQUEIRA, 2008).

Outra queixa por parte de algumas mulheres é o fato de não ficarem com o dinheiro obtido na venda do que é produzido no lote. O marido é quem fica com o lucro e cabe a ele decidir como empregar esse dinheiro. Essas mulheres dizem que

o pouco dinheiro obtido no grupo ajuda, pois assim elas têm a possibilidade de comprar uma roupa para elas e se cuidarem um pouco.

Alguns familiares não acreditam no alcance de resultados positivos no trabalho do grupo AMA Vergel. Muitas mulheres relataram que eles alegam que “é trabalho perdido” que não irá dar lucro, e dizem que normalmente eles não gostam e não concordam com suas idas constantes às reuniões. Algumas mulheres disseram que os maridos querem que elas saiam do grupo para trabalharem por mais tempo com eles no trato com a terra.

O fato de terem formado um grupo só de mulheres pode a princípio ter despertado um sentimento de exclusão nos homens. Levando em consideração esse fato e procurando neutralizar esse sentimento, as mulheres buscam convidar os homens da família, marido, pai, irmão, genro, para participarem dos dias de campo a que são convidadas (Figura 6).



Fig. 6 – Participação do grupo AMA Vergel e dos maridos de duas mulheres do grupo em dia de campo.

Foi relatado também que algumas pessoas do próprio assentamento criticam o grupo. Elas alegam que isso ocorre pelo fato dessas pessoas não conhecerem o trabalho dentro do mesmo “dizem que só tem reunião que não fazemos nada”, declarou uma das mulheres do grupo AMA Vergel.

Durante conversa (Apêndice B) com o Sr. Walter na época presidente da Associação do assentamento e uma espécie de líder do mesmo, constatamos que o mesmo não acredita que as mulheres ao formarem um grupo estejam agregando algo positivo ao assentamento. Para ele o grupo de mulheres surgiu para disputar poder dentro do assentamento. Este é um dos pontos de conflito entre o grupo de



mulheres e a presidência da associação, o que dificulta a interação e ampliação de suas idéias junto aos demais assentados e prejudica suas reivindicações. O único aspecto positivo destacado pelo Sr. Walter relacionado ao grupo foi o manejo agrícola sem agrotóxico incentivado pelas mulheres.

### **3.1.3 O trabalho em grupo fortalecendo o feminino**

As famílias chegaram ao assentamento em 1997 e desde o início as mulheres se mostravam fortes, engajadas e solidárias. Em meio à confusão habitual do início de um acampamento precisavam de alguém para cuidar das crianças principalmente enquanto estavam acampados e se organizando quanto à alimentação, segurança, levantando as barracas. A mobilização de algumas mulheres fez surgir a “Casa da Criança”, um núcleo com a finalidade de abrigar e cuidar das crianças enquanto suas famílias se estabeleciam e buscavam a sobrevivência no assentamento, este durou quatro anos.

As mulheres foram percebendo que em grupo elas tinham mais força, que eram mais representativas e mais ouvidas e que assim alcançariam com maior sucesso seus objetivos. Sendo assim, passaram a fazer todas as reivindicações através do grupo de mulheres. As mulheres conseguiram junto à prefeitura um ônibus escolar, o qual passa duas vezes por dia nas ruas do assentamento e leva as crianças até as escolas da cidade de Mogi Mirim, obtiveram também uma rua de acesso a cidade. Nas palavras de uma das mulheres do grupo, a Sra. Ileide, “o grupo de mulheres surgiu pela necessidade”.

Assim as mulheres estavam se fortalecendo e cada vez mais buscando respeito e uma vida digna. Nas palavras da Sra. Ileide “*nós mulheres sempre trabalhamos, mas nunca tivemos autonomia. Só temos autonomia dentro do nosso grupo*”.

As mulheres encontraram na AMA um momento de união entre elas, nos encontros elas conversam e compartilham frustrações, medos, angústias, momentos de alegria e fortalecimento pessoal. As mulheres discutem em grupo a produção e questões específicas de gênero dentro das relações familiares.

É difícil precisarmos uma data para a gênese do grupo de mulheres que posteriormente ao terem contato com os conceitos da agroecologia passaram a se autodenominar AMA Vergel. Não há um fato único ou um acontecimento que o

inaugure. Inúmeros e distintos fatores econômicos, sociais e culturais as impulsionaram na constituição do grupo. Assim, ficamos limitados em analisar as circunstâncias que de certa forma as levaram na busca por alternativas de trabalho e renda trilhadas por caminhos muitas vezes novos e quase sempre incertos.

O nome do grupo surgiu em 2005 quando as mulheres estavam se preparando para participar da Jornada de Assentamentos Rurais da Feagri (Faculdade de Engenharia Agrícola) da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). O nome escolhido foi AMA Vergel (Associação das Mulheres Agroecológicas do Vergel) o qual sugere uma representação do amor feminino, agroecológicas vem da identidade de cada mulher agricultora com um novo pensar sobre sua realidade no meio rural e Vergel visa mostrar de onde elas são e o local o qual representam. O logotipo que representa o grupo são as letras AMA e V (Vergel) formando um coração (Figura 7).



Fig. 7 – Logotipo do grupo de mulheres AMA Vergel

Foi relatado pelas mulheres da AMA a importância do grupo para a vida de cada uma delas. O objetivo da formação do grupo vai para além de uma possível obtenção de lucro, não foi concebido visando apenas o retorno financeiro: esse espaço comum representa uma oportunidade de união, apoio e amizade entre elas. Quando estão reunidas elas aproveitam para conversar sobre assuntos os quais normalmente elas não encontram espaço, nem lugar e nem com quem compartilhar e desabafar. O processo de obter poder sobre a própria vida não pode ocorrer de forma isolada da ação coletiva, algumas mudanças pessoais devem acontecer para que se possa alcançar esse empoderamento, como: construção de auto-imagem e de autoconfiança positiva, desenvolvimento da habilidade de pensar criticamente,

construção de um grupo coeso e promover a possibilidade de tomada de decisão e de ação.

Durante as reuniões foi possível verificar uma manifestação de liberdade nos assuntos tratados entre as mulheres, elas muitas vezes se sentiam livres para conversar sobre os filhos e sobre o marido e sempre receberam apoio das outras mulheres. Esse espaço comum se mostrou muito importante, pois ali, as mulheres puderam dividir frustrações e alegrias, além de perceber que muitos problemas são comuns também às outras, assim elas foram se fortalecendo e ganhando auto-estima. Trabalhando em grupo elas conseguem afastar a solidão muitas vezes presente na vida da mulher do campo, a vida como assentada rural é muito dura e não conseguir expressar seus medos e angústias pode frustrá-la e representar uma ameaça para o seu sucesso nesta vida.

A Sra. Franceli, integrante do grupo há quatro anos, entrou no mesmo a convite da mãe a Sra. Luiza, um ano após entrar no grupo sua mãe faleceu. Nessa época o grupo era formado pela Sra. Franceli, Sra. Ileide e Sra. Irani. A Sra. Irani é irmã da Sra. Franceli e no momento está temporariamente fora do grupo, pois está trabalhando na cidade, mas deseja voltar para a casa do pai no assentamento e para o grupo. A Sra. Franceli reconhece a importância do trabalho em grupo, ela relata que ali aprende muita coisa e também diz que *“gosta da amizade da mulherada”*. No período em que integrou o grupo o foco principal era a produção de farinha de mandioca. A farinheira após pouco tempo de operação teve que ser fechada devido ao fato de não estar adequada às normas da vigilância sanitária, uma desilusão para todo o grupo. Ela relata que quer voltar a trabalhar na farinheira porque *“era onde a mãe trabalhava e era o que sua mãe queria”*, e ainda afirma *“minha mãe lutou muito pela farinheira”* e diz também que assim que for possível vão reabrir a farinheira e ela levará o nome de sua mãe conforme acordado com o grupo. Ela não fornece produtos para AMA Vergel, pois seu marido usa agrotóxico no sistema de produção.

A Sra. Rosângela integrou o grupo a convite da Sra. Ileide. No início também trabalhou na farinheira, está um pouco afastada do grupo no momento, mas também reconhece a importância do trabalho em grupo na conquista de ideais. A Sra. Roseli está no grupo há 4 anos e ela gosta muito de ressaltar a importância do trabalho em grupo, especialmente por ser só de mulheres, como um espaço de liberdade de expressão e desabafo, *“no grupo de mulheres é tipo terapia, às vezes, você tem*

*alguma coisa guardada dentro de você e aí você conta né, sente mais força, é gostoso trabalhar em grupo”.*

No período compreendido entre os anos de 2004 e 2006, técnicos da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim fizeram uma parceria com o Centro de Pesquisa da Fundação Mokiti Okada – MOA (Ipeúna/SP) para assim desenvolver um projeto de transição agroecológica no assentamento. O foco do projeto foram as mulheres assentadas essas receberam um curso de capacitação para transição agroecológica através do projeto “Novas Abordagens Produtivas e Auto Consumo em Assentamentos Rurais: propostas para as mulheres do Horto Vergel em Mogi Mirim, SP” (PEGORER, 2008).

Logo nas primeiras reuniões foram levantadas pelas mulheres participantes do projeto algumas demandas que levaram o projeto a focar quatro temas: horta natural, práticas com plantas medicinais e aromáticas, oficina de artesanato e oficina de culinária.

A Sra. Felícia lembra-se das equipes que formaram nessa época, a Sra. Glória, sua filha, fazia parte do grupo do artesanato e ela fazia parte do grupo das plantas medicinais. A partir desse projeto houve a intensificação das atividades comuns, através dos grupos formados, gerando maior interação entre as mulheres do grupo o que acabou fortalecendo a sua organização social (PEGORER, 2008). Esse foi o primeiro contato das mulheres com a agroecologia.

Algumas mulheres atribuem o fato do grupo não estar hoje em uma situação melhor ao término do apoio dado pela Sra. Ana Paula Pegorer, que esteve responsável pelo trabalho desenvolvido pela fundação Mokiti Okada (MOA) e técnicos da prefeitura, o que mostra certa dependência do grupo à assistência técnica e social, devido ao pouco tempo de contato com esta nova visão. O tempo de contato das mulheres com essa nova visão, com esses novos valores através da Sra. Ana Paula – MOA - e com os técnicos da prefeitura, foi insuficiente para que ocorresse o empoderamento pelas mulheres das informações passadas a elas ao longo desses dois anos. Sendo assim, a partir do momento em que não estavam mais com o apoio dessas pessoas elas se sentiram perdidas e desmotivadas. Hoje, quatro anos após o término desse projeto, percebemos que as mulheres estão voltando a se engajar, elas estão percebendo que cada grupo que lá aparece com um novo projeto representa apenas uma ajuda, uma idéia momentânea de trabalho



com o grupo e que o crescimento do grupo depende inteiramente do trabalho, engajamento e força das próprias integrantes.

O processo de formação do grupo acaba por criar espaços onde as mulheres podem refletir e assim construir sua organização política e produtiva o que acaba por contribuir com sua conscientização no trabalho desenvolvido no grupo quanto para o seu reconhecimento como tal.

### **3.1.4 O desenvolvimento da autogestão**

O grupo de mulheres é autogestionado e utiliza-se da agroecologia como referência prática e conceitual para suas atividades. O grupo AMA Vergel pode ser enquadrado na economia solidária por se tratar de um grupo formado por agricultoras familiares que apresentam um caráter coletivo, autogerido e suprafamiliar, como caracterizado por Schimitt (SCHIMITT, 2009).

A atuação em grupo vai além de apenas representar uma alternativa para a geração de renda e conseqüentemente sustento das famílias. Agregado a isso o grupo apresenta uma função que para muitas das mulheres surge como principal em suas vidas: a amizade e o apoio.

As reuniões do grupo acontecem toda semana. Elas realizam reuniões internas onde apenas as mulheres que fazem parte da AMA Vergel participam ou realizam reuniões com outros grupos e instituições os quais as acompanham, como ITCP / Unicamp e Embrapa. Durante as reuniões é feita a tomada de decisões, tudo é realizado de forma democrática, através do diálogo.

A Rede Regional de Agroecologia Mantiqueira Mogiana, vinculada à Embrapa, oferece muitos dias de campo, onde as agricultoras podem trocar experiências com outros agricultores e conhecer outras propriedades agrícolas. Nas reuniões com outros grupos procura estar presente todo o grupo AMA Vergel, quando isso não é possível, após a reunião elas procuram passar as informações para todas as integrantes.

A decisão de quem participará das feiras, dos eventos e dos cursos normalmente é feita também durante as reuniões ou em conversas informais entre elas. Assim quem tiver interesse em estar presente em determinado evento representando o grupo se manifesta, ou então, elas acabam escolhendo alguém com melhor capacidade de aproveitamento (maior conhecimento do assunto a ser

abordado) e maior disponibilidade, procurando não atrapalhar seus compromissos pessoais e afazeres domésticos (o que poderia trazer uma desavença familiar) e de forma a agregar conhecimento.

O fato de terem se organizado como um grupo autogestionário pode ter sido influenciado pela forma com que essas mulheres chegaram naquela área, por um movimento político de aquisição da terra. Podemos encontrar na AMA Vergel características muito importantes para o seu sucesso com a autogestão, como as mencionadas por Eid (2003) harmonia na gestão do grupo, alto grau de solidariedade entre elas e atividades voltadas para o coletivo procurando satisfazer os interesses comuns do grupo.

O comportamento de cada mulher no grupo nasce da sobreposição de vários fatores, dentre eles: situação econômica, necessidades materiais, projeções futuras, objetivos e interesses pessoais, posições políticas (especialmente dentro do assentamento), atividades de trabalho e expectativas (individuais e/ou familiares e/ou referentes ao grupo como um todo).

Ao longo desses anos desde o início da mobilização, a chegada ao assentamento até os dias atuais com o grupo mais estruturado internamente e socialmente, as mulheres vêm superando obstáculos, alcançando seus objetivos e por outro lado encontrando novas dificuldades e barreiras.

Uma importante barreira foi vivenciada em 2007. As mulheres começavam a aumentar suas vias de comercialização e juntas dinamizar a divulgação do grupo e de seus produtos. Porém, com o aumento da produção e conseqüente reconhecimento o grupo começou a se destacar, sendo assim, elas receberam a visita da vigilância sanitária no local onde os itens comercializados eram produzidos. Para as mulheres era importante conseguir a autorização deste órgão e até hoje elas ainda almejam isto.

A farinha funcionava na casa da Sra. Ileide de forma bem tradicional, o que para o órgão em questão não atendia às normas sanitárias exigidas, sendo assim, por falta de estrutura física adequada elas não conseguiram este alvará de funcionamento, enquanto não fossem feitas as reformas exigidas elas não mais poderiam continuar produzindo farinha. Temendo prejudicar o nome do grupo a decisão tomada pelas mulheres foi de parar provisoriamente.

Esse fato trouxe uma sensação de derrota para muitas das mulheres: elas se sentiram desanimadas e perdidas. Elas lutaram muito pela farinha, era onde o

grupo obtinha maior renda, as reformas estruturais exigidas para dar continuidade a farinha estão muito aquém do possível para elas. Uma mulher muito citada ao falar sobre a farinha é a Sra. Luiza. A Sra. Luiza esteve presente desde o início do grupo participando de sua formação e foi ela a responsável pelo envolvimento da Sra. Franceli no grupo. Todas falam muito da importância da Sra. Luiza para a farinha. Ela faleceu em 2006.

Outra dificuldade de caráter social que por um longo tempo ocorreu entre elas é a concentração de algumas das tarefas em apenas uma pessoa. A Sra. Ileide está presente no grupo desde o início quando começaram a se reunir em busca de soluções para a rotina do dia a dia do assentamento. Ela tem um perfil de liderança muito forte, consegue articular as idéias do grupo e expressá-las com facilidade para outros grupos, em fóruns e encontros. Além do que ela se mostra bastante disposta e disponível em participar das diversas atividades para as quais o grupo é convidado, inclusive em fóruns políticos, o que certamente fortalece, amadurece e enriquece o seu discurso e o seu perfil de liderança.

O fato da Sra. Ileide assumir este papel parece, muitas vezes, não incomodar as demais mulheres do grupo, ao contrário, é confortável para elas que ela esteja à frente. No entanto esta situação muitas vezes prejudica o grupo, pois nem sempre a Sra. Ileide pode participar das atividades causando certa tensão para a indicação de uma substituta, o que nem sempre conseguem. Apesar de delegarem a liderança a Sra. Ileide isso ainda traz conflitos dentro do grupo, algumas mulheres se sentem prejudicadas pela maioria das atividades se concentrarem no lote da Sra. Ileide, e acreditam que elas não conseguem se desenvolver mais por não participarem o suficiente, devido a essa concentração das atividades.

Na situação relatada acima podemos verificar a falta de percepção da importância do papel de cada uma por parte de algumas integrantes do grupo, e também de conhecimento do tipo de empreendimento a que fazem parte. Algumas vezes, em empreendimentos autogestionários, as pessoas apresentam certa dificuldade em superar comportamentos individuais, principalmente devido a cultura fundada na subordinação na qual estão inseridas (TAUILE, 2002). É importante haver a união de interesses buscando uma motivação comum entre as integrantes do grupo. Muitas vezes elas procuram destacar as características positivas pessoais de cada mulher, utilizar para benefício do grupo o saber de cada uma em prol do coletivo, o que nem sempre é conseguido com sucesso.

Nos últimos meses de pesquisa foi possível observar uma mudança nesta realidade, as mulheres estão participando mais e estão procurando maior envolvimento nas atividades do grupo internas e externas ao assentamento. Um fato que contribuiu para isso foi o fato de que a Sra. Ileide, que até então era presidente do grupo, agora não está mais ocupando esse cargo, pois ela assumiu a presidência da cooperativa do assentamento no lugar do Sr. Walter. Agora quem está na presidência é a Sra. Roseli e a Sra. Felícia e a Sra. Nice são as tesoureiras.

No presente momento a principal dificuldade encontrada pelas mulheres é a falta de estrutura física, um local onde pudessem concentrar suas atividades e também seus encontros. As mulheres sonham em ter um local apropriado, segundo normas da Vigilância Sanitária, para produzir farinha, doces, bolos, pães, utilizando como base a mandioca, além de compotas e doces das mais variadas frutas que elas têm em seus lotes; um local também para produzir e guardar o artesanato confeccionado por elas. Em outras palavras, um local para concentração de seus afazeres e socialização do grupo, onde elas pudessem ter também um computador com internet para facilitar a organização do grupo e a comercialização do mesmo. Infelizmente o grupo não apresenta condições financeiras de construir um local deste porte. Para tanto acredita-se ser de suma importância a presença de políticas públicas de incentivo a esses trabalhadores que não buscam apenas um emprego e sim uma possibilidade de sobrevivência e valorização de seu trabalho.

Pensando na autogestão no grupo AMA Vergel um limite evidente é a falta de capacitação técnica (de instrução formal) e administrativa por parte das mulheres integrantes do grupo (TAUILE, 2002). Os fatos de apresentarem pouco estudo (nenhuma das mulheres do grupo concluiu o ensino médio, e ainda há mulheres que não foram alfabetizadas), poucos conhecimentos técnicos (que têm sido supridos parcialmente nos diversos cursos, fóruns e encontros que as mesmas participam) e pouca experiência na área administrativa acabam por representar obstáculos ao crescimento do grupo a ser vencido por elas.

Como última atividade de campo, propusemos às mulheres do grupo, desenvolver a análise FOFA (Matriz de organização comunitária). A idéia foi contribuir para o fortalecimento organizacional do grupo promovendo uma discussão sobre o que contribui de forma positiva e negativa para o grupo. Nesta atividade conseguimos reunir praticamente o grupo todo (Figura 8), além das 7 mulheres que compuseram o grupo durante grande parte da pesquisa participou também uma das

mulheres que estava afastada do grupo, a Sra. Cleonice. Outro ponto muito interessante foi a participação das filhas de algumas mulheres do grupo, essa aproximação é muito positiva para a continuidade do mesmo ao longo de várias gerações.



Fig. 8 – Integrantes do grupo AMA Vergel reunidas para a atividade FOFA.

A atividade atuou também de forma positiva ao oferecer mais uma oportunidade de espaço onde as mulheres puderam se expressar e discutir os pontos fortes e fracos do trabalho no grupo. A Sra. Cleonice, mãe de outras duas integrantes também afastadas, encontrou espaço nesta reunião para demonstrar sua vontade pessoal e também de suas filhas de retorno às atividades do grupo. Por um período de mais ou menos um ano e meio elas estiveram ausentes das atividades da AMA Vergel. A Sra. Cleonice disse que estava com medo de não ser bem aceita de volta ao grupo após tanto tempo afastada, mas ao expor sua aflição as demais mulheres se mostraram muito receptivas com o seu retorno e o de suas filhas.

Os pontos levantados pelas mulheres estão sistematizados no quadro abaixo (Quadro 2):

Quadro 2. Matriz de Organização comunitária (FOFA)

<b>FORTALEZAS</b>	<b>OPORTUNIDADES</b>
* união	* fazer amigas
* comunicação	* conhecer pessoas
* amizade	* ajudas e propostas
* liberdade	* parcerias
* autonomia	* comércio das cestas
* paz	* transporte
* compreensão	* voltar a trabalhar com a padaria
* conhecer outros lugares	* recursos
	* comunidade / cidade
	* compra direta
	* comunicação
	* montar a cozinha
	* conquista de espaço

<b>FRAQUEZAS</b>	<b>AMEAÇAS</b>
* falta de comunicação	* falta de colaboração das autoridades, prefeito e colaboradores
* inveja	* disputa política
* influência negativa	* inveja
* saída de um componente do grupo	* coordenador do assentamento
* responsabilidade	* pessoas de fora que querem acabar com o grupo
* falta de união	* falta de confiança do pessoal de fora para produzir e montar projetos
* falta de dinheiro	* falta de reconhecimento do grupo
* falta de reunião para discutir	* falta de respeito
	* transporte - desmobilização

Como podemos verificar as mulheres reconhecem diversas oportunidades no trabalho em grupo, como por exemplo, facilidade na comercialização, acesso maior a parcerias, bem como a pessoas e instituições que vêm até o grupo com propostas de trabalho e também querendo ajudar o mesmo. Elas acreditam também que através do trabalho em grupo elas poderão realizar um sonho muito presente e comum: ter uma cozinha, uma padaria e uma farinheira de acordo com as normas da Vigilância Sanitária. Além disso, as mulheres acreditam ser mais possível adquirir em grupo um transporte para facilitar a comercialização de seus produtos, uma vez que o assentamento é distante dos centros urbanos. Através de todos esses pontos levantados como oportunidades elas almejam o reconhecimento e a conquista do espaço como grupo de mulheres e assim a conquista de seus direitos como cidadãs.

Ao levantar os pontos referentes às ameaças e fraquezas o objetivo foi verificar quais os pontos fracos do grupo, tanto interna quanto externamente a ele. Com relação ao ambiente interno do grupo elas em geral relataram pontos relacionados à questão social, como a falta de comunicação, sentimentos negativos (inveja), responsabilidade e união. E em geral elas sentiram que a falta de apoio, seja ele dado pelas autoridades políticas, ou pelo pessoal do assentamento, ou até mesmo por parte de seus familiares, representa uma ameaça à continuidade e ao sucesso do grupo de mulheres.

### **3.1.5 A comercialização de produtos do grupo**

O ITCP, uma das Instituições que tem contato constante com o grupo realizando reuniões semanais com as mulheres, juntamente com elas decidiu fazer cestas de produtos agrícolas. A composição da cesta é variada e apresenta 10 itens que vão desde verduras (folhosas), legumes, tubérculos e frutas cultivados sem agrotóxico, até processados como doces e pães, estes itens são variáveis em função da disponibilidade sazonal. E até mesmo a sacola utilizada para levar os produtos é confeccionada pelas mulheres do grupo. O intuito é expandir as vias de comercialização do grupo e agregar valor aos produtos.

Para montar as cestas elas tiveram que se organizar e dividir quem iria contribuir com qual produto. Essa decisão foi feita em conjunto e o fator determinante foi o que cada uma tinha e poderia disponibilizar de sua propriedade.

Apenas podem fornecer frutas, legumes, verduras (folhosas) e tubérculos as mulheres que cultivam sem agrotóxico, as demais acabam por fornecer os processados e a sacola, e ainda há aquelas que não participam da venda da cesta.

No início da semana as mulheres conversam e de maneira informal estabelecem o que irá formar a cesta daquela semana. Elas procuram dividir de forma igualitária a participação de cada uma na confecção da cesta, de maneira que no fim elas possam ganhar mais ou menos o mesmo valor monetário, não favorecendo nenhuma mulher em especial.

Quem faz contato com o consumidor é o próprio ITCP que chega ao grupo com os pedidos e com o número exato de cestas a serem vendidas, e são eles mesmos quem as entregam ao consumidor. Uma das mulheres do grupo disse que o rendimento com a cesta é variado, porém ainda não é satisfatório e no momento elas estão enfrentando uma queda nas vendas, o valor adquirido com as cestas agora é de R\$200,00 por mês. O dinheiro é dividido entre as mulheres que fornecem os produtos e uma taxa é guardada para a AMA Vergel. Elas acreditam que esse baixo rendimento se deve ao fato do grupo ainda não ter uma cozinha própria, um local adequado para processar os alimentos e também devido a essa dependência relacionada à entrega dos produtos.

A comercialização representa um ponto fraco do grupo, o local onde estão assentadas fica afastado do centro urbano de Mogi Mirim e o grupo ainda não tem um veículo: essa combinação dificulta a presença de possíveis compradores no local de produção e dificulta a entrega de produtos por parte do grupo. Para diminuir essa problemática da comercialização as mulheres tentaram vender seus produtos em barraca construída às margens da rodovia que corta o assentamento, mas foram impedidas, pois a empresa responsável pela administração da rodovia alegou ser proibida comercialização ao longo da mesma. Em 2010 a mesma empresa autorizou o ponto de venda às margens da rodovia, porém essa autorização ocorrerá se houver a construção de um espaço que se adeqüe a estrutura exigida pela mesma.

O grupo procura também o mercado institucional através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e da Lei da Alimentação Escolar. Nestes programas cada mulher acaba entregando seus produtos individualmente, mas as discussões ainda assim se concentram no grupo e dentro do mesmo elas discutem as possibilidades e oportunidades de comercialização para cada família.



Além deste tipo de mercado elas procuram expor seus produtos em todos os eventos a que são convidadas. Elas já participaram e comercializaram em exposições na prefeitura de Mogi Mirim (Figura 9), por várias vezes na Unicamp na Jornada de Assentamentos Rurais, na UFSCar em Araras no I Fórum de Agroecologia (Figura 10), no próprio assentamento ao receberem grupos de alunos e pesquisadores ou até mesmo para os outros assentados.



Fig. 9 – Exposição e venda dos produtos de artesanato do grupo AMA Vergel na Prefeitura de Mogi Mirim.



Fig. 10 – Venda dos produtos do grupo AMA Vergel em Araras e apresentação do trabalho sobre sementes crioulas no Seminário Paulista de Agroecologia promovido pela Articulação Paulista de Agroecologia (APA) e UFSCar.

### **3.2 Estudo de caso: Sítio Nova Vida (lote 48)**

O Sítio Nova Vida está localizado no lote número 48 do assentamento 12 de Outubro localizado no município de Mogi Mirim. Nele vivem sete adultos e quatro crianças: Sra. Ileide (titular do lote), Sra. Nice (irmã da Sra. Ileide) e seu neto (Gabriel), Sra. Lilian (filha da Sra. Ileide), seu marido (Sr. Cristiano) e seu filho, Sra. Cristiane (filha da Sra. Ileide), seu marido (Sr. Ellon) e seus dois filhos, e o “adotado” Sr. Anísio (será informado mais adiante sobre a situação do adotado).

#### **3.2.1 A Sra. Ileide e um pouco de sua trajetória**

A Sra. Ileide nasceu em Palmeiral, distrito de Botelhos no Estado de Minas Gerais, e foi criada em Caconde no Estado de São Paulo. O sítio onde vivia foi desapropriado para construção de uma barragem para usina hidrelétrica, a partir dessa nova realidade a Sra. Ileide foi morar em Campinas com sua família.

Na cidade, com apenas 14 anos, a Sra. Ileide casou com seu primeiro marido. Passou a trabalhar como doméstica. Após certo tempo ela se separou e teve que trabalhar em dois empregos para conseguir sustentar suas filhas. Conheceu o Sr. Teixeira, casou-se com ele e foram morar na periferia de Campinas. Lá ela organizou um grupo de mulheres para cuidar das crianças durante o período de trabalho. Criaram uma creche que cresceu, se legalizou e hoje é um centro importante que leva o nome de Centro Promocional Tia Ileide, patrocinado pelo Instituto Robert Bosch.

Morando em Campinas e em seu segundo casamento o sonho de voltar a ter sua própria terra nunca desapareceu. O seu marido o Sr. Teixeira já apresentava certa idade e estava com a saúde um pouco fragilizada sendo assim não queria mais continuar trabalhando na empresa onde estava empregado. O desejo de voltar a trabalhar com a terra se acentuava e estava baseado também em uma melhora na qualidade de vida.

Foram em busca de um pedaço de terra para comprar, encontraram uma propriedade na Bahia. Começaram a pagar pela mesma, no entanto, alguns problemas impossibilitaram finalizar essa compra: falta de dinheiro para dar continuidade ao pagamento da propriedade e devido à longa distância, os filhos não estavam concordando com a aquisição dessa área.

Então, um dia dentro do ônibus um senhor falou para eles sobre a reforma agrária. A Sra. Ileide logo se encantou com a idéia e começou a buscar mais informações a respeito. Chegou ao Sindicato Rural onde preencheu um cadastro visando uma futura aquisição de terras, as quais eram destinadas à reforma agrária. Após aguardar por longo período, foi organizada uma ocupação na área do Horto Florestal da FEPASA (Ferrovia Paulista S. A.). A Sra. Ileide conta que eles chegaram à área às 4h 40min da manhã, com toda a família, todos os filhos (filhos dela e filhos dele) e que ficou com muito medo “*daquela terra cheia de árvores*”, sendo assim logo se organizou com outras mulheres para cuidar das crianças.

A Sra. Ileide confessou que antes de conhecer os assentamentos e de viver de perto todo o processo de ocupação de terra ela também tinha uma idéia errada sobre tudo isso, porque conhecia só o que era passado na televisão. E confessa “*se precisasse faria tudo de novo*”. E ainda relata sobre o início, como era a convivência no acampamento “*um respeito, uma disciplina, um cuidando do outro, muita segurança, uma coisa linda*”.

Um ano após o início do acampamento os lotes foram distribuídos, divididos e demarcados; e para a Sra. Ileide, segundo palavras dela mesma, esse foi um dos dias mais felizes de sua vida. Após seis meses eles construíram o casarão, não tinham água, buscavam-na para consumo na agrovila (área onde se encontravam as antigas construções de alvenaria), logo no primeiro ano construíram uma roda d'água para retirar água de um rio que passa nos fundos do lote. Demorou mais de um ano para iniciarem a retirada dos eucaliptos e até hoje a propriedade ainda apresenta 50% de sua área com toco de eucalipto.

O recurso do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) demorou quatro anos para sair, durante esse tempo eles venderam uma casinha que tinham na cidade e com o dinheiro eles investiram no sítio, compraram uma vaca e construíram uma casa. O seu ganho mensal é de um salário mínimo (pensão do marido) mais o ganho obtido com a venda da produção no lote. Sua dívida é com o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) e também com o PRONAF, dívidas que estão muito altas e muito difíceis de serem liquidadas. Além disso, a negociação da dívida junto ao banco não é fácil, as mulheres relataram que muitas vezes não são bem recebidas pelos funcionários do mesmo.

Os assentados têm a permissão de uso da terra por 99 anos, caso a família não queira mais ficar com o lote o mesmo volta para o governo. Para a Sra. Ileide

essa é uma situação boa, mas ainda deixa dúvidas “*eu acho isso ótimo por causa da exploração, mas também não tenho certeza de que meus filhos vão continuar com a terra*”.

O marido da Sra. Ileide, o Sr. Teixeira, faleceu em 2007. A Sra. Ileide demonstra sentir muita falta dele e acredita que quando ele estava vivo a produção era melhor. Ela diz que ele era um ótimo parceiro e companheiro. Ao ser perguntada sobre quem é o chefe de sua família ela diz assim: “*Na minha casa não tem chefe. A estrutura da família é o homem*”. Essa frase demonstra que ela ainda sente falta do Sr. Teixeira, como companheiro, como marido e como alguém que dividia com ela a responsabilidade da família e do trabalho dentro do lote. Agora a Sra. Ileide é a titular do lote.

### **3.2.1.1 As pessoas e a apropriação do espaço**

A Sra. Ileide separa seu lote em oito quadras, destas cinco são trabalhadas por ela e sua família, duas estão em parceria e uma está para o Sr. Anísio. Ela procura envolver toda a família no trato com a terra. Nas cinco quadras trabalhadas pela família dentro do lote estão envolvidos seis adultos, todos familiares que ali residem. Uma das grandes preocupações da Sra. Ileide sempre foi envolver toda a família no trabalho dentro do lote.

Em 2009 houve um acampamento dentro do assentamento do Vergel, essas pessoas estariam ali provisoriamente aguardando uma área para viver, eles vinham de uma ocupação mal sucedida. Porém, isso demorou além do previsto e foi, então, feita uma proposta pelo Estado de “adoção” por parte dos moradores do assentamento, cada um adotaria um acampado, como uma medida provisória. Sendo assim a Sra. Ileide abrigou em sua propriedade o Sr. Anísio, e emprestou para ele uma pequena área de seu lote para que o mesmo pudesse produzir algo para seu sustento. Não foram todos os assentados que aceitaram o proposto pelo Estado, essa atitude tomada pela Sra. Ileide demonstra um sentimento de solidariedade muito forte presente na agricultora.

Duas das oito quadras estão sendo trabalhadas em sistema de parceria. A busca por um parceiro se deu pelo fato de que o trabalho estava sobrecarregado principalmente para a Sra. Ileide e para sua irmã. Elas não queriam deixar quadras em seu lote paradas sem serem trabalhadas, pois isso acaba possibilitando o rápido

crescimento da *Brachiaria sp.*, portanto a opção foi conseguir alguém que quisesse trabalhar em parceria. O parceiro irá repassar para a Sra. Ileide 20% da produção em produtos como forma de pagamento pelo uso da terra, ou seja, essa opção representa outra fonte de renda.

Um desafio foi o de convencer, tanto o parceiro quanto o adotado, de trabalharem a terra seguindo o que já vinha sendo feito pela família da Sra. Ileide. Ou seja, não utilizar veneno, nem adubo químico, procurar não compactar o solo, trabalhar a terra de maneira que não agrida e não polua o meio ambiente. Ela conversou com o parceiro e com o adotado para que, pelo menos, não utilizem veneno nas quadras que estarão trabalhando, pois isso acabaria com o trabalho de anos da Sra. Ileide.

Desde o tempo em que o Sr. Teixeira estava vivo a terra é trabalhada sem utilizar veneno. A Sra. Ileide relata que o sítio produzia bem quando ela e o marido trabalhavam juntos, e que após sua morte enfrentou muitas dificuldades. Ela chegou a pensar em ir embora do assentamento e desistir do “*sonho da terra*”. De 2007 á 2010 ela relata que não foi possível comercializar com o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), pois não tinha produtos para tal. Relatou também a dificuldade em trabalhar com a produção de grãos, ela acredita que agora com a horta está mais fácil a produção e também o escoamento da produção.

Em 2010 a Sra. Ileide começou a aumentar a área da horta e a intensificar o trabalho na mesma. Nesta ela procurou pensar em uma produção que possibilite o envolvimento familiar de forma que satisfaça a todos. Suas filhas (Sra. Cristiane e a Sra. Lilian) antes não muito envolvidas no trato com a terra agora estão mais presentes produzindo as mudas, os genros (Sr. Cristiano e Sr. Ellon) participam do plantio e a Sra. Ileide e sua irmã a Sra. Nice trabalham no plantio e processamento. Aos finais de semana os filhos que moram na cidade vão até o sítio, algumas vezes eles ajudam no plantio das quadras e outras apenas descansam e se divertem na propriedade. Isso alegra a Sra. Ileide de forma que para ela a simples presença deles ali é uma demonstração de carinho e respeito dos mesmos pela terra onde ela vive. O fato dela morar no sítio possibilita que seus netos tenham um ambiente melhor para passarem as férias, um lugar onde têm liberdade para brincar, correr, comer frutas e legumes direto da terra e ainda adquirir conhecimento ao participarem de algumas atividades do sítio.

Essa preocupação em envolver toda a família, algumas vezes atrapalhou o desenvolvimento do sítio. Isso se deve ao fato de que para ela envolver os filhos a Sra. Ileide os deixou livres para fazer o que quisessem nas quadras, o que muitas vezes aconteceu sem nenhuma conversa ou planejamento. Ou seja, tudo o que a Sra. Ileide aprendia nos cursos e discutia e planejava com os técnicos das Instituições ali presentes, algumas vezes não pode ser aplicado na prática, pois os filhos não conheciam as diretrizes tomadas por ela. Porém, isso fez a Sra. Ileide se atentar ao fato de que ela deveria discutir os conceitos da agroecologia também com seus familiares, e passar a explicar para eles o que ela estava fazendo e planejando e com que finalidade.

### **3.2.2 Transição agroecológica no Sítio Nova Vida**

Várias são as práticas com vertente agroecológica usadas pela família da Sra. Ileide dentro do sítio (ALTIERI, 1989; ROSSET, 2002; GLIESSMAN, 2005; CAPORAL e COSTABEBER, 2004, 2006). Como por exemplo:

- a) Adubação orgânica com aproveitamento de diversos resíduos obtidos localmente;
- b) Adubação verde, utilizando coquetéis (mistura de sementes) como feijão guandu, feijão de porco, crotalária, ervilhaca, girassol e mamona;
- c) Defensivos naturais que usam como base extratos de plantas e outros resíduos orgânicos;
- d) Utiliza palha e outros resíduos orgânicos como cobertura de solo, protegendo o solo das ações do sol e do vento;
- e) Utiliza plantas aromáticas e diversidade de plantas com flores visando ao mesmo tempo atrair insetos que agem no controle biológico e repelir insetos que causem injúrias na plantação;
- f) Utiliza de barreira de vento natural, como por exemplo, através do uso do capim napiê;
- g) Seleciona e reserva as sementes de uma safra para ser utilizada na próxima (Banco de Sementes);
- h) Faz consórcio de culturas, diversificando o sistema, o que potencializa o controle biológico natural, além de disponibilizar mais opções de renda e alimento para a família;

- i) Produzem algumas mudas dentro do próprio lote;
- j) Mantém um banco de sementes para uso e troca com outros campesinos;
- k) Troca conhecimentos com outros agricultores;
- l) Busca o envolvimento de toda a família no trabalho dentro do lote.

Em contraponto a isso ainda são utilizadas algumas práticas da agricultura convencional como uso de “mata mata” (herbicida) nas cercas, uso de formicida para controle de formigas cortadeiras e uso esporádico de fogo. Percebemos certa ingenuidade por parte da agricultora com relação ao uso de agrotóxicos, ela acredita que seu uso em cercas, ou seja, não diretamente nos alimentos, e o uso de veneno para formigas, não traz problemas de contaminação. Falta a compreensão de que esses agrotóxicos acabam por contaminar o solo, os alimentos e a água. O uso do fogo acontece para controlar a *Brachiaria sp.* Um dos principais problemas encontrados pela agricultora em sua propriedade. Quando uma área fica em pousio muitas vezes a *Brachiaria sp.* invade, como ela tem crescimento muito rápido fica difícil o seu controle. Nesta situação, algumas vezes ela usa do fogo para que o trator possa trabalhar a área. Há também problemas com a disposição do lixo. Como não há coleta de lixo no assentamento, é prática comum enterrar o lixo no próprio lote (Figura 11). Faz-se um buraco onde se deposita o lixo e depois cobre o mesmo com terra.



Fig. 11 – Destino final do lixo na propriedade da Sra. Ileide

A seguir são apresentados os mapas do lote, elaborados junto à agricultora em 2008, 2009 e 2010, que serão melhor descritos quanto a sua ocupação mais adiante (Figura 12, 13 e 15). Neles podemos visualizar as mudanças relacionadas ao uso do espaço que ocorreram no lote da Sra. Ileide ao longo desses anos, utilizou-se o mapa da Rede Regional de Agroecologia Mantiqueira Mogiana de 2008, pois assim pode-se ter um panorama de como estava o lote quando iniciamos a pesquisa.

No mapa de 2008 vemos que a agricultora tinha alguns planos de manejo para algumas áreas, em destaque na Figura 12. Na Quadra VI, ela planejava plantar milho e feijão e ao lado dessa área ela planejava fazer uma horta. A Rede Regional de Agroecologia Mantiqueira Mogiana realizou análise do solo em 2008 e o resultado deste indicou compactação inicial nas Quadras III e IV.

No mapa de 2009 (Figura 13) na Quadra III em destaque, a qual estava reservada para plantio de milho e feijão, foi plantado mandioca. A produção nessa área não foi boa, essa é uma área que foi pouco manejada, não houve plantio de adubação verde. Já a área reservada para a horta foi realmente destinada à mesma, como podemos verificar na Quadra IV do mapa de 2009.



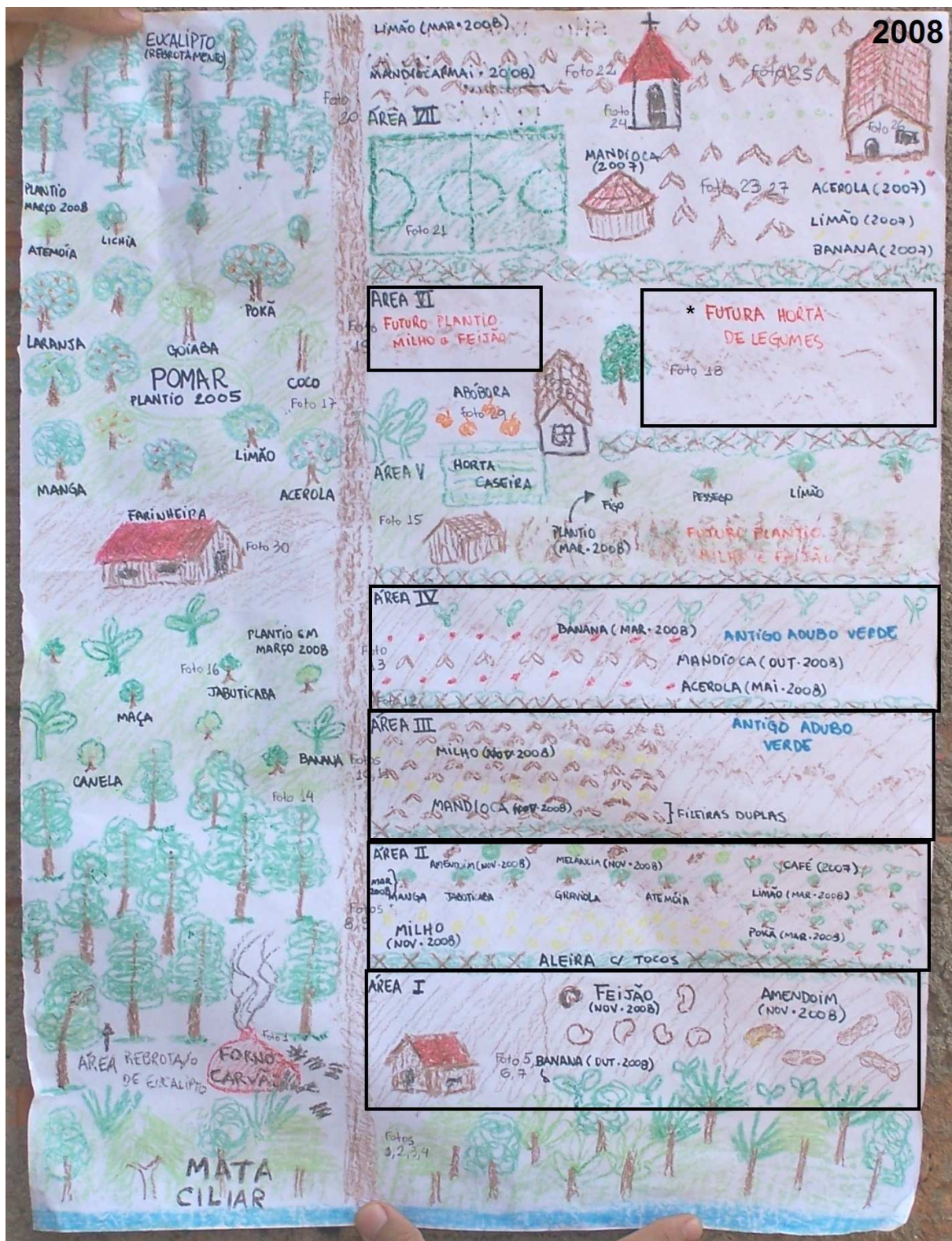


Fig. 12 – Mapa construído em 2008 pela agricultora junto à Rede Regional de Agroecologia Mantiqueira Mogiana.





Em 2010 a horta mudou para a Quadra IV (Figura 15). Nessa área foi plantada em 2008 adubação verde e em 2009 mamona, milho e mandioca, o que melhorou a fertilidade e estrutura do solo, possibilitando boa produção na horta. Neste mesmo ano a produção na horta foi intensificada, passando a ser foco principal juntamente com a produção da mandioca. A agricultora tem planos de fazer irrigação por gotejamento na horta, as mangueiras já foram colocadas, falta somente reparar a bomba que traz água até o local. Restos da horta juntamente com esterco bovino (comprado de vizinhos) estão sendo utilizados para produção de adubo através da compostagem. Este adubo é utilizado no próprio sítio. Além disso, sempre que possível eles produzem suas próprias mudas, procurando assim diminuir gastos com a compra de mudas, para tanto foi montada uma casinha de vegetação na área em questão (Figura 14).



Fig. 14 – Casinha de vegetação para produção das mudas (A), horta na quadra IV (B) e compostagem (D e E), destaque para a cobertura do solo com palha e também para as mangueiras visando irrigação por gotejamento (C).

Em 2009 o genro da Sra. Ileide construiu uma casinha para abrigar o Banco de Sementes. Neste a agricultora pode armazenar sementes adquiridas em trocas com outros agricultores bem como armazenar sementes obtidas no próprio lote. O Banco de Sementes visa trazer menos dependência externa de insumos para produzir e diminuir o gasto na compra das sementes. Na área em frente ao Banco de Sementes foi feita em 2009 uma tentativa de manejo, foi plantado adubo verde,

porém, devido à falta de mão de obra suficiente, esta área ficou em pousio e a *Brachiaria sp.* acabou invadindo e tomando toda a área.

Neste mesmo ano foi feita uma pequena construção na entrada do lote (círculo 1 em destaque na Figura 13), nela a Sra. Ileide montou um pequeno brechó, onde o pessoal do assentamento pode encontrar roupas e sapatos. Ela vende tudo a um preço bastante reduzido, o suficiente só para a manutenção do próprio brechó. Em 2010 essa construção virou a morada do Sr. Anísio (o senhor adotado).

Em 2009 as Quadras III e IV estavam começando a serem preparadas e trabalhadas, foi plantado adubo verde em parte dessas áreas. Além disso, a mandioca e o milho estavam sendo plantados. Durante o ano 2010 a Sra. Ileide conduziu seu experimento com mandioca, milho e mamona nestas duas áreas, o mesmo será abordado no item 5.2.3.

Em 2010 algumas mudanças puderam ser observadas (Figura 15):





Fig. 15 – Mapa construído junto à agricultora em 2010.

As Quadras II e III e uma pequena área na Quadra I foram destinadas ao trabalho em sistema de parceria. A Quadra II é uma área onde ela ainda não conseguiu obter bons resultados no plantio, apenas o arroz teve bom desenvolvimento nessa área. Em 2008 e 2009 parte dessa quadra estava com frutas, como melão, acerola, limão, jabuticaba e melancia. O milho plantado nessa área não se desenvolveu não sendo possível obter espigas. Na Quadra I, logo atrás da casinha onde ela armazena o carvão, em uma pequena área ela plantou amendoim, quiabo, feijão sem capina e milho com abóbora, procurando assim observar qual a melhor forma de cultivar esses alimentos.

A área em destaque (2) mostra a cozinha, a mesma foi reformada e está maior. Infelizmente, ainda não se adequa as exigências da vigilância sanitária para que o grupo volte a comercializar seus produtos, mas nela as mulheres encontram espaço para suas reuniões. Neste espaço a Sra. Ileide consegue produzir polvilho e farinha de mandioca em pequena quantidade, para consumo próprio. Esse local é onde ela e sua família realizam as refeições (Figura 16).



Fig. 16 – Cozinha reformada e produção de polvilho no Sítio Nova Vida.

A Sra. Lilian, filha da Sra. Ileide, casada e com um filho, está construindo sua casa em um local próximo a casa de outra filha da Sra. Ileide. O sonho da Sra. Ileide é trazer seus filhos para morarem junto dela no sítio.

A Sra. Ileide reservou uma casa no sítio para receber estudantes e pesquisadores (área em destaque na Figura 15). O que acaba sendo uma fonte de renda extra, ao oferecer moradia e alimentação, além de possibilitar a troca de experiências que ocorre nestas ocasiões, agregando mais conhecimento para a agricultora.

O galinheiro foi mais bem estruturado, assim ela consegue criar mais galinhas, podendo consumir e comercializar a própria galinha e também seus ovos. Mantendo as galinhas em uma área cercada ela também evita que as mesmas invadam a horta e comam a plantação.

A Sra. Ileide traça como planos futuros: instalação do sistema de irrigação nas quadras trabalhadas principalmente na Quadra IV; continuar a produzir mandioca e a processar seu polvilho e farinha; intensificar a produção na horta, visando alcançar mais mercados (ampliando as vias de comercialização) e melhorar a segurança alimentar de sua família; manter, ampliar e diversificar o Banco de Sementes e produzir mais mudas dentro do lote. Além disso, ela almeja conseguir adequar a cozinha conforme exigência da vigilância sanitária e assim poder processar os alimentos e comercializar nos mercados de Mogi Mirim e cidades da região.

### **3.2.3 A Sustentabilidade do Sistema Estudado**

Comparando-se os dados obtidos no início de 2009 pela Rede Regional de Agroecologia Mantiqueira Mogiana com os obtidos neste trabalho, constatou-se que o grau de sustentabilidade, expresso pelo Índice de Sustentabilidade Global, sistematizado através do MESMIS, continua praticamente estável havendo pequena melhora ( $IS_1 = 2,45$  em 2009 e  $IS_2 = 2,47$  em 2010) (Gráfico 1). Os critérios de diagnóstico, os indicadores bem como os parâmetros utilizados estão explicitados no Anexo B, a avaliação dos indicadores foi realizada junto a agricultora, a Sra. Ileide.

A avaliação foi feita separando-se os indicadores em três dimensões: ambiental, social e econômica.







O sistema também se mostrou mais integrado. Elas agora estão cultivando mais itens de hora e os restos desta são utilizados para produção de adubo. Foi construído também um galinheiro no sítio, e eles estão buscando fazer integração com a horta.

A frequência de prática de pousio diminuiu. Esse foi um fato que ocorreu por iniciativa da própria agricultora. Ela relatou que não quer mais deixar o solo parado, ela demonstrou não compreender a importância de deixar o solo descansar. Ela quer trabalhar toda área disponível e possível em seu lote. Possivelmente isso ocorre devido ao difícil convívio com a *Brachiaria*, que compete com os cultivos que ela instala, e ao deixar a terra em pousio a *Brachiaria* volta a predominar de forma intensa.

A prática de queima foi realizada uma vez no ano de 2010, apenas com objetivo de possibilitar a utilização da máquina no preparo do solo. Não há preocupação por parte da agricultora em se utilizar curvas de nível. Primeiramente porque a área foi sistematizada inicialmente com as técnicas de conservação do solo, e sendo a declividade pequena e segundo por estar o solo quase o tempo todo coberto, não observando sinais de erosão. O sítio foi dividido em quadras definidas há alguns anos, o cultivo dentro dos mesmos não obedece a um planejamento que envolva a preocupação com a topografia do terreno ainda que o cultivo seja feito de maneira adequada à mesma.

É utilizado como barreira de vento capim napiê na horta e fava na cerca, a Sra. Ileide quer utilizar banana nas linhas das leiras como barreira de vento e ainda obter lucro com sua venda.

Para controlar pragas e doenças ela utiliza preparados à base de água de mandioca, água com cinza e calda verde (concentrado fermentado de folha de primavera, arruda, boldo ou citronela) para pulverizar a plantação. Como controle preventivo ela costuma cultivar plantas repelentes entre os cultivos como, por exemplo, citronela (*Cymbopogon winterianus*), arruda (*Ruta hortensis*), capitão do campo (*Lippia alba*) e cravo de defunto (*Tagetes* sp.).

### **3.2.3.2 Dimensão Social**

Em relação à sustentabilidade social não foram verificadas grandes mudanças, apenas um indicador foi alterado o referente ao tipo de ATER. A

assistência técnica pode muitas vezes parecer satisfatória, a agricultora alega saber onde procurar, mas em realidade quando ela precisa de um atendimento específico não o tem. Observou-se que a assistência que deveria estar garantida pelo governo não é muito presente. Muitas vezes a assistência acaba partindo dos muitos grupos que ali desenvolvem pesquisa, entretanto isso ocorre de forma aleatória e não sistematizada.

O aumento das oportunidades para aprimorarem seus conhecimentos através do trabalho desenvolvido pelas Instituições de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) não ocorre devido aos órgãos oficiais de extensão, como INCRA, ITESP, CATI. Essa assistência chega à agricultora através de outras fontes: Rede Regional de Agroecologia Mantiqueira Mogiana, Universidades e nas trocas de experiências com outros agricultores. A senhora Ileide e sua irmã a senhora Nice, estão participando mais freqüentemente de intercâmbios com agricultores, podendo assim aprender e compartilhar experiências.

O trabalho semanal por pessoa continua excessivo, sobrecarregando alguns indivíduos da família os quais acabam acumulando tarefas. A seguir apresentamos uma figura onde mostramos um dia de trabalho da Sra. Ileide (Figura 17):

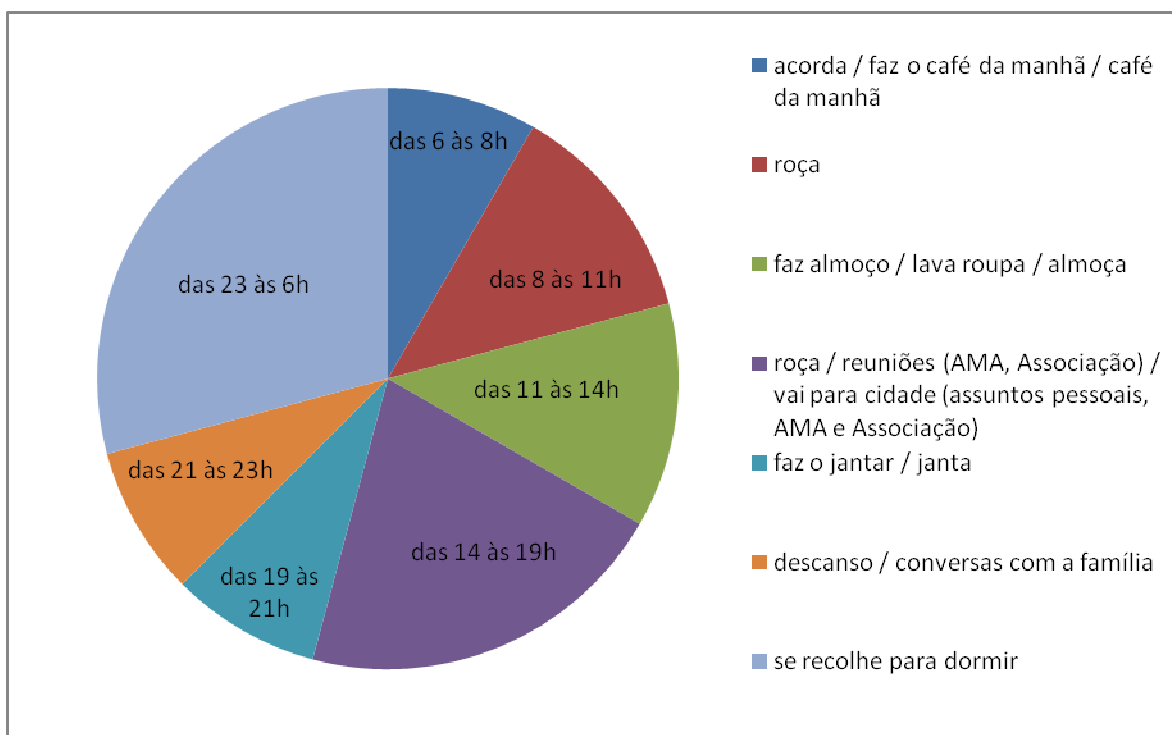


Fig. 17 - Exemplo de um dia de trabalho da Sra. Ileide.

Essa disposição de tarefas sofre pequenas alterações ao longo da semana, as terças, quintas e sábado, por exemplo, ela vai à Igreja das 19h30min às 21h e o jantar passa a ser às 21h30min.

O trabalho na roça segue certa rotina: aos domingos, terças e quintas são colhidos produtos para serem entregues na segunda, quarta e sexta para o PAA; toda segunda-feira a Sra. Ileide e as mulheres do grupo AMA Vergel colhem e preparam os produtos que compõem as cestas do ITCP e que serão entregues durante as reuniões que acontecem as terças. Para a atividade das cestas é necessário dispor de mais tempo, pois é preciso haver comunicação entre as mulheres para verificar quais itens irão compor as mesmas e também a disponibilidade dos produtos.

### **3.2.3.3 Dimensão Econômica**

Em termos de sustentabilidade econômica não houve mudanças. Eles continuam muito endividados, dívida contraída há muitos anos, com o PRONAF A e também com o PRONAF Custeio. Mesmo os juros sendo subsidiados a senhora Ileide não está conseguindo pagar a dívida. Após a morte de seu marido a senhora Ileide ficou sem pagar duas parcelas da dívida e até o presente momento ela ainda não conseguiu se acertar com o banco. Isso a impossibilita de acessar novo crédito rural.

Houve melhoria no indicador relativo à porcentagem de alimentos de origem própria em uma refeição, havendo assim redução da necessidade de buscar fora da propriedade alimentos principalmente verduras (folhosas), legumes, leguminosas, condimentos e frutas. O aumento da área de cultivo e o manejo mais intensivo da horta levaram ao aumento da diversidade de cultivos o que por conseqüência acresceu à composição de alimentos levados a mesa.

Mesmo com o aumento na diversidade de cultivos a renda da propriedade ainda é insuficiente para suprir a necessidade de toda a família, o que a leva, assim como aos outros membros da família, muitas vezes a procurar subempregos na cidade. Os produtos muitas vezes têm que ser comercializado logo que colhidos, pois ela não apresenta uma forma adequada de armazenagem e, além disso, são vendidos *in natura* sem serem processados. Provavelmente uma forma adequada de armazenamento possibilitaria um período mais longo de comercialização de certos

produtos. O processamento dos produtos cultivados agregaria mais valor ao mesmo na hora da venda, podendo assim, gerar melhor renda à agricultora. O fato de não terem uma cozinha ou uma padaria que esteja de acordo com as normas da vigilância sanitária acaba dificultando o armazenamento e processamento dos itens produzidos no seu lote e impede a comercialização de produtos processados.

### **3.2.4 Agricultora Experimentadora**

O sítio Nova Vida tem um diferencial dos outros sítios das famílias das mulheres que fazem parte do grupo AMA Vergel, quem comanda o mesmo é uma mulher, a senhora Ileide. Ao longo dos anos do presente estudo a Sra. Ileide participou de muitos cursos, capacitações e dias de campo, principalmente envolvendo a agroecologia como tema, buscando assim crescimento pessoal. Ela busca sempre incorporar o conhecimento adquirido em sua vida e em seu sítio, fazendo um cultivo sem agrotóxicos, usando sementes crioulas, promovendo o envolvimento de sua família e também as parcerias da AMA e do assentamento.

Mesmo rodeada de possibilidades e pressões ligadas à agricultura convencional a Sra. Ileide procura sempre seguir os princípios agroecológicos. A agroecologia está presente até mesmo no caráter solidário da agricultora junto a seus companheiros na luta pela terra, como pudemos observar no caso do Sr. Anísio e de suas companheiras do grupo.

Além disso a Sra. Ileide é uma agricultora experimentadora. Ela gosta de pensar e discutir o que será plantado, como e com que finalidade. Sempre que possível ela testa algumas formas de plantio, como por exemplo, combinar diferentes cultivos, alternar a época de plantio, utilizar adubação verde ou não utilizar e assim observar na prática onde se obtêm melhor resultado. Sendo assim, durante os anos de 2008 e 2009 registramos alguns de seus experimentos realizados em duas quadras de seu sítio, as Quadras III e IV (Figura 18).



Fig. 18 – Quadra III – banana, milho e mandioca (A) e fileiras de mandioca e milho (B).  
Quadra IV – cultivo de mamona, mandioca e milho (C) e (D).

Na Quadra III foi aplicado um coquetel de adubo verde em toda a área, alguns meses depois, em 2008/2009, foram plantados milho e mandioca, e banana de forma aleatória entre as plantas de milho e mandioca.

Foi observado que na área circulada do desenho (Figura 19) parece haver uma mancha de solo, pois somente nessa região os milhos estão mais baixos, pouco desenvolvidos. Observando a quadra, em uma visão de cima, parece que a mandioca foi piorando seu desenvolvimento da esquerda para a direita. Na parte onde não foi feita capina encontramos muito carrapicho (*Acanthospermum sp.*), um indicador de solo compactado e com baixa fertilidade. Na área A foi plantado milho sem coquetel e sem capina, este foi o de pior resultado, não desenvolveu e não produziu espigas.

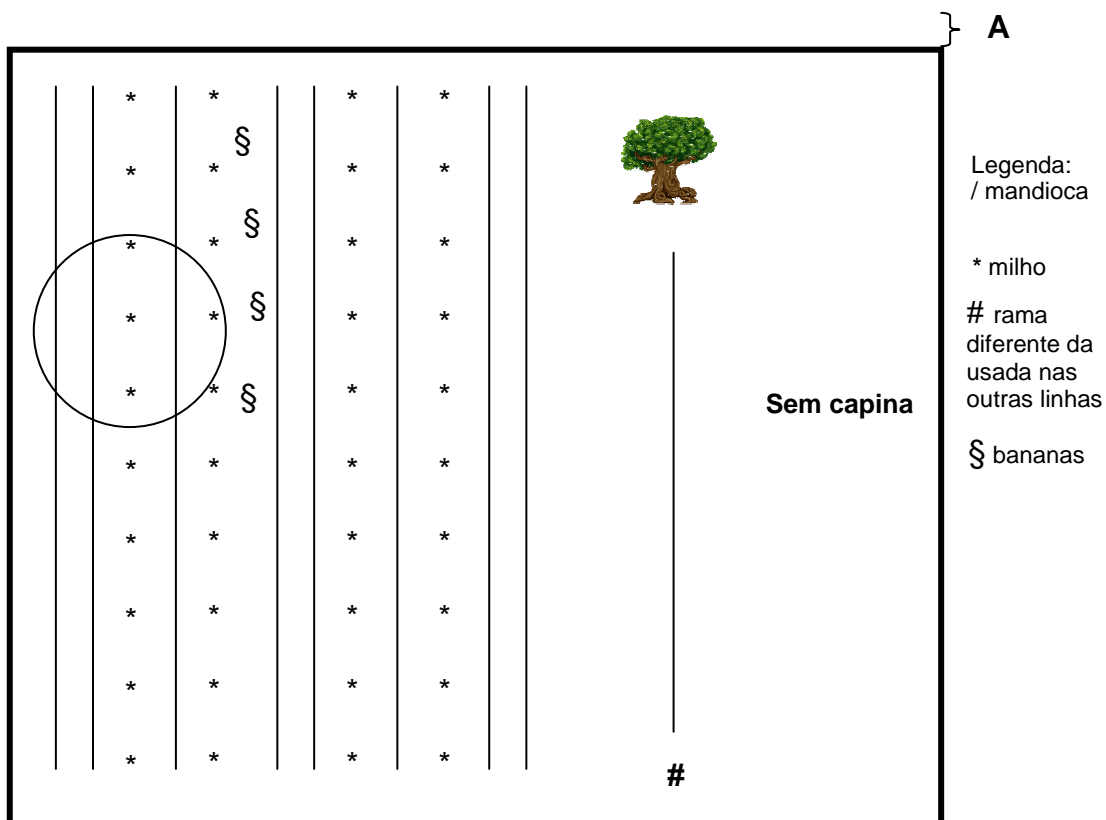


Fig. 19 - Croqui da Quadra III.

Na Quadra IV (Figura 20) foram plantados mandioca e milho em outubro de 2008. Anterior a isso foram plantados na mesma área coquetel de adubo verde e mamona em 2007, ficando assim por um ano.

Nesta quadra ela fez quatro diferentes combinações:

- A) Milho sem mamona: no início tinha milho e mamona, depois a mamona foi retirada e incorporada ao solo. Milho grande e com espigas bem desenvolvidas. A agricultora observou que a mamona quando roçada parece boa para o milho.
- B) Milho com mamona: foi plantado milho e mamona (mantida no plantio e não incorporada). A agricultora acredita que a mamona possa ter competido com o milho, pois o milho teve melhor desenvolvimento na área anterior (A).
- C) Só milho: o milho não desenvolveu e não produziu espigas.
- D) Milho e mandioca: na lateral foi plantado feijão e amendoim.

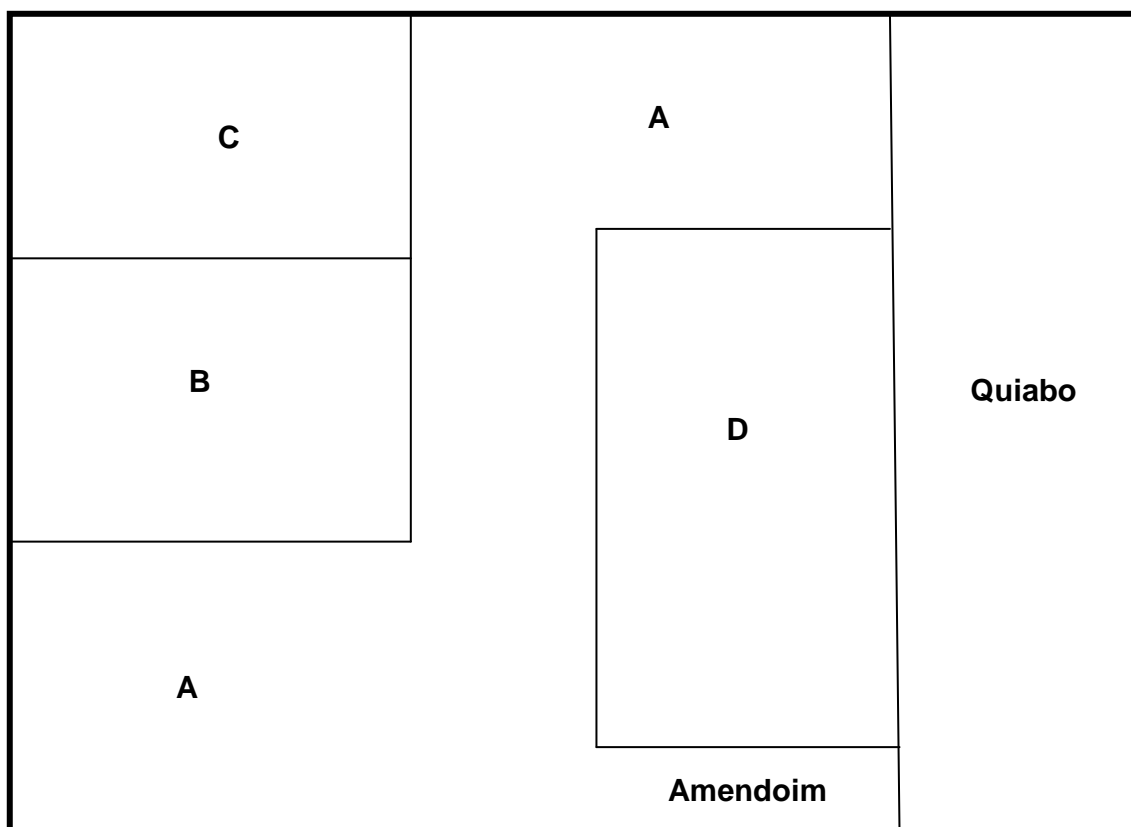


Fig. 20 - Croqui da Quadra IV.

O foco principal da senhora Ileide sempre foi o cultivo da mandioca, ela possui três variedades de mandioca em sua terra, as quais ela convencionou separar como: mandioca pão (boa para farinha), mandioca que frita sem cozinhar e mandioca amarela (de mesa). Essas manivas foram adquiridas através da EMBRAPA e também através de trocas com outros agricultores.

Durante os anos de 2008 e 2009 a agricultora realizou experimentação organizada por ela e plantou mandioca, milho e mamona, distribuídos nas quadras citadas anteriormente, formando três diferentes combinações. A produção do milho da Quadra IV foi analisada pela agricultora juntamente com o nosso apoio (Tabela 3). O objetivo foi observar qual a melhor forma de se cultivar milho e mandioca em sua propriedade.



Tabela 3. Avaliação de um experimento da agricultora com relação às diferentes combinações no cultivo da mandioca e do milho \*

	A (milho, mandioca e mamona incorporada ao solo)	B (milho, mandioca e mamona não incorporada ao solo)	D (milho e mandioca)
Nº espigas por planta	3,92	2,48	0.80
Peso médio das espigas(g)	152	157	139

\* realizado devido curiosidade da própria agricultora e com auxílio dos pesquisadores da presente pesquisa

A agricultora observou dois resultados diferentes no cultivo do milho combinado com a mamona (A e B). Quando a mamona foi arrancada e incorporada ao solo (A), o milho produziu boas espigas. Já quando a mamona foi mantida no solo (B) o milho teve uma produção um pouco reduzida, provavelmente devido à competição entre as plantas. A agricultora observou que plantar somente milho (C) não trouxe bons resultados, pois o milho dessa área não produziu espigas, o que impediu sua inclusão na Tabela 3. Ao plantar milho e mandioca (D) a produção de milho também não foi satisfatória, ficando bastante reduzida comparada às áreas anteriores.

A mandioca da área (B) da quadra IV foi colhida e avaliada, nesse período o milho já tinha sido quebrado e a semente da mamona colhida. A mandioca foi plantada com espaçamento de 2m entre cada fileira e com 1,20m entre os pés, foram plantadas a cada duas fileiras de mandioca uma de milho intercalado. Nosso objetivo junto com a Sra. Ileide foi verificar qual a produção de mandioca nesta área. Contabilizamos um total de 6 kg de mandioca produzidas em 3 plantas. O resultado foi uma produção de 32 kg de mandioca na área limitada e na área total plantada, de aproximadamente 300m<sup>2</sup>, a produção foi de 1066 kg (Figura 21).



Fig. 21 - Resultado da produção de mandioca obtida na área limitada para análise.



Outra experiência interessante na propriedade da Sra. Ileide está relacionada ao Banco de Sementes (Figura 22). A idéia do mesmo surgiu do contato com a Sra. Ana Pegorer, da Fundação Mokiti Okada (MOA). No início do projeto do Banco de Sementes, em 2004, o objetivo era envolver todo o grupo de mulheres, porém, após 6 anos, somente a Sra. Ileide mantém o mesmo. As outras mulheres não participam ativamente da manutenção do banco de sementes, isso ocorre muitas vezes por que não são elas quem decide o que e como plantar em seu lote.

Em 2009 o genro da Sra. Ileide construiu uma casinha para melhor armazenar as sementes. O Banco de Sementes existe há alguns anos e está em constante desenvolvimento. Na Tabela 4 ilustramos a variedade de sementes presente no mesmo. As sementes foram adquiridas a partir dos vários contatos com outros agricultores, muitas delas foram barganhadas através de feiras de trocas, nos intercâmbios entre agricultores e nos eventos acadêmicos que participam. A Embrapa, por exemplo, ao fornecer algumas sementes para plantio acaba contribuindo para o Banco de Sementes onde parte das sementes produzidas é colhida e armazenada no mesmo. A agricultora ainda não tem um planejamento rígido quanto à quantidade de sementes que serão retiradas do campo e mantidas no banco.

Tabela 4. Variedades de plantas presentes no Banco de Sementes do lote Nova Vida.

Variedade de plantas	Número de Variedades
Feijão	15
Arroz	3
Amendoim	4
Milho	5 a 6
Mandioca	3
Feijão de porco	1
Guandu	1
Quiabo	1
Frutas	diversas

A Sra. Ileide realizou diversos experimentos em busca de uma melhor forma de conservação dessas sementes, uma forma que estas não sofressem deterioração, através de fungos ou carunchos (Coleópteros). O melhor método encontrado por ela foi conservar as sementes em garrafas pet bem cheias retirando o ar interno e

utilizando cinza. Durante contato com a Fundação Mokiti Okada eles forneciam diatomáceas que eram utilizadas na conservação das sementes. Agora sem esse fornecimento ela utiliza apenas cinza e palha do próprio produto, por exemplo, palha do milho. A agricultora destacou que a cinza está sendo muito importante tanto no controle da umidade quanto no controle do caruncho, e ainda disse que a palha ajuda no controle da umidade.

A idéia do Banco de Sementes sempre foi agregar todo o assentamento. Cada agricultor ao levar um volume de sementes deveria devolver o volume retirado acrescido do mesmo volume possibilitando assim a continuidade do Banco de Sementes, estando assim sempre abastecido. No entanto as experiências que tiveram até o presente momento não foram positivamente concluídas, muitos agricultores levaram sementes, mas não as devolveram.

Através desse trabalho com o Banco de Sementes a Sra. Ileide foi convidada para apresentar sua experiência no I Fórum Paulista de Agroecologia realizado na UFSCar em outubro de 2010. Com o Banco de Sementes também é possível reduzir o custo da produção, uma vez que o preço da semente é um fator que onera a produção. Outro fator importante é que ao guardar as sementes o agricultor acaba por selecionar variedades mais adaptadas ao seu solo, o que também beneficia a produção.

A Sra. Ileide procura envolver todo o grupo AMA Vergel com o Banco de Sementes, o que parece não ser uma tarefa muito fácil. Na maior parte das vezes não é a mulher quem decide o que, como e quando plantar dentro da propriedade familiar, assim elas não tem motivação em se envolver em atividades que estejam diretamente vinculadas ao plantio. O que não acontece no caso da Sra. Ileide, pois como já abordamos é ela quem rege as atividades de seu lote, planeja o que irá plantar e administra o Banco de Sementes, com o qual ela ainda espera ver um maior envolvimento de todo o grupo.

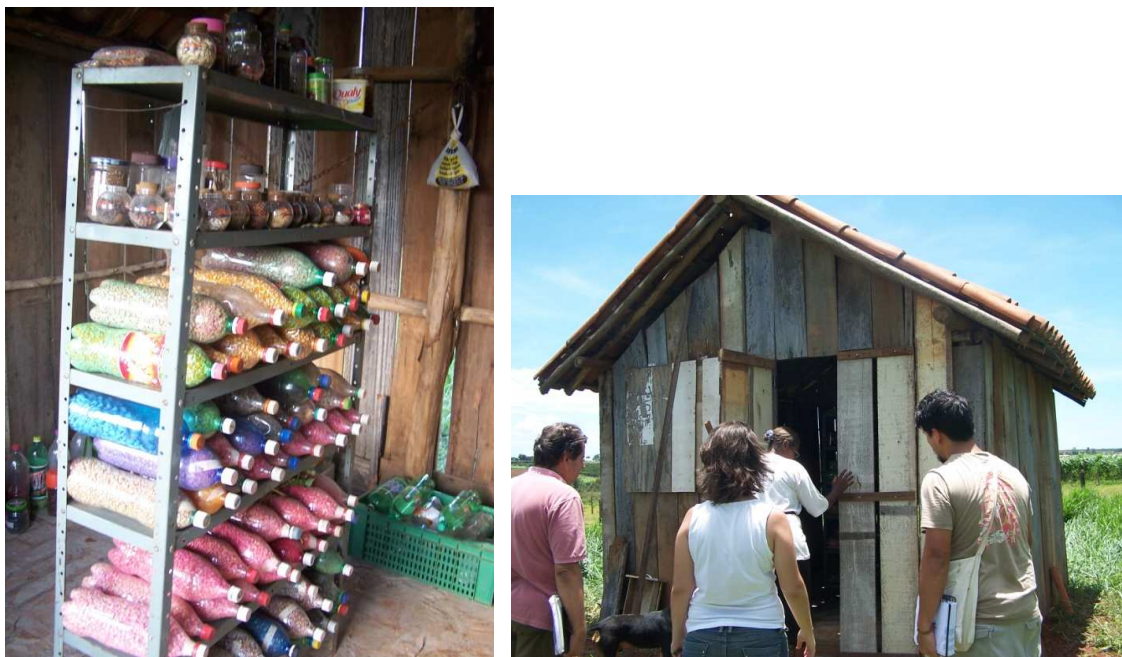


Fig. 22 - Banco de Semente no Sítio Nova Vida. A primeira foto mostra a forma como são armazenadas as sementes e a segunda mostra o barracão para armazenar as sementes, construído pelo genro da Sra. Ildeide.

## Capítulo 4. CONCLUSÃO E REFLEXÕES FINAIS

As conclusões e reflexões aqui apresentadas são resultado da busca de resposta a um questionamento: de que forma o conhecimento dos princípios da agroecologia foi assimilado através dos vários contatos com diferentes grupos de pesquisa, técnicos, agricultores, cursos, e como o mesmo se reflete no dia a dia dessas mulheres? Ou seja: *porque as mulheres do grupo AMA Vergel não utilizam mais fortemente os princípios agroecológicos em suas vidas?* Pensou-se, a priori, que elas não conheciam ou não compreendiam exatamente o seu significado.

Através do desenvolvimento da pesquisa e pelo contato mais próximo foi possível verificar que as mulheres da AMA Vergel sabem e podem expressar os princípios agroecológicos em gestos, valores e concepções, talvez não tão claramente em palavras.

Percebeu-se, então, que por trás dessa pergunta, havia uma realidade repleta de vida e de histórias, as quais transbordavam em elementos que levavam a questões muito mais complexas do que as que podem ser apreendidas em um simples saber ou não saber certos conceitos.

Os estudos demonstraram que os fatores que dificultaram as mulheres em expressar através de palavras a compreensão do conceito relacionado à agroecologia, devem-se à forma como o tema foi apresentado, de maneira truncada e sem uma seqüência lógica. Algumas práticas agrícolas alternativas foram propostas às mulheres do grupo sem sistematização e sem os cuidados necessários para que elas pudessem compreender dentro de sua lógica. Não houve uma conexão entre as teorias apresentadas pelos diferentes grupos. É necessária uma fundamentação teórica mais consistente e presente, uma contextualização onde essas práticas se insiram aos conceitos da agroecologia, assim como nas vidas dessas mulheres. Pudemos verificar que essas mulheres apresentam um conhecimento profundo, porém de forma assistemática e dispersa.

As ações das diferentes Instituições que trabalham ou trabalharam com o grupo tinham o seu espaço temporal de projeto, que não foram alinhados e não tem a mesma perspectiva temporal de vida das pessoas envolvidas.

Não houve ao longo do tempo uma continuidade nas ações dessas Instituições que trabalharam com o grupo de mulheres e nem existe um diálogo entre as propostas de ações que hoje estão em curso.

Esta falta de diálogo e de continuidade das ações dificulta o entendimento do todo e não permite que uma técnica ou conceito seja implantado com a solidez necessária, dificultando o pleno domínio do conhecimento e conseqüente empoderamento pelo grupo.

Os projetos e ações desenvolvidos com o grupo de forma isolada do restante do assentamento, sem o devido esclarecimento perante a Associação, aliado ao fato de serem paradigmas diferenciados do padrão de agricultura vigente foram responsáveis pelo isolamento do grupo e por certa “ciumeira” do restante dos assentados.

Outro fator que serviu para “isolar” o grupo, desta vez dentro do próprio núcleo familiar, foi a falta de cuidado em envolver o restante da família, notadamente os do gênero masculino, no processo de transição agroecológica, mantendo o foco apenas no grupo de mulheres.

No entanto parece que intuitivamente, pois não houve nenhuma ação Institucionalizada, o grupo AMA Vergel procura integrar todos os membros de suas famílias e dividir com os mesmos o conhecimento agroecológico adquirido. Procurando essa aproximação elas objetivam alcançar mais respeito e aceitação do trabalho do grupo por parte de seus familiares.

O mesmo aconteceu com a Associação do Assentamento, onde houve uma impressão de competição por parte do antigo presidente. Hoje a Sra. Ileide que era líder da AMA Vergel é presidente da Associação, de modo que se espera a integração do grupo e a disseminação de sua forma de fazer agricultura através dos princípios agroecológicos.

As mulheres estão se mostrando cada vez mais fortalecidas, nota-se uma melhora da auto-estima, elas procuram não se abalar frente aos obstáculos que a vida as impõe, o que nem sempre é possível, visto que a vida no assentamento é muito difícil. Ali elas vivenciam muitos contratempos, e de toda ordem: políticos, emocionais, materiais.

Outro fato que teve relevante impacto no crescimento do grupo foi o contato com outras realidades agrícolas de vertente agroecológica. Nesses encontros as mulheres puderam compartilhar o resultado positivo do trabalho do grupo bem como aprender com as ações dos outros.

O fortalecimento do trabalho em grupo está melhorando cada vez mais a autonomia do grupo, o que acarreta em reconhecimento e visibilidade dentro e fora do assentamento.

No momento estão finalizando a legalização do grupo junto ao cartório. Estão em busca também de melhorar a estrutura física e logística e de um meio de transporte o qual facilitará a locomoção das próprias integrantes do grupo às feiras, cursos e encontros como também irá aumentar as frentes de comercialização dos produtos do grupo.

Porém, aumentar as vias de comercialização não será suficiente se elas não conseguirem melhorar a estrutura física da cozinha e da padaria (que devem estar de acordo com as exigências da Vigilância Sanitária, para que elas possam continuar produzindo os processados). Ou seja, elas precisam de um local para concentração de seus afazeres e socialização do grupo. Infelizmente o grupo ainda não apresenta condições financeiras de construir um local deste porte. Para tanto acredito ser de suma importância a presença de políticas públicas de incentivo a esses trabalhadores que não buscam apenas um emprego e sim uma possibilidade de sobrevivência e valorização de seu trabalho.

Um limite bastante evidente é a falta de capacitação técnica e administrativa por parte das mulheres integrantes do grupo. Conforme TAUILE (2002) o fato de apresentarem pouco estudo, pouco conhecimento técnico e pouca experiência na área administrativa representam um empecilho ao crescimento e desenvolvimento do grupo AMA Vergel.

As mulheres do grupo buscam na autogestão do empreendimento dentro da economia solidária responder a alguns problemas sociais como falta de oportunidade de emprego, baixa renda familiar e desvalorização do indivíduo. O que elas mais almejam são sua autonomia como grupo e sua sobrevivência como indivíduo e, por conseguinte de suas famílias, buscando a satisfação de suas necessidades básicas, tanto materiais como imateriais. Através do trabalho coletivo e sempre procurando manter a motivação das integrantes do grupo elas poderão obter bons resultados na economia capitalista em que estão inseridas. Para o sucesso do grupo é necessário desenvolver a sua coesão buscando responsabilizar cada uma das mulheres para o desenvolvimento do coletivo.

No estudo realizado no Sítio Nova Vida, presenciamos o exemplo de uma mulher que conseguiu assimilar grande parte do conhecimento agroecológico

passado para ela. As modificações em sua propriedade são efeitos da transformação pessoal pela qual passou a agricultora. Houve evolução na forma de pensar o trabalho no lote, ela se mostrou mais organizada, está havendo planejamento sobre o que e como plantar, a agricultora está cada vez mais focada em melhorar a vida de sua família, principalmente em relação à alimentação da mesma.

Ela e toda sua família passaram e ainda enfrentam muitas dificuldades, dificuldade de acesso a crédito, freqüente sensação de insegurança alimentar, acúmulo de trabalho, falta de recursos, dentre outros. No entanto, buscam na união familiar a superação dos obstáculos.

Pode-se, através dos resultados dessa pesquisa, concluir que o lote da Sra. Ileide está passando por um processo de transição agroecológica. Tomando como base os níveis evolutivos de transição agroecológica propostos por Gliessman (2005) (Quadro 1), verificou-se que a propriedade da Sra. Ileide encontra-se no nível 2 (substituição de insumos e práticas convencionais por alternativas). Porém, em cada nível proposto pelo autor existem várias etapas a serem cumpridas. Sendo assim, podemos considerar que a agricultora, através dos experimentos realizados em seu lote, apresenta também características do nível 3 de evolução na transição agroecológica.

Cada pessoa apresenta um modo único de ver o mundo, ou seja, diferentes comportamentos sociais e muitas vezes diversas posturas de comportamento, isso devido a herança cultural que cada um carrega consigo. Ao longo da trajetória de vida dos assentados busca-se uma nova identidade através de um processo de reconstrução cultural. O ser humano apresenta capacidade de questionar seus próprios hábitos podendo assim modificá-los. Esse processo constante de modificação levou a união de diferentes mulheres em um objetivo comum: melhorar a qualidade de suas vidas e da de seus familiares, formando assim um grupo onde elas buscam liberdade de expressão e de autonomia na condução do mesmo.

Encontrei nas palavras de Nobeit Elias (ELIAS 1994, pg.16) certa semelhança com a realidade que presenciei:

*“... a pesquisa indicou que os problemas em pequena escala do desenvolvimento de uma comunidade e os problemas em larga escala do desenvolvimento de um país são inseparáveis (...) não faz sentido estudar fenômenos comunitários como se eles ocorressem num vazio sociológico”.*

Muitos dos problemas enfrentados pelas mulheres é fruto da sociedade machista em que estão inseridas: em muitos casos as mulheres estão em posição subalterna na tomada de decisão dentro do próprio lote, não podendo aplicar na prática parte do conhecimento adquirido no grupo; faltam também credibilidade e reconhecimento de seu trabalho, bem como a efetividade de políticas públicas que avancem na luta pela igualdade de direitos principalmente nas comunidades rurais. Sendo assim, a união das mulheres se deu através de um processo de reconhecimento social.

O trabalho dentro do grupo AMA Vergel desperta nas mulheres a esperança de se concretizar sonhos presentes na busca pela conquista de uma vida sustentável no assentamento e no meio rural.



## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. A.; Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 45-66, 1998.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 1989.

\_\_\_\_\_; NICHOLL, C. I. Agroecologia resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição. **Ciência e Ambiente**, v. 27, p.141-157, julho/dezembro de 2003.

AL-RAWI, ROSINA FAWZIA. **Grandmother's Secrets**. The ancient Rituals and Healing Power of Belly Dancing. Interlink Books, 2009.

ATLAS da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006. 60 p.: il.

AZEVEDO, A. B. A. **Autogestão e Competitividade**. Estudos de caso em cooperativas industriais brasileiras e bascas/espanholas. 2007. Tese de Doutorado Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BARBOSA, M. V. "Reforma Agrária" em terras públicas: um projeto que deu certo? In: MEDEIROS, L. (org.). **Assentamentos Rurais**. Uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BORDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. A Ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Local: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p., janeiro-abril, 2004.

CAMARGO, R. A. L. Contribuição da agroecologia para a segurança alimentar em assentamento rural de São Paulo. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2007, Recife.

CANUTO, J. C. A pesquisa e os desafios da transição agroecológica. **Ciência e Ambiente**, p. 133-140, julho/dezembro de 2003.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Perspectivas para uma nova extensão rural agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, n.1, 2000.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2002.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24 p.:il.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. Brasília: 2009. 36p.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. PAULUS, G. **Agroecologia: Matriz Disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: 2006.

COLLOR, L. **Estatuto da terra**. Serviço de documentação do M.T.P.S. 1966.

CONWAY, G. R. Análise participativa para o desenvolvimento agrícola sustentável. In: Simpósio Internacional sobre Manejo de Recursos Naturais para uma Agricultura Sustentável, 1990, Nova Delhi. **Anais do Simpósio Internacional sobre Manejo de Recursos Naturais para uma Agricultura Sustentável**. Nova Delhi: AS-PTA, 1993.

CORAGGIO, J. L. Problematizando la economía solidaria y la globalización alternativa. In: APRESENTAÇÃO NO II ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE A GLOBALIZAÇÃO DA SOLIDARIEDADE, 2001, Quebec.

CORRALES, F. M.; FAGUNDES, G. G. Experiências em Agroecologia. Caminhos percorridos e perspectivas nas regiões da Mantiqueira-Mogiana e do Pontal do Paranapanema. **Redes Regionais de Agroecologia**, 2007.

COSTA, M. B. B. **Análise da sustentabilidade da agricultura da região metropolitana de Curitiba pela ótica da agroecologia**. 2004. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CRUZ, A. C. M.. **A diferença da igualdade. A dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul**. 2006. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DEPONTI, C. M.; ECKERT, C.; AZAMBUJA, J. L. Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.4, out/dez 2002.

DENZIN, N. K. *apud* MINAYO, M. C. S.1999 **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5 ed. Rio de Janeiro : HUCITEC ABRASCO, 1998.

EID, F. Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? In: XI

CONGRESSO DA FIEALC - FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2003, Osaka. **Anais do XI Congresso da FIEALC**. Osaka: FIEALC, 2003.

\_\_\_\_\_; CHIARIELLO, C. L. A Economia Solidária diante do debate entre os pensamentos liberal e marxista contemporâneo sobre a organização do trabalho nas cooperativas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 2007, Salvador. **Anais do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET**, Salvador, 2007.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FAO, **Compêndio de estudos de países sobre gênero e terra**. In: Gênero e gestão dos recursos naturais. Roma, 2007. p. 39-80.

FERNANDES, I. L. C. A realidade das mulheres rurais na luta pela reforma agrária: ação. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 3, p. 3-10, 2009.

FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. **Reforma Agrária e Desenvolvimento. Desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA, 2008.

\_\_\_\_\_. Assentamentos Rurais: estratégias de recusa ao modelo estatal. **Raízes, revista de ciências sociais e econômicas**, n. 15, Ano XVI, p. 62-76, Campina Grande, dez. 1997.

\_\_\_\_\_; BARONE, L. A.; DUVAL, H. C. Experiências de reforma agrária: bloqueios e perspectivas de desenvolvimento rural. **Lutas & Resistências**, v.1, p. 76-90, Londrina, set. 2006.

\_\_\_\_\_; DUVAL, H. C. Vozes e ações das mulheres na trajetória dos assentamentos rurais. In. **Retratos de assentamentos**, n.12. NUPEDOR, 2009.

FERRAZ, J. M. G. **Proposta metodológica para escolha de indicadores de sustentabilidade**. In: MARQUES, J.F.; SKORUPA, L.A.; FERRAZ, J.M.G. (Org.). Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente. 2003.

\_\_\_\_\_. As dimensões da sustentabilidade e seus indicadores. In: MARQUES, J. F.; SKORUPA, L. A.; FERRAZ, J. M. G. (Org.). **Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente. 2003.

FERREIRA, A. P. L.; STRAUCH, G.; MARCATTO, C.; SÁ, D. Riscos e oportunidades das mudanças climáticas: uma análise a partir da perspectiva de gênero. **Agriculturas. Experiências em Agroecologia**, v. 6, n. 4. 2009.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI v. 12, n. 1, p.9-19, junho 2002.

FORÉS, F. G. **Lucha por la igualdad de gênero en el movimiento campesino internacional de la Via Campesina**. Luchas Campesinas.

GAIGER, L. I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Trabalho fruto de pesquisa em parceria com a Cáritas Brasileira – Regional RS, a Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio, de Porto Alegre, e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, com apoio do CNPq e da FAPERGS. s/a

GEILFUS, F. **80 herramientas para el desarrollo participativo**: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación. San Salvador: Prochamate-IICA, 1997. 208 p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia. Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GODOI, E. P. **O trabalho da memória. Cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

GOMES, F. L. **Enfoque sistêmico da agroecologia na sustentabilidade de sistemas de produção agrícola**. 2005. Tese (Especialização) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.

GOMES, M. P. **Antropologia: Ciência do Homem. Filosofia da Cultura**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

GRAZIANO NETO, F. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

GUERRERO, IRIS CECILIA O. **(In) Segurança Alimentar no Assentamento Rural Horto Vergel – Mogi Mirim /SP**. Tese (Mestrado em Engenharia Agrícola, Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas. 2009.

GUZMÁN, E. S. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2002.

HOWARD, A. Sir. **Um testamento Agrícola**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007. 360p.

Incrá. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **“Dinâmicas Regionais e Questão Agrária no Estado de São Paulo”**. 2006.

IOKOI, Z. M. et all. (Org.). **Vozes da Terra**. Histórias de vidas dos assentados rurais de São Paulo. São Paulo: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 2005.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LARAIA, R. B. **Cultura**: Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. pp.17-65.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura**: Racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Edifurb. 2005. (Coleção sociedade e ambiente 5).

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. **Terra Prometida**; Uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOERA, N. R. **A espiral das ocupações de terra**. Campinas: Editora Polis, 2006. (CERES, Centro de Estudos Rurais do IFCH - Unicamp).

LOPEZ-RIDAURA, S.; MASERA, O.; ASTIER, M. **Evaluando la sostenibilidad de los sistemas agrícolas integrados: El marco Mesmis**. Boletín de Ilea, abril 2001.

MARQUES, J. F.; SKOMPA, L. A.; FERRAZ, J. M. G. (Edit. técnicos). **Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas**. Jaguariúna, 2003.

MASERA, O.; ASTIER, M.; LOPEZ-RIDAURA, S. **Sustentabilidad y Manejo de Recursos Naturales. El marco de evaluación MESMIS**. México, 2000.

MDA. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Nead Debates, Brasília, 2006.

MELLO, L. G. **Antropologia Cultural**: iniciação, teoria e temas. Petrópolis: Vozes, 2003. p.34-77.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, v.9, n.3. Rio de Janeiro, 1993.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2000.

MOREIRA, R. J. Parceria e os negócios do coronel: trabalho familiar residente e competição no complexo rural. Reforma Agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**, v. 25, maio-dezembro 1995.

NAKANO, M. Anteag: autogestão como marca. *In*: SINGER, P.; SOUZA, A. R. **Economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000, p. 65-81.

OLINTO, M. T. A. Reflexões sobre o uso do conceito de gênero e/ou sexo na epidemiologia: um exemplo nos modelos hierarquizados de análise. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 1, n. 2, p. 1998.

ONG, W. **Oralidade e Cultura Escrita: A tecnologização da palavra**. Campinas: Papyrus, 1998.

PACHECO, M. E. L. (Ed.). Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Agriculturas. Experiências em Agroecologia**, v. 6, n. 4, p. 2009.

PALMEIRA, M.; LEITE, S. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L. F. C.; SANTOS, R. (Org.). **Política e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PANZUTTI, N. P. M. **As mulheres da produção familiar do algodão em Leme**. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

PASTORE, E. Relação de Gênero na Agricultura Ecológica. In: TEDESCO, J. C.; PASTORE, E. (Orgs.). **Ciências Sociais: debates contemporâneos**. Passo Fundo: Méritos, 2005.

PINHEIRO, S. L. G. **A evolução do enfoque sistêmico nas ações de investigação, desenvolvimento e extensão rural: da abordagem *hard-systems* para experiências com *soft-systems***. Empresa de pesquisa agropecuária e extensão rural de Santa Catarina (Epagri). s/a.

QUEIROZ, M. I. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. M. (Org.). **Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice - Editora dos Tribunais, 1988, p.14-43.

RAZETO, L. Los caminos de la economía de solidaridad. Buenos Aires: Lumen-Hvmanitas, 1997. In: CRUZ, A. C. M. **A diferença da igualdade: A dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ROSA, A. D. O processo de privatização da FEPASA na década de 90. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 4, n. 3, 2004.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. Agroecologia versus substituição de insumos: uma contradição fundamental da agricultura sustentável. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002, 592p.

SANTOS, I. P.; FERRANTE, V. L. S. B. **Da terra nua ao prato cheio**. Produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp / Uniara. 2003.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 5 ed., 2008.

SCHIMITT, C. J.; TYGEL, D. **Agroecologia e Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios**. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. AS-PTA, 2009.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n.51. São Paulo, 2003.

SERAPIONI, M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. **Ciência & Saúde coletiva**, v.5, n. 1. Rio de Janeiro, 2000.

SEVILLA-GUZMÁN, E.; ALEMANY, CARLOS. **¿Vuelve la extensión rural?: Reflexiones y propuestas agroecológicas vinculadas al retorno y fortalecimiento de la extensión rural en Latinoamérica**. 2001.

SILIPRANDI, E. **Políticas de Segurança Alimentar e Relações de Gênero: desafios para uma maior equidade**. SOF, São Paulo, 2004

\_\_\_\_\_. **“O empoderamento das mulheres rurais e seu papel na erradicação da fome e da pobreza”**. 55ª. Sessão da Comissão sobre o status das Mulheres, UN Women – Sede da ONU, Nova York, 24 de fevereiro de 2011.

SILVA, J. G. Reforma Agrária não essencialmente agrícola. In. COSTA, L. F. C.; SANTOS, R. (Org.) **Política e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In. STÉDILE, J. P. (Coord.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGSul, 1994.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e de distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. **Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 11-31.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIQUEIRA, A. P. P. **Impactos sobre a dinâmica produtiva e as relações de gênero na transição agroecológica de um grupo de mulheres assentadas**. 2008. Dissertação – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TAUILE, J. R.; DEBACO, E. S. **Autogestão no Brasil: A viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores**. Artigo selecionado pela SEP (Sociedade Brasileira de Economia Política) para ser apresentado no VII Encontro Nacional de Economia Política e II Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos, Curitiba, 2002.

THIOLLENT, M.. **Metodologia da Pesquisa-ação**. Cortez Editora, 1988.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. 1992. p. 116-173.

VEIGA, J. E. Reforma Agrária Hoje. In: STÉDILE, J. P. (Coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da UFRGSul, 1994.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo. Um guia rápido**. Brasília: Gráfica da Ascar - Emater-RS, 2006.

WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural. Questões Metodológicas Emergentes**. São Paulo: Letras a Margem, 2002.



**APENDICE A.**

**Roteiro de Entrevista**

## 1) Informações Pessoais

- 1.1. Nome:
- 1.2. Lote/ Nome da propriedade/ Área total do lote:
- 1.3. Idade:
- 1.4. Quantas pessoas moram com ela e parentesco:
- 1.5. Tem outra fonte de renda além da agricultura (pensão/ bolsa escola etc.).
- 1.6. Tem ou já teve necessidade de acessar linhas de crédito rural?
- 1.7. Tem acesso à Internet? Domiciliar ou em centro comunitário?

## 2) Histórico

- 2.1. Quando e como chegou ao assentamento?
- 2.2. Já trabalhou como agricultora antes? (algum contato anterior com a terra?)
- 2.3. Que tipo de agricultura você faz?
- 2.4. Qual outro tipo de agricultura você conhece?

## 3) Agroecologia

- 3.1. O que você entende por agroecologia?
- 3.2. Quais práticas de base agroecológica você utiliza em sua propriedade?
- 3.3. Como aduba? Como combate as pragas e doenças? Como controla as plantas espontâneas? (para cruzar as informações)
- 3.4. O que planta e como planta?
- 3.5. Utiliza (ainda que parcialmente) insumos químicos-industriais, ou outros insumos externos àqueles produzidos no próprio estabelecimento rural? Quais?
- 3.6. Quanto da área é utilizado para: cultivo/pastagem/ pousio/ outros?
- 3.7. Como realiza o planejamento do sistema de produção em seu estabelecimento rural?
- 3.8. Como se caracteriza a utilização de mão de obra do sistema de produção? Quantas pessoas da família (caracterizar o grau de parentesco) e de fora da família estão trabalhando na propriedade rural?
- 3.9. Qual a distribuição de tarefas comuns e específicas para homens e mulheres (seja crianças ou adultos) em sua propriedade rural?
- 3.10. Utiliza plantas medicinais? Quais? Quantas tem plantadas no lote?
- 3.11. Faz consórcio? Quantas variedades utiliza em sua propriedade? Cria animais?
- 3.12. Realiza experimentos agroecológicos, seja por conta própria ou com apoio de instituições de Ensino, Pesquisa ou Extensão?
- 3.13. Como é feita a disposição do lixo em sua propriedade? E esgoto? E o uso da água?
- 3.14. Quais as iniciativas para preservação / conservação dos recursos naturais?
- 3.15. Como é feita a comercialização? Existem vínculos com grupos de consumidores para venda direta? Quais os municípios para os quais você comercializa seus produtos?

3.16. Quanto da sua alimentação diária vem do que você cultiva?

3.17. Quais os principais cursos/fontes de informação (práticos e teóricos) que já participou ou teve contato no campo da Agroecologia ou da produção orgânica?

#### 4) Grupo AMA

4.1. Como foi que surgiu o grupo da AMA?

4.2. O que você acha do grupo? Qual a importância do grupo em sua vida?

4.3. Qual sua função no grupo (de que forma você participa?)

4.4. Como seu marido (companheiro) vê a AMA? Acha que ajuda ou atrapalha?

4.5. Quais os relacionamentos com instituições/agricultores?

(fazer desenho dos vínculos da agricultora com 4.5 – Diagrama de Venn)

#### 5) Os outros grupos

5.1. Quais outros grupos existem no assentamento?

5.2. Com o que trabalham ou o que defendem? Eles lidam com a terra?

5.3. O que você acha deles?

5.4. Você tem bastante contato com os grupos? Quais deles?

5.5. Como eles vêem a AMA?

6) Outras questões não abordadas pelo roteiro, que o agricultor gostaria de mencionar.

**APÊNDICE B.**

**GUIA DE CONVERSA COM Sr. WALTER**

- 1) Como o senhor define seu papel, sua função, dentro do assentamento do Vergel? E a quanto tempo acompanha o assentamento.
- 2) Quando surgiu o assentamento?
- 3) Como surgiu? (histórico)
- 4) Quem estava envolvido no surgimento do assentamento?
- 5) Como foram escolhidas as famílias?
- 6) Qual o tamanho do assentamento? Como ele está dividido? Quantos lotes? Todos estão ocupados?
- 7) Quantas famílias moram no assentamento? E total de pessoas?
- 8) O assentamento está vinculado a qual município? Existe interação com Quais órgãos / instituições ( diagrama de Vem)
- 9) Quais as dificuldades no gerenciamento do assentamento?
- 10) Existem grupos com interesses diversos no assentamento ? Quais diferentes grupos existem dentro do assentamento? Com o que eles estão envolvidos?
- 11) O que acha do grupo da AMA? Quais os pontos positivos e negativos do grupo para o assentamento.
- 12) Como as experiências do grupo podem ser socializadas com os demais assentados?

**ANEXO A.**

**Mapa do Assentamento Vergel, Mogi Mirim, SP.**



**ANEXO B.**

**Tabela de Indicadores de Sustentabilidade Gerais**





## Indicadores de Sustentabilidade Gerais

Nome:

Propriedade: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Critério Diagnóstico	Indicador	Parâmetro			
		☹	☺	☺	
Manejo dos recursos	Freqüência de adição de matéria orgânica	nunca faço	às vezes faço	sempre faço	
	Tipo de Mecanização	pesada; motorizada	intermediária	leve; manual / tração animal	
	Tipo de técnicas para preparo do solo	Aração e gradagem	Enxada rotativa	Plantio direto	
	Freqüência de uso de máquinas para preparo do solo/ ano				Anotar a freqüência
	Área de Compactação do Solo	76% - 100%	36% - 75%	0% - 35%	
	Freqüência de Uso de Adubação Verde	0 – 33%	34% - 66%	67 - 100%	
	Rotação de culturas	não faço	faço em algumas culturas	sempre faço em tudo	
	Uso de consórcios	não faço	faço em algumas culturas	sempre faço em tudo	
	Freqüência de Prática de Pousio	não faço	faço de vez em quando	sempre faço	
	Freqüência de Prática de Queima	sempre faço	faço de vez em quando	não faço	
	Integração do Sistema	inexiste	parcial	total	
	% de área de cobertura do solo cultivado	0 – 33%	34% - 66%	67 - 100%	
	Plantio em nível	não tem	em parte da área	Na área Adequada	
	Uso de barreira de ventos qdo necessário	Não usa	Em parte da propriedade	Em toda a propriedade	
	Presença de cobertura morta	Não há	Há pouca	Há suficiente	

	Tipo de Adubação	química	química e orgânica	orgânica	
	Tipo de métodos de controle de pragas e doenças	química	intermediária	orgânica	
	Uso de métodos de controle preventivo	nunca faço	às vezes faço	sempre faço	Quais?
	Incidência de pragas e doenças	alta	moderada	leve	
	Acesso à água na propriedade	inexiste	tenho, mas falta às vezes	tenho o ano todo	Qual? Poço?
	Método utilizado na irrigação	pivô central	aspersor	micro-aspersor ou gotejamento	
<b>Biodiversidade</b>	Adequação da Área de Preservação Permanente	0 – 33%	34% - 66%	67 - 100%	
	Área de Reserva Legal	< 20%	igual a 20%	>20%	
	Diversidade de Cultivos	1-5 espécies	6-10 espécies	(≥ 11)	
<b>Mão-de-obra</b>	Horas trabalho/Pessoa/Semana	excessiva	Moderada	adequada	
	Tipo de mão-de-obra	> 50 % de mão de obra assalariada	< 50 % de mão de obra assalariada	Familiar	
<b>Estrutura e Produção Agrícola</b>	Posse da Terra	Terceiros/ meeiro	Da família	Agricultor (própria)	
	% Produtos Comercializados	0 – 33%	34% - 66%	67 - 100%	
	% Produtos processados	0 – 33%	34% - 66%	67 - 100%	
	% Alimentos de origem própria em uma refeição	0 – 33%	34% - 66%	67 - 100%	
	% do custo de produção gasto em insumos				
<b>Comercialização</b>	Via de Comercialização	atravessador	ambos	direta	
<b>Renda</b>	Rentabilidade	insuficiente	moderada	suficiente	
	Atividades produtivas geradoras de renda ao longo do ano agrícola	muito concentrada	levemente concentrada	bem distribuída	
<b>Crédito Rural</b>	Acesso a crédito rural	não existe	existe, mas é difícil	existe e de fácil acesso	
	Necessidade de crédito				
	Fonte de crédito	Comercial convencional	Juros subsidiados	Fundo perdido	

	Grau de endividamento	alto	moderado	sem dívidas	
<b>Acesso e Construção do Conhecimento / Apoio Técnico</b>	Participação em cursos e outras atividades (dias de camp, intercâmbios)	inexiste	esporádica	freqüente	
	Realização/autonomia de Experimentação	inexiste	ocasional	freqüente	
	Acesso à assistência técnica	inexiste	parcial	satisfatória	
	Tipo de ATER	privada	pública	Intercâmbio agricultores/ técnicos públicos	Você sente necessidade/precisa dessa assistência???
<b>Organização social</b>	Participação em organização	Não participa	Participa	Participa ativamente	

